

# Avante!

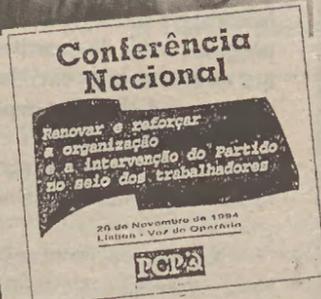
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1885 • 10 de Novembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1092 • Director: Carlos Brito



Álvaro Cunhal no Porto

## UMA TAREFA CENTRAL E VITAL



Págs. 4/5

Carlos Carvalhas nas Assembleias de Castelo Branco e Portalegre

## NÃO NOS AFASTAREMOS DOS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES

Págs. 6/7



## Acção nacional de protesto da CGTP



Pág. 11

## Áreas metropolitanas

• artigo de Luís Sá

Pág. 18



## comemora aniversário

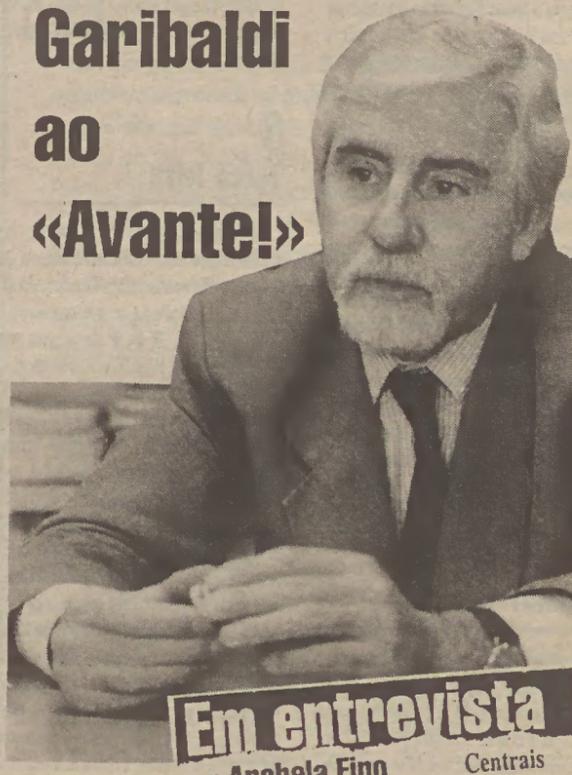
• Encontros distriais

Pág. 12

## A guerra das audiências

– José Garibaldi ao

«Avante!»



Em entrevista por Anabela Fino Centrais



Carlos Carvalho visitou a Covilhã e Portalegre

RESUMO

2 Quarta-feira

O PCP acusa o PSD de manter «o bloqueamento de reivindicações fundamentais das freguesias» ■ Na Madeira, os partidos da oposição protestam, não votando para o presidente da Assembleia Legislativa Regional ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público desafia os membros do Conselho Superior indicados pelo PSD a demitirem-se ■ O ministro das Finanças revela que em 95 as dívidas à Segurança Social dão direito a prisão ■ Um grupo de políticos neozelandeses diz estar «chocado» com o aparelho militar indonésio, em Timor-Leste ■ Na Argélia, um comandante militar é assassinado por um comando islamita, que a seguir é massacrado pelo exército.

3 Quinta-feira

A Comissão Europeia aprova a construção da nova ponte sobre o Tejo ■ Inicia-se o julgamento do grupo de skinheads acusado de ter agredido um angolano no Porto, em 89 ■ O Governo decide isentar os furgões de mercadorias de imposto automóvel ■ Um camião-cisterna carregado de ácido clorídrico despista-se à saída da ponte 25 de Abril ■ É anunciado que Suharto está disposto a dialogar com os timorenses. Ramos Horta diz que só se for com Xanana Gusmão ■ Em Angola, ocorrem combates perto do Huambo ■ O exército argelino responde aos atentados islamitas com operações de repressão maciça ■ Alfredo de Sousa falece, em Lisboa ■ É inaugurado o Museu da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva.

4 Sexta-feira

O Senado da Universidade de Lisboa decide isentar de propinas os alunos com aproveitamento ■ Mário Soares apela a Jonas Savimbi e a José Eduardo dos Santos «para que mandem parar a guerra» ■ Eduardo Catroga recusa alterar a lei sobre o pagamento de dívidas de clubes desportivos e empresas ao fisco ■ A Indonésia rejeita um relatório da Amnistia Internacional que refere torturas de pessoas em nome de uma «limpeza criminoso» ■ Os sérvios da Bósnia decretam a mobilização geral em todo o seu território e pedem ao seu «parlamento» que declare o «estado de guerra» ■ Na Rússia, o vice-primeiro-ministro e ministro da Economia demite-se ■ Muammar Kadhafi envia uma mensagem a Yitzhak Rabin ■ Em França, Jacques Chirac anuncia a sua candidatura à Presidência da República.

5 Sábado

Carlos Carvalho, na Covilhã, acusa o Governo de dirigir um «falso» combate à corrupção ■ É publicada uma sondagem que revela que para os portugueses a liberdade e o direito de não sofrer abusos policiais são os direitos mais importantes ■ É anunciado que Clinton vai debater a questão de Timor-Leste com o presidente Suharto, dia 16 ■ O mediador da ONU, Alioune Beye,

encontra-se com José Eduardo dos Santos, tentando travar a ofensiva de Luanda ■ Um membro do Governo israelita aceita a possibilidade de diálogo com o Hamas ■ Adolfo Simões Ayala falece, em Lisboa.

6 Domingo

Carlos Carvalho visita Portalegre ■ Um toxicólogo alemão critica a escolha do litoral alentejano para instalar uma incineradora ■ Ramos Horta declara que o Canadá, a Austrália e o Japão garantiram que abordarão a questão timorense na cimeira da cooperação Ásia-Pacífico, em Jacarta ■ O chefe do Estado-Maior do exército angolano afirma que o objectivo da ofensiva em direcção ao Huambo é o de forçar a UNITA a depor as armas ■ A Turquia, o Egipto e Israel assinam um acordo de cooperação contra o terrorismo ■ Na Albânia, o projecto de uma nova Constituição é rejeitada por referendo ■ O Irão dispara mísseis, atingindo um campo de guerrilheiros exilados do movimento Mujahedeen Khalq ■ Chuvas diluvianas causam mais de 35 mortes em Itália e no sul de França.

7 Segunda-feira

OPCP anuncia que vai avançar com uma proposta legislativa para reforçar o poder das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ■ Inicia-se a Acção Nacional de Protesto e Luta da CGTP ■ Carlos Carvalho parte para uma visita à Itália e à Grécia ■ Realiza-se uma homenagem a título póstumo a Salgado Zenha ■ O Governo angolano anuncia que a cidade do Huambo caiu. A UNITA desmente ■ A ONU afirma acreditar que os muçulmanos da Bósnia estão a planear uma série de ofensivas contra os sérvios ■ Israel reabre o Túmulo dos Patriarcas em Hebron ■ O Greenpeace denuncia derrames de crude no Antártico e no Ártico ■ É inaugurada em Lisboa a Asta, o maior congresso do sector de turismo a nível mundial.

8 Terça-feira

Realiza-se a cerimónia solene de abertura das aulas na Universidade de Coimbra ■ Nos Estados Unidos, realizam-se as eleições para o Congresso e governadores ■ PCP denuncia, na Assembleia da República, comportamento fraudulento do governo em relação às verbas para as autarquias ■ Prossegue ofensiva das Forças Armadas Angolanas sobre o Huambo, enquanto Unita ameaça não assinar o protocolo de Lusaca no próximo dia 15 ■ A Renamo continua a pôr em causa os resultados das eleições moçambicanas. Segundo os resultados parciais divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, lidera em sete dos dez círculos eleitorais ■ Palestinos manifestam-se em Erez, durante o encerramento da Faixa de Gaza ■ O Partido Socialista e os Verdes condenam o secretismo mantido pelo governo português em torno da explosão accidental do navio «São Miguel».

# Vale a pena lutar

**V**ale a pena lutar é um dos lemas da campanha de esclarecimento do PCP actualmente em curso.

Há que reconhecer que é um lema especialmente apropriado à situação que vivemos, tanto pela gravidade

dos problemas que afectam o povo e o país, como pelos próprios resultados da luta e pelos processos de luta que se desenvolvem.

**Não é em qualquer momento que se podem assinalar recuos tão significativos do Governo ante um movimento de protesto popular, como os que se verificaram no passado Verão em relação ao aumento da portagem da Ponte 25 de Abril.**

**Não é vulgar, também, poderem registar-se de uma assentada o fracasso de um acordo de concertação social que o Governo e o grande patronato queriam impor, à viva força, aos trabalhadores e o malogro de uma nova e perigosa revisão da Constituição, em que os dois maiores partidos parlamentares se declaravam empenhados.**

É uma evidência que o PCP e a parte mais activa do movimento operário tiveram um papel muito influente nestes processos:

- No primeiro, declarando frontal apoio e encorajamento ao movimento dos utentes da Ponte;

- Em relação ao proposto acordo de concertação, desvendando e desmascarando os objectivos de classe que o Governo e o grande patronato prosseguiam em conluio e organizando contra eles a resistência;

- Em relação à revisão da Constituição, apontando a sua desnecessidade e inoportunidade, fazendo firme oposição ao desencadeamento do processo e promovendo um aturado trabalho de esclarecimento junto, especialmente, da opinião democrática do país, incluindo a base e o eleitorado do PS, com a chamada de atenção para os aspectos mais negativos dos diferentes projectos e os perigos de entendimentos do PS com a direita nessa base.

**Nos três casos - Ponte, concertação social e revisão da Constituição - provou-se, não só que era indispensável resistir, como, ao contrário do que as aparências apontavam, que valia a pena lutar pelo sucesso dos objectivos mais justos.**

O PCP tem naturalmente boas razões para se regozijar com os resultados obtidos, com o importante contributo que deu para serem alcançados e sobretudo com esta demonstração que é um grande incentivo para o prosseguimento da luta.

**O** jornalista do «Expresso», José António Lima, dedicou o seu «O que

eles dizem...», do passado sábado, ao nosso jornal. Fez elogios que averbamos, críticas que anotamos, especulações que ignoramos e censurou a manchete do número anterior do «Avante!», dedicada precisamente ao malogro da revisão da Constituição, o que passamos a discutir.

Afirma Lima: «A suspensão da revisão constitucional, diz (o «Avante!») em parangonas, que repete na última página, foi um «Éxito importante do PCP». E logo a seguir argumenta: «Do PCP?! O PS e o PSD não se entenderam por acção do PCP? Por amor de Deus...»

Comecemos por precisar que a manchete do «Avante!», da semana passada, não diz só: «Éxito importante do PCP». Diz: «Éxito importante do PCP, dos trabalhadores e dos democratas». Toda a parte sublinhada no mesmo tipo de letra. Ora isto é bastante diferente do que afirma Lima. E ainda mais diferente é o texto da Comissão Política, publicado nessa

*Não é vulgar, também, poderem registar-se de uma assentada o fracasso de um acordo de concertação social que o Governo e o grande patronato queriam impor, à viva força, aos trabalhadores e o malogro de uma nova e perigosa revisão da Constituição, em que os dois maiores partidos parlamentares se declaravam empenhados.*

última página, onde se acrescenta que sublinhámos «... e de todos os que, desde sempre, apontaram a inoportunidade e inconveniência democrática e o perigo desta revisão».

O PCP foi o único dos grandes partidos que se opôs firmemente à revisão. Mas é sabido que nos meios democráticos (incluindo destacados constitucionalistas) e sindicais havia em relação a ela opiniões fortemente negativas.

Dentro do próprio PS, a iniciativa de Guterres de desencadear a revisão, contrariando o que esse partido vinha afirmando, suscitou largas discordâncias, que chegaram a ter alguma expressão pública.

As iniciativas do PCP, designadamente, a intervenção de Carlos Car-

valhas na Festa do «Avante!» apontando a suspensão da revisão da Constituição como uma exigência democrática (esta com grande repercussão na comunicação social), não podiam deixar de influenciar positivamente estes meios desfavoráveis à revisão, reduzindo ainda mais o espaço de manobra da direcção do PS para qualquer negociação com o PSD.

Convém perceber que a política não é propriamente uma tabuada onde 2 mais 2 são sempre e só igual a 4. Nela intervêm, por vezes decisivamente, o papel das massas e das correntes de opinião pública, que são influenciadas mas também influenciam, num movimento dialéctico, o comportamento das forças políticas.

Acrescente-se que, como bem se sublinha nos extractos da Nota da Comissão Política, que deram origem à manchete, publicados na última página, da mesma edição do «Avante!»: «Não é possível deixar de sublinhar igualmente que este êxito é inseparável do receio de que, em véspera de eleições, o juízo popular viesse a reprovar um entendimento do PS e PSD contra os interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia portuguesa.»

Além de mutilar o texto da manchete do «Avante!», Lima ignora este esclarecimento essencial para se perceber a posição dos comunistas em relação ao malogro da revisão.

Quem é que usa métodos da «esper-teza saloia» para enganar os seus leitores? Quem é que «fabrica» a ilusão de ter razão?

**Q**uem mostra não ter dúvidas de que vale a pena lutar e de que os sucessos encorajam a luta é CGTP-IN e todo o movimento sindical unitário ao desencadear, na semana em curso, a nova «Acção Nacional de Protesto».

É esse precisamente o profundo sentido do chamamento da CGTP quando salienta: «O Governo pretendia comprometer e co-responsabilizar os sindicatos no prosseguimento da sua política e do modelo económico que tem conduzido à destruição do aparelho produtivo, ao aumento de desemprego, à perda do poder de compra dos salários e à degradação da protecção social. O desafio que hoje temos pela frente é o de transformar a derrota do Governo e do patronato numa vitória dos trabalhadores. Com a nossa luta, vamos consegui-lo.»

O apoio a esta luta, às suas reivindicações e formas de acção, é um imperativo para quantos se reclamam da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e que o «Avante!» aqui assume firme e claramente.

## Entregar o ouro ao «bandido»

Foi muito festejado, por alguns órgãos de comunicação, o 9º aniversário da chegada de Cavaco Silva a primeiro-ministro. Não se percebeu bem se estavam a colaborar voluntária ou involuntariamente no culto da personalidade de Sua Excelência. O resultado é o mesmo.

O culto de Cavaco, incluindo, a operação de diversão sobre o seu "eventual" afastamento da chefia do partido e até do lugar de primeiro-ministro, constitui, neste momento, um dos elementos essenciais da estratégia laranja para que as eleições do próximo ano.

Da parte do PSD, o ensejo foi largamente aproveitado. Fernando Nogueira, Ministro da Defesa e o herdeiro presuntivo, para enaltecer ao máximo o consulado cavaquista socorreu-se da autoridade de observadores estrangeiros que, segundo ele, terão chegado à conclusão de «Portugal ter estado a viver um período de ouro».

É caso para dizer que só estrangeiros poderiam pensar assim. Por cá, o que um grande número de portugueses lhe perguntará é para onde foi esse ouro.

Com efeito, o que hão-de perguntar os 400 mil desempregados e respectivas famílias,

sobretudo aqueles que já esgotaram o período de subsídio sem encontrar nova ocupação e que se vêem remetidos para a miséria absoluta? E os precarizados a receber salários de ruína e sem saberem o dia de amanhã? E os acidentados do trabalho a quem são regateadas as indemnizações? E os reformados da pensão social, rural ou mínima do regime geral?

Ao contrário do que pretende fazer crer a propaganda oficial, torna-se muito claro, no momento em, Cavaco Silva completa nove anos como primeiro-ministro, que o cavaquismo não trouxe anos de ouro, mas tempos pesados como chumbo para uma grande parte do nosso povo, bastando lembrar, entre muitos indicadores que se podiam citar, que um terço dos portugueses continua a viver abaixo da linha de pobreza.

É especialmente curioso referir, a propósito desta efeméride, os resultados divulgados pelo «Público» relativos um inquérito sobre a imagem que os portugueses têm dos seus direitos e da sua relação com o Estado.

Muito significativas são as preocupações com a liberdade (que aparece em primeiro lugar a denunciar as perversões autoritárias do

cavaquismo), a saúde, o trabalho/emprego, a educação, a habitação e a justiça, a igualdade/solidariedade (que vêm a seguir a assinalar as graves deficiências do Estado nestes domínios).

Mais significativas ainda são as definições de Estado apresentadas pelos inquiridos e que vão (do rol do jornal citado) de «caótico» até «corrupto», «manhoso», «falso», «autoritário», «prepotente», «abusador».

Não digam que isto não tem que ver com os 9 anos de governo de Cavaco Silva.

É claro que a governação cavaquista não tem sido pesada para todos.

Sabe-se que há os grandes aproveitadores da situação - a famosa (e essa sim dourada) clientela laranja. E há as facturas falsas, as burlas com os fundos comunitários e a corrupção pequena, média e monstruosa. Há a ostentação da vida fácil e dos sinais exteriores de riqueza. Há a venda rápida do luxo - as moradias, os andares, os carros, os barcos, etc. - quanto mais luxuoso mais rápido.

Decididamente, o cavaquismo entregou o ouro ao «bandido»!

■ Carlos Brito

## Mudança tranquila

Foi com esta ideia-chave que a candidatura de JL Judas, à frente da lista do PS, se apresentou ao eleitorado de Cascais nas últimas autárquicas.

Dez meses passados sobre as eleições e a vitória dessa lista - na sequência de uma campanha que terá sido, talvez, a maior e mais dispendiosa operação mediática alguma vez realizada no nosso país em eleições autárquicas - é óbvio o significado real de tal ideia-chave: prepotência, monologuismo, opacidade, sumptuosidade, amiguismo.

Não chega o espaço para abordar a multiplicidade e o carácter dos caminhos seguidos por esta «mudança tranquila». Limite-me, por isso e por hoje, a referenciar dois ou três exemplos.

Um vereador considera que o carro em que anda não dignifica as suas funções de representação da Câmara? Pois bem, «mudança tranquila» oblige, toma lá uns milhares de contos e compra um carro «digno». E como quem compra um carro compra um cento, tomem lá mais uns milhares de contos e comprem também um carro para outro vereador e outro para o adjunto do presidente. E já agora tomem lá mais uns milhares de contos para mobilar «dignamente» o gabinete de outro vereador. E como estamos com a mão na massa, tomem lá vocês todos, os vereadores do PS, uns cartõezinhos Visa de 1000 contos e gritem comigo «Viva a mudança tranquila».

A admissão de consultores e assessores é outra faceta da «mudança tranquila». Neste caso, «tranquila» e rápida: com efeito, o festim começou logo a seguir à tomada de posse e operou-se a um ritmo tal que, ao

fim de meia dúzia de dias, as admissões atingiam as 4 dezenas. Foi nessa altura que a expressão «Ali Babá e os 40 assessores» passou a ser ouvida por toda a Câmara. Expressão que, diga-se, cedo deixou de fazer sentido: hoje o número de amigos e amigas correligionários do presidente já vai em 71 o que demonstra que o lendário Ali Babá não passava de um menino de coro comparado com os protagonistas da «mudança tranquila» em Cascais. Estes assessores ganham bem - «para amigos, mãos rotas» parece ser o slogan preferido do presidente - e tudo indica que ainda virão a ganhar melhor. «Abre-te, Sésamo» gritou alguém: e um irmão do presidente que entrou a ganhar 500 contos/mês limpos já vai nos 750 contos/mês limpos (salvo seja). E como, segundo se diz, nenhum soldado deste exército de assessores ganha menos de 300 contos/mês, a Câmara de Cascais passou a ser conhecida como a «Loja dos Trezentos».

Deixo para uma próxima crónica outros aspectos (nomeadamente a política de recursos humanos) reveladores do exemplar conceito de gestão assumido pelo ex-dirigente sindical que preside à Câmara de Cascais.

Mas é impossível não fazer referência ao ocorrido quando da última greve convocada pelo STAL, ou seja: a afixação, na Câmara, em lugar visível, de uma lista com os nomes de todos os prevaricadores... isto é, de todos os trabalhadores que, descontentes com a «mudança tranquila», aderiram à greve.

Voltarei ao assunto. Tanto mais que a «mudança tranquila» continua.

■ José Casanova

## Ignorância ou susto ?

O senhor Paulo Teixeira Pinto é o Secretário de Estado do Conselho de Ministros, o porta-voz do Governo que todas as quintas-feiras entra em nossas casas via telejornal e, segundo o «DN», «um dos políticos mais ouvidos por Cavaco Silva».

Até aqui, tudo mais ou menos normal. Só que este membro do Governo comete também a temerária imprudência de dar entrevistas com o que dá uma involuntária mas não desprezível contribuição para desvendar as lamentáveis concepções que ensopam o pensamento do pessoal governante do PSD.

Inquirido pelo «DN» sobre se haveria condições políticas que possam justificar uma dissolução do Parlamento, o senhor Teixeira Pinto responde espantosamente que «não seria razoável, e, neste sentido, próprio de um Estado de direito democrático discutir tal questão» e que «isso seria um problema de república de Terceiro Mundo».

O entrevistador observa então, delicadamente, que a dissolução «é um poder, digamos, discricionário que está previsto na Constituição», mas Teixeira Pinto contesta prontamente afirmando «Discricionário... Eu direi também vinculado porque pressupõe o irregular funcionamento das instituições democráticas», logo sentenciando que «só numa ambiência revolucionária é que se poderia dizer que estava em causa o regular funcionamento das instituições democráticas» e que, como não se vêem perspectivas de uma tal «ambiência» em Portugal, «esse problema não existe».

Deixemos de lado a ridícula associação feita pelo senhor Secretário de Estado entre a dissolução do Parlamento e as repúblicas do Terceiro Mundo (forma «moderna» de nomear aquilo que as classes dominantes no princípio do século chamariam de «coisas de cafres») e a reacção arrogância euro-

cêntrica que ela desvenda. Deixemos de lado a limitadíssima visão que o porta-voz do Governo, conveniente e estudadamente, exhibe sobre as situações que podem configurar um não regular funcionamento das instituições democráticas.

É que basta salientar que o Secretário de Estado do Conselho de Ministros e o porta-voz do Governo PSD/Cavaco Silva, em matéria de dissolução da AR e de conhecimento das normas constitucionais atinentes, não sabe do que fala e fala do que não sabe, e por isso, construiu todo um edifício argumentativo que, tendo caboucos feitos de ignorância atrevida, só pode estar condenado a um ruído desmoronamento.

É que o senhor Teixeira Pinto não sabe (ou então convém-lhe fazer de conta que não sabe) que, de acordo com o artº 136 da Constituição, o poder do Presidente da República de dissolver a AR, exceptuando limites meramente temporais, não está condicionado

politicamente por nada e muito menos vinculado à verificação ou invocação de qualquer pressuposto de não regular funcionamento das instituições, condicionante essa que apenas existe constitucionalmente para o poder presidencial de demitir o Governo, e ainda assim com reduzido efeito prático pois o Presidente é o único juiz nessa matéria.

A conclusão que importa tirar é que, para um PSD visivelmente inseguro e assustado, tudo o que no regime democrático ou nas regras constitucionais atrapalhar as suas conveniências tem de ser declarado nulo, inexistente e absurdo.

A tal ponto que até parecem esquecidos que foi através de dois actos presidenciais de dissolução da AR, que aliás Cavaco Silva e o PSD pediram, que por duas vezes - em 1985 e em 1987 -, o PSD ganhou o Governo.

■ Vítor Dias

# ANGOLA

## Reposição da legalidade

As notícias da guerra em Angola, que provoca tremendos sofrimentos ao povo angolano, a todos chocam. Preferíamos ouvir falar de paz. Foi, aliás, por isso que se realizaram em Angola eleições. Com elas pretendia-se dar voz ao povo, e que a voz do povo substituísse o troar dos canhões. Só que, como se sabe, a Unita, desrespeitando a vontade do povo, pegou em armas para ocupar militarmente cidades e províncias que antes de Bicesse não tinha conseguido.

Só a esta luz se podem entender as acções militares do governo angolano contra a Unita.

Convém, antes de se entrar no cerne do problema e sem hipocrisias, esclarecer:

1º Trata-se de restabelecer a autoridade do governo em todo o território nacional angolano.

2º Esta autoridade está legitimada pela opção do povo angolano em eleições gerais consideradas democráticas e válidas por TODA a comunidade internacional.

3º A tomada do Huambo pela Unita constituiu uma rebelião armada contra o poder legítimo angolano.

4º A Unita foi condenada por desrespeitar os resultados eleitorais.

5º A comunidade internacional fez muito pouco para obrigar a Unita a abandonar as cidades e províncias ocupadas militarmente após ter sido derrotada nas eleições gerais livres e justas.

Quem, na Europa, ou noutro continente, permitiria que tal ou tal partido maioritário num distrito ou numa província, e minoritário a nível nacional, tomasse pelas armas esse distrito ou província em desafio ao governo central?

A vida mostrou que a natureza do conflito não permite uma solução exclusivamente militar, e daí todo o processo negocial antes e depois de Lusaca.

Mas, entretanto, sublinhe-se que o governo angolano jamais abdicou da soberania de qualquer parcela do território, nomeadamente do Huambo. Assim é perfeitamente legítimo negociar politicamente um Acordo e no plano militar tentar repor a soberania em todo o território nacional.

O desespero da Unita e dos seus amigos face a esta ofensiva compreende-se melhor se olharmos para toda a nova situação na África Austral. O ANC governa na África do Sul. Na Namíbia a Swapo. No Zimbabué a Frente Patriótica. Em Moçambique as eleições ratificam Chissano e a Frelimo. A Unita ficou pendurada em Mobutu, extremamente fragilizada.

O alarido dos amigos da Unita tem eco nos mass media, mas não esconde a realidade dos factos: a Unita ocupa ilegalmente cidades e províncias.

Até ao cessar-fogo, o governo tem toda a autoridade para repor a sua legitimidade, prosseguindo as negociações até ao dia em que se assine o cessar-fogo.

A comunidade internacional contribuirá para diminuir os sofrimentos do povo angolano obrigando os prevaricadores a respeitarem a vontade do povo angolano expressa nas eleições em que tanto se empenhou por via dos tratados de Bicesse. Só assim finalmente o povo angolano poderá alcançar a paz que tão profundamente necessita e aspira, e a que tem direito.

D.L.

# Com 200 participantes Reunião no Porto debate reforço

Inserido na preparação da Conferência Nacional do PCP, realizou-se no passado sábado, promovida pela DORP do PCP, com a presença do camarada Álvaro Cunhal, uma reunião plenária de dirigentes e delegados sindicais, membros das CT's, células e sectores profissionais e quadros das organizações concelhias.

A abrir o plenário, José Timóteo sublinhou que esta reunião e esta Conferência, que se aproxima rapidamente, têm um significado e uma importância muito grandes, que somos o Partido dos trabalhadores, afirmamo-nos a sua vanguarda política, e que precisamos de agir diariamente, todos, militantes e organizações, em conformidade.

A presença entre nós e a participação do camarada Álvaro Cunhal nesta indispensável discussão é também um forte estímulo encorajador ao desenvolvimento do trabalho da reunião, desen-

volvidos em quatro painéis, a saber: alterações na organização do capital, da força do trabalho nas empresas e nas relações laborais; a organização e luta de classes, o Movimento Sindical, as CT's, problemas, direcções e perspectivas da intervenção e o papel dos comunistas; a situação da nossa organização, os quadros, a estrutura, medidas e orientações para o reforço e renovação do trabalho partidário; a situação da juventude trabalhadora, perspectivas de intervenção e o papel dos comunistas.

Quatro camaradas mulheres (Ana Maria Mesquita, Silvestrina Silva, Eduarda Fernandes e Ilda Figueiredo) dirigiram outras tantas secções, e animaram o debate político, vivo e interessado com dezenas de intervenções e um denominador comum — confiança no Partido e vamos para a frente.

Na reunião plenária, que estava à pinha, José Timóteo, começou por dar conta de que no distrito do Porto labutam diariamente cerca de 580 mil assalariados, com uma forte organização dos trabalhadores, com cerca de 50 sindicatos, 150 mil sindicalizados, mais de 1500 delegados sindicais e cerca de 100 CT's e também para outras realidades, como os sindicatos da UGT, os sindicatos independentes e de classe profissional, cuja discussão o Partido precisa aprofundar.

Há significativas alterações no distrito nas estruturas empresariais e na organização do capital.

No Grande Porto, grande destruição da metalurgia, têxteis, conservas de peixe e confecção e algum crescimento mais no interior, assente na precariedade, nos jovens que abandonaram as escolas e na falta de competitividade. O governo do PSD não apoia a reestruturação e reequipamento das nossas indústrias tradicionais, que têm aqui a maior concentração do País.

O desemprego ultrapassa os 70 mil trabalhadores, o capital estrangeiro compra empresas instaladas (alimentação, confecções, farmacêutica) e não investe em mais emprego.

Crescem as preocupações com o emprego na Banca e nos Seguros e o entrosamento destes secto-

res com Indústria/Comércio/Construção Civil/especulação imobiliária, e novos grupos económicos.

Não há desenvolvimento económico, construído sobre os baixos salários e a fraca qualificação dos recursos humanos.

A Administração Pública, que devia gerir os interesses públicos, vai fazendo a gestão dos interesses privados e simultaneamente leva os trabalhadores à angústia, a insegurança...

As relações laborais alteraram-se para pior. Onda desregulamentadora, lei dos contratos a prazo, flexibilização dos horários, perda de direitos, papel cúmplice do divisionismo e da UGT.

A contratação e negociação colectivas estão bloqueadas, é maior a exploração dos trabalhadores e o patronato quer desacre-

ditar a importância dos sindicatos.

A questão nuclear da razão de ser deste debate, viria a seguir: os caminhos, os meios e as formas para reforçar a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores.

Temos uma organização onde desapareceram importantes células de empresa, mais debilitada e com mais dificuldades em intervir, devido à ofensiva geral do governo e do patronato contra as liberdades, a democracia e os direitos de quem trabalha. Apesar disso, os comunistas, fiéis intérpretes dos interesses e aspirações dos trabalhadores, não têm poupado esforços. Algumas medidas tiveram efeito positivo.

Muitas organizações, submetidas às exigências da luta política

## Conferência Nacional é uma tarefa

Na Reunião Plenária de dirigentes e delegados sindicais, membros das Comissões de Trabalhadores, militantes das células e sectores profissionais, quadros das organizações concelhias do Partido, realizada sábado no CT da Boavista, o presidente do Conselho Nacional do PCP proferiu uma intervenção da qual publicamos os extractos fundamentais

«O Plenário que acabamos de realizar, no quadro de muitas outras iniciativas realizadas na região, representa um criativo avanço no exame dos problemas debatidos e importante contribuição para a Conferência Nacional de 26 de Novembro.

Os debates realizados nos quatro painéis, dos quais acabamos de ouvir um significativo relato pelo camarada Timóteo, têm o mérito de descrever com novo rigor a situação, o grande potencial de intervenção dos trabalhadores no distrito, o trabalho realizado e as experiências e de apontar possíveis caminhos para a solução dos problemas postos. (...)

Na base do trabalho já realizado na Organização Regional e da informação e opiniões trazidas a este Plenário pode dizer-se que os resultados desta iniciativa encerram uma dupla função.

Uma é o avanço da análise e das experiências com vista às soluções e tarefas nas condições específicas da área geográfica, económica, social e partidária abrangida por este Plenário e a contribuição dessa análise e dessas experiências para a busca de caminhos e soluções noutras organizações do Partido.

Outra é a contribuição para que, na Conferência Nacional, sejam aferidas orientações e traços fundamentais, sujeitos ainda a aprofundamento ulterior, das questões relativas ao reforço e renovação da organização, da intervenção e da influência do Partido no seio dos trabalhadores.

### Novas e graves condições objectivas exigem soluções adequadas

Justifica-se que anotemos, como elemento imprescindível da reflexão (...) as alterações profundas (de que o Plenário deu significativos dados e exemplos) que se estão verificando nas estruturas económicas do país e suas consequências nas relações laborais e na base objectiva para a organização e actividade do Partido.

Essas alterações têm sem dúvida causas económicas relativas ao desenvolvimento do capitalismo, à internacionalização dos processos produtivos, à divisão internacional do trabalho, às reestruturações e reorganizações económicas correspondentes e inevitáveis.

Mas, naquilo que mais drasticamente altera os níveis da força de trabalho, a arrumação e distribuição da mão-de-obra, as alterações devem-se fundamentalmente em Portugal ao processo contra-revolucionário de restauração do capitalismo monopolista e das privatizações, à capitulação nacional na integração europeia; à destruição do aparelho produtivo; à liquidação de centenas de milhares de postos de trabalho pelo encerramento e falência de milhares de empresas e a subdivisão e pulverização de algumas das maiores; à destruição da reforma agrária e consequente desemprego de dezenas de milhares de trabalha-

dores; aos despedimentos em massa e reformas compulsivas atingindo milhares de militantes, de dirigentes e activistas sindicais e de outros trabalhadores com grande experiência de luta; à extrema precarização e instabilidade do trabalho; ao alto nível do desemprego, às deslocações massivas de profissão; à instalação de unidades novas com renovação quase total de pessoal; (...) e ainda, como elemento particularmente grave, à repressão patronal e governamental, às perseguições, discriminações e despedimentos seleccionados por motivos políticos, à proibição efectiva de actividades sindicais em milhares de empresas.

Este breve enunciado refere situações que, no fundamental, têm sido apontadas pelo Partido, pelo movimento sindical unitário e pelas Comissões de Trabalhadores. Aprofundar o conhecimento da situação a nível nacional é uma das tarefas do trabalho preparatório da nossa próxima Conferência Nacional.

É desde já uma conclusão irrecusável que, a organização partidária dos trabalhadores assim como as formas concretas de organização e organismos unitários e de ligação do partido com as massas têm que dar resposta a uma situação radicalmente diversa em numerosos aspectos e extraordinariamente mais complexa e mais desfavorável do que a situação que existia há 20, há 15, há 10 ou mesmo há 5 anos ou menos.

Por tudo quanto já anteriormente se conhecia, pelos novos elementos que este Plenário revela, é desde já lícito concluir que na situação actualmente existente, mais que em qualquer outro momento da vida do nosso Partido, as orientações e as soluções orgânicas para o problema têm de dar resposta às situações concretas e por isso terão não só de se admitir mas de encontrar, descobrir e aplicar soluções diferenciadas.

Temos insistido na importância primordial da organização do Partido nos locais de trabalho. A célula de empresa foi durante dezenas de anos a estrutura orgânica fundamental do Partido. Em grandes empresas (muitas delas agora desmembradas e liquidadas como tal) existiam fortíssimas células com muitas centenas de militantes e influente intervenção na vida das empresas. A situação mudou radicalmente. Pelas razões objectivas em que o Partido tem insistido e de que este Plenário deu novos exemplos desapareceram centenas, se não milhares, de organizações de base, incluindo células de empresa.

Em centenas de locais de trabalho é muito remota a possibilidade no imediato de reconstituir tal tipo de organização. Com soluções concretas e empenhamento do Partido podemos vencer as dificuldades. Quando as condições objectivas se modificam velozmente como se verifica na actualidade, é necessário contrariar ideias feitas e a imobilidade e rotina de métodos de trabalho.

Ainda que qualquer conclusão esteja sujeita à continuação dos debates no Partido e aos trabalhos da própria Conferência Nacional, creio que se podem desde já apontar, em termos gerais, dois tipos de solução segundo as condições existentes, e cada qual comportando formas específicas de organização e actividade.

Por um lado reforçar e reconstituir células de empresa ou de local de trabalho, que continuam a ser uma forma prioritária de organização.



Por outro lado, soluções orgânicas muito diversificadas.

Em algumas organizações do Partido têm-se ensaiado com criatividade novas soluções. Assinalam-se resultados positivos. Neste nosso Plenário aparecem também exemplos valiosos (...). É indispensável que toda a rica variedade das novas experiências e seus resultados, não fique só nos Plenários, ou mesmo nas organizações regionais respectivas. É indispensável que cheguem à Conferência Nacional. O somatório dessas experiências nas várias organizações será sem dúvida uma riquíssima contribuição para que a Conferência Nacional possa avançar na análise deste problema e apontar caminhos para o trabalho futuro. (...)

### Tarefa de todo o Partido

O objectivo da Conferência Nacional de 26 de Novembro - reforçar a organização e a influência do Partido no seio dos trabalhadores - é um objectivo central e fundamental de que dependem em última instância a força, o desenvolvimento, a intervenção na sociedade e o futuro do Partido.

É necessário que todo o Partido, desde a direcção central à mais pequena organização, tome disto consciência.

Não é tarefa de que se possa dizer "fica para depois". Tem-se atrasado o ataque a este problema crucial. Pode dizer-se que pela premência de outras tarefas consideradas inadiáveis. Pela impossibilidade de acorrer com recursos humanos e materiais mais reduzidos às exigências e tarefas da intervenção do Partido em praticamente todas as áreas da vida nacional. Pela realização de sucessivas campanhas eleitorais que absorveram o grosso das energias do Partido. São sem dúvida razões.

Nenhuma dessas razões invalida entretanto a necessidade de examinar sem qualquer preconceito se porventura este atraso numa questão tão essencial não resulta também de uma defeituosa definição de prioridades e de distribuição de recursos materiais e humanos, de aspectos do estilo de trabalho, de uma subestimação pela comunicação social da luta e do papel dos quadros operários, de tendências que aqui e além se manifestam para o apagamento do Partido, e de um certo esquecimento (chamemos-lhe assim) de que é na classe operária, é nos trabalhadores, é nas massas populares que reside a força essencial do nosso Partido.

# do Partido

que tivemos de enfrentar, deram prioridade ao trabalho político e orgânico, na direcção da linha institucional e do trabalho local, descuidando a atenção à organização partidária dos trabalhadores.

Apareceram algumas ideias de medidas indispensáveis, que as enviamos como contributo à Conferência Nacional: reforçar a atenção à actual organização, atrair novos e jovens quadros, e avançar no recrutamento; maior regularidade no acompanhamento das células e maior incidência nos problemas concretos dos trabalhadores alargar a novas concelhas o que é hoje prática em Matosinhos, Porto, Maia e Gaia, o acompanhamento e intervenção na resolução dos problemas das empresas e sectores; erguer, na ORP, uma organização do

Comércio, com particular atenção às grandes superfícies; realizar periódicas reuniões verticais de militantes dos sectores mais importantes e definir responsáveis por essa coordenação; melhor coordenação de empresas nacionais de importância estratégica.

Muito desta análise e ideias de trabalho foi testado e desenvolvido pelos camaradas no debate nos quatro painéis:

**1º Painel:** Há na região um grupo de empresas dinâmico, competitivo, com taxas de lucro elevadas; cresce o desemprego estrutural nos trabalhadores com mais de 40 anos; aumentou a competitividade e os trabalhadores não recuperam no salário o que perdem na inflação, degradando-se o seu poder de compra. A denúncia da crise deve ser feita,



sobretudo, a dos trabalhadores e das suas famílias.

**2º Painel:** A luta está aquém das necessidades e das possibilidades; as concelhas devem intervir nos conflitos mais importantes; é necessário que os comunistas se assumam de facto na luta, no M. S. nas CT's; empenhamento no recrutamento e rejuvenescimento, na reestruturação sindical, na informação aos trabalhadores; e levantadas muitas outras questões,

cuja discussão deve prosseguir...

**3º Painel:** Grande prestígio e importância das células de empresa, como base de apoio em quem os trabalhadores confiam e se socorrem, indispensável à dinamização da resistência e da luta; nas OT das reuniões de células, ir ao concreto; prioridade ao recrutamento, sugerido até uma campanha; vencer os problemas de comunicação e infor-

mação junto dos trabalhadores e da sociedade; ousadia e necessidade de responder com novas formas de organização, independentemente do quadro adverso da situação política, no que se refere às liberdades.

**4º Painel:** Assumir atitudes e comportamentos diferentes em relação aos jovens; grave desatenção aos jovens trabalhadores, que são no distrito um quarto da população assalariada e vítimas maio-

res dos problemas que afectam os trabalhadores; há boas condições para se avançar, a Interjovem tem um papel importante; confiar, responsabilizar e dar espaços; quando há trabalho persistente e concreto, os jovens aparecem na luta ao lado dos trabalhadores, e aí os mais aguerridos e alegres; valorizar os pequenos passos com a ideia de que muito mais é necessário.

Esta discussão não pode parar.

## da central e vital – afirma Álvaro Cunhal, no Porto

O nosso Partido afirma-se e é o partido político do proletariado, da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses. Os trabalhadores o criaram como um partido independente dos interesses, da influência, da ideologia das forças do capital. Os trabalhadores lhe deram não apenas apoio, mas intervenção, experiência, militância, dedicação, quadros, pensamento político, força e energia revolucionária.

Se o Partido resistiu à repressão ao longo de 48 anos de ditadura fascista e se forjou nas duras condições de clandestinidade como um grande partido nacional, isso deve-se de forma determinante às profundas raízes que criou na classe operária, nos trabalhadores, nas massas populares.

Se, após o 25 de Abril, apesar do processo contra-revolucionário no nosso país, apesar das furiosas campanhas anticomunistas em muitos aspectos de conteúdo fascista e pidesco, apesar da derrocada da URSS e de outros países socialistas, apesar da agressividade mundial do imperialismo, apesar das proclamações de "morte do comunismo" e do "declínio irreversível do PCP", se apesar de tudo isso o nosso Partido continua a ser um grande partido nacional, combativo, convicto, confiante, influente e respeitado, isso deve-se fundamentalmente a que essas profundas raízes na classe operária e nos trabalhadores, elemento essencial da identidade do Partido, continuam a afirmar-se.

Neste Plenário foram confirmadas e apontadas novas e graves condições de natureza objectiva que criam sérios obstáculos à organização e acção dos trabalhadores.

É sabido que nós, comunistas não desanimamos perante as dificuldades. Cabe ao nosso Partido actuar para que o desânimo não alaste a vastos sectores do mundo do trabalho onde não aparece claro como superar a gravíssima situação social e a degradação das condições de vida.

A realização da Conferência Nacional do Partido em 26 de Novembro e as iniciativas, como este Plenário, que para a sua preparação estamos realizando em todo o Partido, mostram a nossa determinação e confiança em que (com o empenhamento de todo o Partido, indispensável para cumprirmos com êxito esta tarefa) encontraremos os métodos, as formas, as soluções para ultrapassar as novas e graves condições objectivas e conseguirmos reforçar a organização partidária e a influência do Partido no seio dos trabalhadores, elemento essencial da sua natureza, da sua capacidade de intervenção e do seu futuro e também elemento essencial para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

### Accão institucional, luta de massas, reforço do Partido

O nosso Partido combate o governo de direita, a maioria de direita na Assembleia da República, mas não é um partido que se limite a opor-se ao poder constituído. É um partido que intervém com papel simultaneamente criativo e construtivo nos órgãos do poder, nomeadamente na Assembleia da República pelo nosso Grupo Parlamentar activo e competente. É um partido que, com outros democratas e com notáveis, incontestadas e reconhecidas realizações, exerce o poder local em grande parte do país.

Não nos limitamos a ser oposição - a mais coerente e firme oposi-

ção à política antidemocrática e de desastre nacional do Governo de Cavaco Silva e do PSD. Criticamos também com inteira razão a política do PS que em muitos aspectos é quase igual à do PSD. Criticamos os compromissos do PS com o PSD, a sua pretensão à bipolarização, a sua estulta pretensão de hegemonizar e submeter a esquerda. O nosso Partido assume-se com inteira razão na actualidade como o portador de uma política de alternativa democrática.

Compreende-se assim que desde já, o Comité Central tendo em vista as eleições legislativas de 1995, tenha apontado como uma grande iniciativa política o "Debate com o País".

É uma grande iniciativa já em desenvolvimento e que se continuará a desenvolver nos meses próximos apontando já para as eleições legislativas do próximo ano.

Não é uma consigna de propaganda mas uma realidade do quadro político-partidário português actualmente existente que sem o PCP não é possível uma verdadeira alternativa democrática à política e ao governo de direita. A votação no PCP e a sua forte representação parlamentar serão um elemento necessário e indispensável para a formação de um governo com uma política democrática.

Estamos pois profundamente empenhados na intervenção na Assembleia da República. Estamos na Assembleia da República, lá estamos e lá continuaremos. Lutamos para reforçar o nosso Grupo Parlamentar, necessário para defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do país, da democracia.

Estamos profundamente empenhados na grande batalha eleitoral de 1995 para derrotar o PSD e a direita, por uma grande votação no nosso Partido, por uma alternativa democrática.

É uma orientação da mais alta importância e à qual também se deve a força e influência do Partido.

Esta forte intervenção do Partido nas instituições e nomeadamente na Assembleia da República não contraria porém um aspecto importante da sua identidade. O PCP não é um partido parlamentarista ou eleitoralista. Em alguns partidos comunistas, terem ao longo dos anos transformado o Parlamento e as eleições no centro da sua actividade foi uma das causas da sua degradação como partidos comunistas, da queda da sua influência e do seu prático desaparecimento da cena política. A acção parlamentar (assim como a acção nas autarquias) e a luta eleitoral do nosso Partido inserem-se na acção geral do Partido nas diversas direcções centrais da sua actividade.

Esta orientação relativa ao que temos chamado a luta institucional, não diminui de forma alguma nem secundariza a importância determinante da luta de massas.

É sabido que, cada vez que a luta popular alcança um nível superior, logo o governo, à boa maneira de Salazar e da PIDE no antigamente, proclama que o povo está a desrespeitar a legalidade e a ameaçar a ordem pública, e que se trata da acção de agitadores profissionais, - mais concretamente (como inventa o SIS ou os apalhaçados caceteiros porta-vozes do governo e do PSD) dos agitadores comunistas. E até ouvimos há pouco tempo, quando dos protestos na Ponte 25 de Abril, o Primeiro-Ministro, nadando nessas águas sujas, gritar o mesmo para cá do Oriente onde se encontrava.

Esses senhores dizem ainda mais. Dizem que "não deixarão cair o poder na rua", e que, se há oposição e protestos a fazer à política do governo, o lugar próprio (alguém terá mesmo dito: o único lugar próprio) é a Assembleia da República. De vez em quando tocam este disco.

Vê-se que estes senhores esquecem os direitos e liberdades dos cidadãos (fundamentais no regime democrático) que querem destruir mas que é aquele em que vivemos. Esquecem, entre outros, o direito de associação, o direito de reunião, o direito de manifestação, o direito à greve.

O PCP, a cuja luta sem paralelo se deve a libertação de Portugal da tirania fascista, continuará incansável a defender as liberdades e direitos e, como uma forma da sua defesa, continuará a exercê-los queiram ou não queiram o governo e outras forças reaccionárias. Com a classe operária, com os trabalhadores, com as diversas camadas sociais feridas pela política de direita, com as massas populares em movimento.

Inseparável da luta de massas, o reforço dos movimentos e organizações sociais de carácter unitário, continuam a ser uma das direcções fundamentais da acção do Partido.

Nesta actividade têm papel preponderante a classe operária e os trabalhadores em geral, o movimento sindical e as Comissões de Trabalhadores e outras formas de organização unitária (...)

Para o seu desenvolvimento é determinante a força organizada do Partido, concretamente as organizações partidárias de base dos trabalhadores.

E assim voltamos à temática em debate neste Plenário e objecto da Conferência Nacional de 26 de Novembro.

### A Conferência Nacional

Já se tem dito que a Conferência Nacional será simultaneamente um ponto de chegada e um ponto de partida. Ponto de chegada do exame e dos debates preparatórios que se estão realizando e cujos resultados é necessário assegurar que cheguem à Conferência. Ponto de partida para o trabalho ulterior que se impõe continuar a fim de reforçar a organização partidária dos trabalhadores e a actividade e influência do Partido entre os trabalhadores.

Para conseguir tal resultado é indispensável uma orientação correcta e, como o camarada Timóteo sublinhou, o empenhamento de todo o Partido do centro à base, dos funcionários do Partido, dos organismos intermédios, das organizações e militantes, da imprensa do Partido e outros meios de informação e propaganda.

É indispensável reforçar também os organismos de direcção dos concelhos, das freguesias e outros, sem esquecer o papel em geral determinante dos funcionários do Partido.

Repito, camaradas. Esta tarefa a que nos propomos é uma tarefa central e vital.

Da sua realização com êxito acabará por depender a capacidade de intervenção e o êxito do Partido em todas as áreas da sua intervenção na sociedade, incluindo a institucional.

Dela depende além do mais uma maior afirmação e promoção de quadros operários a todos os níveis de responsabilidade.

Dela depende o futuro do Partido, como partido comunista que somos e estamos todos decididos a continuar a ser.

Pelo reforço e renovação da organização, da intervenção e da influência do Partido no seio dos trabalhadores.

Viva o Partido Comunista Português!

## 5ª Assembleia da Organização Regional de Portalegre

## Dar resposta aos anseios do povo

Decorreu no passado domingo, na Sociedade Filarmónica do Crato, a 5ª Assembleia da Organização Regional de Portalegre que contou com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Sob o lema «Com o PCP, nova política, desenvolver o Alentejo», a 5ª Assembleia de Portalegre aprovou uma resolução política que faz um balanço negativo da evolução da situação económica e social no distrito nos últimos três anos.

«A demonstração deste retrocesso é bem traduzida pela diferença agravada para o distrito em relação à média nacional dos principais índices de desenvolvimento», salienta o documento que acusa o PSD de assumir na região «a defesa da política governamental gravosa para os interesses do distrito e do Alentejo».

Desde 1991 que a desertificação e a regressão social e económica são os fenómenos mais salientes na análise da realidade regional. A população decresce e envelhece, revelando o fracasso dos projectos de desenvolvimento para a região.

Os comunistas apontam a ausência de «medidas estruturantes que permitissem o desenvolvimento e a fixação do homem do Alentejo» e afirmam que o Plano de Desenvolvimento Regional foi «estruturado à margem dos agentes interessa-

dos» e não corresponde a um plano integrado de desenvolvimento que permita «o aproveitamento dos recursos endógenos, a criação de emprego e a distribuição de riqueza com maior justiça social».

Por outro lado, «a governamentalização e partidarização dos órgãos de extensão do Governo, nomeadamente a CCRA, na região do Alentejo, tem sido o maior obstáculo à dinamização e implementação de políticas prioritárias de investimento», concluiu a assembleia que defende a devolução «ao povo da capacidade de decidir, pela via democrática», ou seja a necessidade urgente de efectuar a regionalização.

### O caminho do desenvolvimento

O desenvolvimento do distrito passa, para os comunistas de Portalegre, pela redefinição da política agrícola, nomeadamente pela «reestruturação fundiária com a distribuição da terra a quem a trabalha» pelo «apoio às cooperativas e empresas agríco-



las» e pelo «abandono das exigências da PAC».

Neste ponto, assume particular importância «uma gestão eficaz dos recursos hídricos quer dos existentes como Caia e Complexo do Sorraia, quer através da construção de barragens do Abrilongo, Freixo, Pisão, Estação, quer ainda das interligações com o projecto do Alqueva».

Por seu turno, a política de industrialização defendida pelo PCP no distrito prevê a criação de incentivos específicos, a construção de infra-estruturas básicas de energia e telecomu-

nicações, e a criação de gabinetes de apoio ao desenvolvimento, entre várias outras medidas consideradas indispensáveis, caso da urgente concretização das vias rodoviárias previstas.

### 11 mil desempregados

Para o PCP a política de Cavaco Silva tem sido responsável pelo aumento do desemprego e da insegurança no trabalho. Os dados estatísticos mostram que o número de desempregados subiu de 6798,

em 1991, para cerca de 11 mil, actualmente.

Na base deste agravamento estão as empresas Fino's, Hoescht, Inlan, Robinson e Martins & Rebelo que vêm reduzindo postos de trabalho; e o Governo através das medidas reestruturantes e de contenção orçamental que destruiu centenas de empregos na Função Pública, nos aduaneiros, no sector das comunicações e no sector empresarial do Estado.

A aplicação dos fundos estruturais, na criação de 15 novas empresas do sub-sector têxtil,

resultou também num fracasso. Metade daquelas unidades já encerrou, com a destruição de 400 postos de trabalho, e as restantes que sobrevivem encontram-se em dificuldades financeiras e com salários em atraso.

### Reforçar a organização

Reconhecendo quebras e debilidades no funcionamento da organização, a Assembleia aprovou um conjunto de iniciativas no sentido de a reforçar. Assim, até ao início de 1º semestre de 95 decorrerá uma campanha de contactos com militantes, bem como está a ser feito um esforço de recrutamento para o Partido e JCP.

São ainda tarefas imediatas eleger as comissões concelhias e de freguesia, e criar células ou estabelecer ligações regulares nas empresas com mais de 100 trabalhadores, e onde existam militantes do partido.

A 5ª Assembleia foi unânime na aprovação da resolução política cujas orientações visam aumentar a intervenção da organização, alargar a influência política e eleitoral do Partido de forma a «permitir a concretização de uma alternativa para o País, com um novo governo, com uma nova política».

## Carlos Carvalhas na Covilhã e no Crato

### «Não nos afastaremos dos problemas dos trabalhadores»

Das intervenções proferidas pelo secretário-geral no encerramento das assembleias das organizações regionais de Castelo Branco e de Portalegre, publicamos de seguida os principais extractos.

(...)

«O nosso esforço, o nosso empenhamento, a nossa intervenção política continuará voltada para a resolução dos problemas do país e das populações, para dar voz, nomeadamente, a nível institucional às suas justas aspirações e reivindicações e para impulsionar a luta de massas contra a política de direita».

«Não nos afastaremos da orientação de procurar solucionar os problemas dos trabalhadores e do povo, com os meios que estão ao nosso alcance e de combater as injustiças e as prepotências, de combater com toda a determinação a política do PSD».

«Nenhuma manobra de diversão, ou de marketing político, esteja ela ligada às eleições legislativas ou presidenciais, nos afastará dos problemas dos trabalhadores, dos reformados, da juventude, dos problemas da agricultura e do desenvolvimento. A verdade, a autenticidade, o trabalho, a honestidade e a competência são traços essenciais da nossa identidade e elementos fundamentais da nossa intervenção política».

«Não será, ao contrário do que dizem certos comentadores partidarizados, a proposta da ida quinzenal do Governo a uma Assembleia da República, asfixiada pela maioria do PSD, que marcará aquilo a que chamam a agenda política. Quanto muito marcará a agenda de alguma imprensa e nada mais».

«Quem tem marcado e continuará a marcar a "agenda política" e o pulsar da vida do país são as lutas dos trabalhadores e de outras camadas da população, os protestos dos utentes da Ponte 25 de Abril, as justas reivindicações e protestos da juventude, dos agricultores e pescadores, dos eleitos da ANAFRE e da Associação de Municípios e não a política-espectáculo tendo por palco a Assembleia da República».

«Com aquelas iniciativas, tendo inclusivamente em conta o figurino do Regimento, o PSD o que procura é servir-se da Assembleia da República, para realizar tempos de antena e não debater realmente os problemas do país».

«Não é com "shows" mediáticos do Primeiro-Ministro e do PSD, nem com pomposas encenações, nem com o corropio de ministros e secretários de Estado em visitas pelo país a promoverem a "excelência" do Governo, que se dá resposta aos graves problemas com que o país está confrontado».

«O PCP ao mesmo tempo que tem apresentado medidas e soluções para os problemas do país e que tem definido global e sectorialmente uma política democrática alternativa à política de direita do PSD, salienta que deverão constituir preocupações e tarefas nacionais prioritárias, a elevação do nível de vida e do consumo popular, a defesa da produção nacional e a orientação dos nossos recursos para a modernização do aparelho produtivo e a criação de empregos e a resposta às graves carências em que vivem milhares de famílias no nosso país.(...)»

### Agravam-se as assimetrias e a situação social

«É a política de direita, a política clientelar de concentração de riqueza, a política assente nos dogmas do neo-liberalismo e nas orientações e critérios de Maastricht que tem conduzido à desestabilização da organização da economia nacional, à substituição crescente da nossa produção pela produção estrangeira, ao agravamento da condição periférica, subcontratada, e dependente da estrutura e especialização produtivas do País, à acentuação dos desequilíbrios ecológicos e das assimetrias regionais, ao agravamento das desigualdades e das injustiças sociais».

«E o Orçamento de Estado para o próximo ano, apesar dos «balões de oxigénio» para efeitos eleitorais, nem por isso deixa de ser mais um instrumento de redistribuição da riqueza nacional em favor dos grandes senhores do dinheiro. Benefícios e prendas para o grande capital e para as actividades especulativas e parasitárias e mais dificuldades para a produção nacional e para os pequenos e médios empresários».

«Reduções das contribuições patronais para a segurança social e agravamento do IVA que atinge de igual maneira um multimilionário ou um trabalhador com um salário mínimo».

«Só com o aumento do IVA em um ponto percentual na taxa média, os portugueses irão pagar em 1995 mais 45 milhões de contos! Uma bagatela, dirá certamente o Governo, mas um intolerável encargo dirão concerteza todos os cidadãos e famílias em dificuldades!(...)»

### O falso combate à corrupção

«Quando o neo-liberalismo, o salve-se quem puder, a lei da selva e o poder do dinheiro são erigidos como valores supremos de uma sociedade, quando o secretismo, o clientelismo, a partidarização de cargos

de dirigentes e o tráfico de influências se transformam em normas de funcionamento e em política de Estado, não é de estranhar que se banalize e floresça a corrupção».

«O PSD está há nove anos no poder e só agora, depois das críticas sucessivas, nomeadamente do Procurador-geral da República é que veio fazer o show mediático através do Ministro da Justiça, afirmando que iria coordenar o combate à corrupção».

«O envolvimento directo do Ministro da Justiça nesta "coordenação" não dá quaisquer garantias, uma vez que é solidário com o governo a que pertence».

«No nosso país, as grandes transferências de milhões e milhões, têm-se verificado, nomeadamente, através do leilão de riquíssimo património público, com as privatizações, através das grandes Obras Públicas e através dos fundos estruturais. Um campo fertilíssimo de fortunas rápidas, a que nem faltarão os chamados sinais exteriores de riqueza».

«Mas o que as afirmações do Ministro da Justiça indicam é que, não é naquele campo que incidirão as averiguações, mas sim na arraia miúda... como diz o nosso povo, "apanhar as pulgas para deixar passar os elefantes". As afirmações do Ministro da Justiça o que indicam é que a perseguição da corrupção se fará de um modo selectivo e politicamente orientado».

«Mas faça o PSD o que fizer e diga o que disser, a verdade é que a imagem cuidadosamente trabalhada e encenada, de seriedade e subordinação ao interesse público e à causa pública, é claramente desmentida pela prática política do seu governo, marcada pelo clientelismo e por numerosos escândalos envolvendo destacadas figuras do Governo e da Administração Pública, pelas negociatas e a especulação financeira».

«Não se combate a corrupção com a governamentalização do Estado, nem com o secretismo dos actos da administração pública, nem com a oposição à transparência e conhecimento público do rendimento e património dos eleitos, nem com uma política, toda ela orientada no essencial para a concentração da riqueza e para a reconstituição do capitalismo monopolista de Estado».

«E os factos recentes em vários países - Grécia, Itália, França - mostram que as forças de direita e de extrema-direita, que na oposição tem feito campanha pela moralização, contra os políticos em geral e a política em abstracto, logo que ascendem ao poder com o falso propósito de combater a corrupção, não têm tardado em se aproveitarem dos cargos públicos para o enriquecimento pessoal e em se envolverem em múltiplos escândalos».

### 3ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco

## Desenvolver o distrito

«Com o PCP, para uma nova política, desenvolver o distrito» foi o lema escolhido para a 3ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco, que teve lugar no passado sábado, na Covilhã.

Os 94 delegados, eleitos em 14 assembleias plenárias, debateram relatório de actividades e a resolução política, onde se faz o balanço de quase quatro anos e se apontam as orientações para o trabalho futuro.

No decorrer dos trabalhos, em que participaram o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e também Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política, além de várias intervenções das comissões concelhias, foram abordados temas como a luta de massas, a organização e o trabalho de direcção, a desertificação das aldeias, o ideal comunista, o trabalho da juventude, o trabalho autárquico, os reformados, e outros.

Durante a assembleia foram enunciadas diversas propostas a serem levadas brevemente pelo Grupo Parlamentar do PCP à Assembleia da República, bem como duas moções, uma sobre a Regionalização e outra sobre a Revisão Constitucional.

Após a aprovação por unanimidade da Resolução Política, apresentada por Armando Morais, membro do Conselho Nacional e responsável pela DORCB, procedeu-se à eleição de nova direcção regional agora



composta por 19 membros. Fazem parte da DORCB camaradas com responsabilidades no movimento sindical, autarquias, juventude, empresas, ensino e também empresários.

### Um distrito em crise

Caracterizando a realidade económica e social do distrito, a

resolução política da Assembleia considera que a região está afundada numa grave crise com consequências destruidoras no

cento, são muitas as situações de desemprego que não são abrangidos pelos números oficiais.

débil tecido empresarial e com reflexos alarmantes para toda a população.

No últimos dez anos, segundo dados do censo de 1991, o distrito perdeu mais de 19 mil habitantes, enquanto que perto de 25 por cento da população residente tem mais de 65 anos. Não é por acaso que o envelhecimento e desertificação atingem com maior incidência os concelhos economicamente mais deprimidos, como são exemplo Zona do Pinhal, Penamacor e Idanha-a-Nova.

Com uma agricultura pouco produtiva, que enfrenta a invasão de produtos estrangeiros e crescentes dificuldades de escoamento, os rendimentos já baixos dos agricultores agravam-se e aumenta o abandono da terra. Por seu lado, os fundos comunitários, para além de serem muito selectivos, não têm contribuído para a modernização do sector agrícola.

Igualmente desprotegido está o enorme património florestal do distrito, calculado em mais de 100 mil hectares, que tem sido criminosamente destruído por incêndios. Faltam os meios financeiros para a prevenção, e as estruturas responsáveis não têm nem meios de combate suficientes nem planos de actuação definidos.

O panorama industrial é também marcado pela destruição. Só nos últimos cinco anos encerraram 25 empresas de lanifícios, 14 de confecções, seis serrações de madeira, as minas das Panasqueira e, recentemente a Auto-Mecânica da Beira e a Metalúrgica de Castelo Branco, entre muitas outras pequenas empresas.

Segundo números dos três centros de emprego do distrito, estão inscritos mais de oito mil desempregados, mais de metade dos quais pertencem ao concelho da Covilhã. Contudo, e apesar de na Covilhã a taxa de desemprego ultrapassar oficialmente os 20 por

O documento aprovado pela Assembleia refere ainda enormes carências ao nível de infra-estruturas básicas, tais como água e saneamento, vias de comunicação, saúde e ensino.

### As propostas dos comunistas

No conjunto de propostas «para desenvolver o distrito», o PCP insiste, no plano político, na necessidade da Regionalização através da criação das Regiões Administrativas, bem como na dignificação e valorização da administração pública do poder local democrático.

No plano económico, defende o lançamento de uma operação integrada de desenvolvimento (OID), assim como exige a vinda dos fundos necessários provenientes dos 2º Quadro Comunitário de Apoio. Alterar as orientações da política agrícola nacional e lutar pela revisão da Política Agrícola Comum (PAC) são também aspectos considerados importantes pela DORCB que se pronuncia pela concretização e aproveitamento integral dos planos de regadio, por uma política florestal adequada, pela modernização das indústrias de lanifícios e vestuário, bem como pela reabertura das minas da Panasqueira.

Por fim, os comunistas sublinham a necessidade de garantir a estabilidade do emprego e o direito ao trabalho, fundamentando a seguir várias propostas com vista à melhoria das condições de vida da população.

A resolução política define os principais objectivos e prioridades do trabalho do partido no distrito, delineando várias medidas de reforços da organização e do trabalho de direcção. São ainda anunciadas iniciativas a realizar brevemente no âmbito da Conferência Nacional e no «Debate com o País para uma nova política».

## Zangam-se os compadres do PSD na Guarda

A Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, tem seguido com vivo interesse e grande preocupação o desenvolvimento das notícias sobre a «vendeta» frustrada entre dirigentes do PSD do Concelho da Guarda, que incluía, além desses, jornalistas, um advogado e um Juiz de Direito «sentenciados pelo crime» de denúncia pública e condenação judicial de actos de abuso de poder e falsificação de documentos.

Uma primeira conclusão se pode retirar de toda esta rocambolesca história conhecidos que são os primeiros desenvolvimentos: todo este enredo só foi possível de montar, graças à impunidade de que gozam os altos dignatários do «poder laranja», senhores de um poder absoluto e sem controlo democrático. Daí a DORG do PCP pensar ser fundamental não deixar que as investigações se fiquem pela consideração de que se trata de um simples caso de polícia.

Para além dos crimes anunciados, de que ressalta, pelo seu extremismo e gravidade, a intenção de eliminar fisicamente um Juiz do Tribunal da Guarda, há que investigar as ramificações deste caso na sua vertente iminentemente política.

São hoje claras as motivações profundas deste caso, ligadas, directa ou indirectamente, à luta feroz pelo poder no seio do PSD/Guarda. A provarem-se as revelações, fica claro de que quem se atravessar no seu caminho, interna ou externamente, pode ser removido até pelos «métodos democráticos» denunciados.

O Juiz Granja da Fonseca, ao condenar o presidente do Instituto Politécnico da Guarda, João Raimundo, figura proeminente no universo do PSD com domínio avassalador na estrutura distrital, decretou o declínio político do seu consulado familiar, cuja primeira consequência foi a derrota da facção encabeçada por Marília Raimundo nas eleições para a Distrital «laranja», inscrevendo com isso, ao que parece, o seu nome no rol dos inimigos «políticos» declarados do chefe em queda.

Neste processo é igualmente imperioso desvendar o papel e os envoltimentos dessa sinistra personagem de Trancoso, com uma vida recheada de atentados, perseguições e crimes contra democratas e a democracia portuguesa, que priva de perto com altas individualidades do PSD e que, pelos vistos, só não executou a «encomenda» por da lista constarem alguns «amigos».

Fala-se igualmente de escutas telefónicas «particulares» feitas pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral dos TSD ao Juiz (e sabe-se lá a quem mais) pelo que se torna legítimo perguntar: com a ajuda de que serviços de investigação e segurança? Este caso vem mais uma vez pôr a nu a generalização da devassa, por métodos ilegais e «pidescos», da vida privada dos cidadãos.

São por isso sobejamente justificadas as preocupações e denúncias do PCP sobre os perigos das propostas do PSD para a Revisão Constitucional, que em matéria de Justiça vão no sentido da instrumentalização do Poder Judicial em obediência a Cavaco e ao Governo; da transformação crescente do Estado de Direito em Estado policial; da promiscuidade indistigável entre o PSD, o Governo e o aparelho de Estado sendo que os últimos agem em descarado benefício do primeiro; da corrupção, do clientelismo, do favorecimento partidário que grassam na sociedade pela mão toda-poderosa do partido do Governo, com total impunidade e à-vontade.

Por último, a DORG do PCP exige a demissão imediata de João Raimundo do cargo de presidente do Instituto Politécnico da Guarda e não apenas a suspensão como por ele é solicitada à ministra, na salvaguarda do prestígio e honorabilidade do ensino público. O PCP reitera ainda a sua solidariedade aos visados desta tenebrosa maquinação, em especial ao Dr. Juiz Granja da Fonseca, declarando, simultaneamente, o nosso empenhamento no total esclarecimento de todas as implicações políticas deste caso, como exigência da democracia portuguesa e prova da necessidade de uma Nova Política e um novo governo para Portugal.

«É que os que falam da classe política em geral, procurando meter tudo e todos no mesmo saco, o que pretendem é esconder que o que está em causa não é a classe política mas sim a política de classe, a política da lei do mais forte, assente na retórica de valores éticos, no exercício de cargos públicos para disfarce da intensificação da exploração dos trabalhadores e do enriquecimento a partir do aparelho de Estado.(...)»

### A irresponsabilidade de um processo de Revisão

«Consideramos que o «dobre de finados» em relação à Revisão constitucional e o facto de não ter ido em frente o acordo da concertação social com as graves liquidações de direitos dos trabalhadores constituem grandes vitórias da democracia e do povo português e daqueles que, como o PCP, sempre se bateram pela sua não concretização.

A «suspensão» da Revisão deixou claro três questões:

1 - que não havia nenhuma urgência, nem nenhum caso constitucional que a justificasse e que sob o pretexto de melhorar o regime democrático e de aproximar os eleitos dos eleitores, o que se pretendia era administrativamente fabricar maiorias golpeando a proporcionalidade;

2 - que os projectos de Revisão apresentados, nomeadamente os do PSD e do CDS eram de autênticos ajustes de contas com o 25 de Abril, contendo propostas altamente lesivas das regras democráticas, dos direitos dos trabalhadores e dos direitos económicos;

3 - que o PS assumiu graves responsabilidades no desencadear do processo de Revisão e que a sua «suspensão» é inseparável do seu receio de que os seus entendimentos com o PSD, nomeadamente fora da Assembleia e por baixo da mesa, tal como o fizeram no passado e agora publicamente o confessaram, constituíssem um factor muito negativo, em vésperas de eleições.

Mas, se para esta legislatura o processo parece estar encerrado, a verdade é que a Lei fundamental, pelo seu carácter progressista, continua ameaçada, pelo que exige da nossa parte que façamos esforços para que todos estes processos de revisão constitucional sejam conhecidos do nosso povo. (...)

## PCP mais forte na Madeira

Decorre no próximo sábado um encontro regional na Madeira sob o lema «Os trabalhadores madeirenses precisam e a luta exige um PCP mais forte». A iniciativa insere-se na preparação da Conferência Nacional do Partido e conta com a presença de Blanqui Teixeira, do secretariado do Comité Central.

Recentemente, na região foram tomadas medidas de direcção que têm levado à reorganização e mesmo criação de células do Partido, em algumas empresas e sectores.

## Transportes de Lisboa

A 3ª Assembleia de organização do Sector de Transportes de Lisboa teve lugar no passado sábado, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara.

Na reunião, em que participou Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, foi aprovada uma resolução política que descreve a evolução nas empresas nos últimos quatro anos, define os traços de uma nova política para o sector e aponta medidas para o reforço da organização do Partido. No próximo número, daremos um tratamento mais detalhado das conclusões da Assembleia.

## ZORL define tarefas

A Organização da Zona Oriental da Cidade de Lisboa realizou, no passado domingo, a sua 3ª Assembleia, que foi encerrada por Blanqui Teixeira, do secretariado do Partido.

Perante uma centena de camaradas, foi discutida e aprovada a uma resolução que considera prioritário «o acompanhamento do Plano de Intervenção a Médio Prazo, do Plano Especial de Realojamento, da Reabilitação dos Núcleos Históricos, dos problemas sociais e urbanísticos decorrentes com a Expo'98 e da renovação da zona ribeirinha de Lisboa».

## 7.ª Assembleia de Setúbal

Com data marcada para 1 de Dezembro, realiza-se na Albergaria Laitau, na capital sadina, a 7ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP, em que participa Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política.

A assembleia é antecedida por um conjunto de reuniões para discutir o projecto de relatório concelhio e para a eleição dos delegados. São temas centrais a preparação da Conferência Nacional do Partido, bem como as preocupações e protestos pelo agravamento da situação social no concelho, resultante nomeadamente dos processos em curso na Solisnor, Torralta e Valfrio.

## Moita elege concelha

Realizou-se recentemente na Baixa da Banheira a 5ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Moita, em que foi eleita a nova comissão, após uma discussão aberta sobre o estado actual e as perspectivas de futuro desta organização. Na presença de 145 delegados, as intervenções basearam-se na importância de um contacto constante com os eleitos nas autarquias, células de empresas, juventude e associações culturais e desportivas do concelho.

Jerónimo de Sousa, membro do Comité Central do PCP, ao intervir no encerramento da reunião, salientou o papel fundamental dos comunistas como força revolucionária, que tem tomado posições perante uma política do Governo que viola os direitos dos trabalhadores e dos estudantes e que privilegia a concentração de riqueza.

## DORL apela

A DORL do PCP lançou um apelo aos trabalhadores da região de Lisboa para que participem na jornada de luta marcada para hoje pela União dos Sindicatos.

O executivo da DORL sublinha a importância das lutas recentemente verificadas nas Comunicações e Telecomunicações, na Cimianta, na Lusalte, no sector automóvel e no sector químico, alertando que «após o fracasso do chamado Acordo Económico e Social, Governo e patronato, com a anuência da UGT, vão tentar levar por diante o seu plano estratégico de eliminação dos direitos dos trabalhadores».

## Balanço autárquico

A comissão concelhia de Santa Maria da Feira promoveu, no passado dia 22 de Outubro, uma reunião de eleitos e activistas da CDU de várias freguesias do concelho.

A reunião fez um balanço positivo da actividade dos eleitos CDU e levantou várias preocupações a nível do saneamento básico, tratamento de resíduos industriais e poluição, problemas que se têm agravado no concelho.

Os presentes repudiaram as ameaças vindas a público sobre o encerramento do hospital de S. Paio de Oleiros, considerando que contradizem «as promessas recentemente anunciadas de melhoria dos seus serviços e instalações».

## Reunião em Ovar

Os eleitos do PCP nas autarquias do distrito de Aveiro reuniram-se, na passada semana, em Ovar, para analisar a sua intervenção nos primeiros meses do mandato e apurarem orientações para o futuro.

Na reunião, em que esteve Jorge Cordeiro, membro do Conselho Nacional, foi apontada a falta de poder reivindicativo dos autarcas do distrito face ao Governo, bem como a pouca predisposição para a cooperação intermunicipal. Os presentes consideraram também que as mudanças de presidência de Câmara, nomeadamente as ganhas pelo PS, não trouxeram melhorias nesta situação.

Por outro lado, foi feito um balanço positivo do trabalho das juntas de freguesias de Pedrido e Paranhos, com presidência comunista, onde se verificaram melhorias significativas no quotidiano das populações.

Por último, foi anunciado que a Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas irá entregar a cinco instituições do distrito, um total de 1100 contos provenientes dos montantes auferidos pelos eleitos nas suas autarquias.

# Debate em Famalicão Justiça social e desenvolvimento

Integrada na iniciativa «Debate com o País para uma nova política», a Comissão Concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP, realizou no passado sábado, dia 5, na Biblioteca Municipal, uma sessão pública que contou com a participação de dezenas de pessoas e a presença de Domingos Abrantes, da Comissão Política do CC do PCP.

Manuel Barbosa da Silva, da Comissão Concelhia do PCP e membro da Assembleia Municipal de Famalicão, introduziu o tema para debate «É possível uma política democrática de desenvolvimento com justiça social» e interrogou se não será um imperativo democrático dar corpo a uma alternativa económica e polí-

tica de direita, que visa e tem atentado contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a destruição do tecido económico do País, pondo em causa a própria democracia?

Domingos Abrantes colocou, como questão central, a necessidade de uma nova política para a qual comunistas e outros demo-



cratas devem empenhar-se em esclarecer antes das próximas eleições legislativas de 95. Que política o País precisa, que política as forças democráticas querem para assegurar a alternativa democrática para uma nova política. E se esta questão não for resolvida, certo e seguro que se repetirão os erros do passado — há mudanças de Governo mas não há mudanças de política.

Foi ainda debatida a necessidade de uma alternativa democrática ao Governo PSD e à política de direita de Cavaco Silva. O esforço dos comunistas, para uma nova política, deve ser acompanhado por outras forças democráticas, sem que haja a pretensão de estas hegemonizarem o campo democrático em detrimento da questão central — derrotar a direita.

Só com uma política democrática é possível haver desenvolvi-

mento que garanta uma maior justiça social.

É preocupante o silêncio absoluto por parte de certas forças democráticas, nomeadamente o PS, quanto ao plano de destruição acelerado das enormes conquistas sociais: a desregulamentação da legislação laboral, os ataques à Segurança Social, a desregulamentação do horário de trabalho, ou seja, ataques a questões vitais para os trabalhadores que, no concelho de Famalicão, também se fazem sentir.

A Comissão Concelhia do PCP de V. N. Famalicão, com o objectivo de aprofundar o «Debate com o País para uma nova política» e ouvir os trabalhadores e a população, promove nos próximos meses, até Março/95, uma série de sessões, temáticas e nas principais freguesias.

## Revisão — a quem serve?

«Revisão Constitucional - Porquê? A quem serve?» foi o tema de um debate promovido no sábado passado pela Direcção da Organização Regional de Viseu, integrado no «Debate com o País para uma nova política».

Durante a sessão, que contou com a participação de António Filipe, deputado à AR, foram expostas as posições do PCP sobre este tema e apresentada uma perspectiva dos vários projectos de revisão constitucional dos outros partidos.

Apesar da «suspensão» do processo de revisão, o tema motivou a participação dos presentes, tendo-se associado a discussão a várias outras questões da actualidade, como a degradação social do país, a actividade e a impunidade do SIS, os problemas do sistema jurídico e a corrupção, a regionalização, os perigos da modificação da legislação eleitoral e as posições hipócritas do PS em relação a esta matéria.

## DORC lança debate com o País no distrito de Coimbra

A Organização Regional de Coimbra do PCP apresentou ontem, quarta-feira, num hotel da cidade, uma série de iniciativas inseridas no «Debate com o País para uma nova política». Na sessão pública, usou da palavra Lousã Henriques, médico, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP.

O plano prevê a realização de 14 iniciativas, cobrindo um vasto leque de temas, durante o período que se estende entre o presente mês de Novembro e Abril do próximo ano.

Assim, já para 17 de Novembro, na Figueira da Foz, tem lugar um debate sobre «Política educativa/reforma do ensino»; em 24 Novembro, em Coimbra, o tema é «Viver, que direitos»; em 13 de Dezembro, também em Coimbra, está em debate o «Espaço Urbano/qualidade de vida»; em 16 de Dezembro, em Coimbra, «O sentido da alternativa»; em 13 de Janeiro, em Coimbra, «Cultura e Mercado»; em 13 de Janeiro, na Figueira da Foz, «Integração/exclusão social»; em 21 de Janeiro, na Figueira da Foz, «Pescas, que futu-

ro?»; em 26 de Janeiro, em Coimbra, «Pré-exclusão social da juventude»; em 3 de Fevereiro, em Montemor-o-Velho, «Dinâmicas locais de desenvolvimento»; em 4 de Fevereiro, na Lousã, «Desenvolvi-

mento e mundo rural»; em 10 de Fevereiro, em Coimbra «Interior e exterior do ensino superior»; em 17 de Março, em Coimbra, «Uma escola de realização profissional e pedagógica»; em 24 de Março,

em Coimbra, «Democracia no quotidiano»; finalizando a série de debates em 7 de Abril, na Figueira da Foz, com uma sessão subordinada ao tema «Obras públicas que política?».

## Alemanha Comunistas emigrados dinamizam actividade

O Organismo de Direcção Nacional dos emigrantes comunistas na Alemanha reuniu no passado fim-de-semana. Entre as várias questões que estiveram em debate, é de referir a situação precária de muitos dos portugueses que emigram presentemente ao abrigo da livre circulação de trabalhadores, bem como as agressões de neonazis de que são vítimas em particular este grupo de trabalhadores. O ODN considera fundamental a tomada de medidas por parte dos governos português e alemão que ponham termo a estas situações. Sobre esta matéria, o ODN decidiu enviar às associações portuguesas na Alemanha uma informação sobre as iniciativas de deputados comunistas na Assembleia

da República e no Parlamento Europeu sobre estas questões.

O ODN decidiu marcar a 5.ª Assembleia de Organização para o dia 21 de Janeiro do próximo ano, definindo desde logo um conjunto de medidas orgânicas com vista à dinamização da sua preparação, as prioridades irão para a dinamização da actividade partidária e para uma melhor ligação aos trabalhadores emigrantes e suas estruturas representativas. Este organismo elegeu o seu representante à Conferência Nacional.

Também na Alemanha, em Stuttgart, realizou-se a reunião do Organismo de Direcção Regional que decidiu marcar a sua Assembleia de Organização para o dia 10 de Dezembro.

## Controlo oceânico nos Açores

O Parlamento apreciou na passada semana uma proposta de resolução para que se mantenha na ilha açoriana de Santa Maria o Centro de Controlo Oceânico da ANA (Aerportos e Navegação Aérea), relativamente ao qual existe uma proposta de transferência para Lisboa.

Segundo o texto da resolução, os funcionários da ANA representam 10 por cento da população da ilha, sendo responsáveis por metade do valor gerado do PIB de 3,6 milhões de contos, pelo que, uma eventual desactivação do Centro de Controlo originaria "uma crise social e económica sem precedentes".

Depois de todos os grupos parlamentares garantirem o seu acordo ao conteúdo da proposta, à última hora, uma reviravolta na posição da bancada da maioria, dando o dito por não dito, veio aquecer o debate, face às dúvidas suscitadas quanto ao seu sentido de voto. Perante os protestos de Lino de Carvalho (PCP) e de Narana Coissoró (CDS/PP), a questão acabaria por ser resolvida, com a aprovação da Resolução na sua forma original, tendo como adenda a proposta de alteração da bancada do PSD.

## Contra a tortura

A Assembleia da República aprovou por unanimidade uma proposta de resolução relativa a emendas em dois artigos da Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Trata-se de alterações que se impunham e que, no essencial, como salientou o deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, permitirão que o Comité responsável pela referida Convenção cumpra melhor a tarefa para a qual foi criado pela Nações Unidas. Considerando que o "combate à tortura é indissociável do combate à hipocrisia", o deputado do PCP recordou que esta prática continua a ser "uma trágica presença no mundo contemporâneo", lembrando a propósito que para melhor ser combatida "não deve servir de pretexto à exteriorização, fora do lugar, de opções políticas". Referia-se Miguel Urbano Rodrigues - e este foi um dos exemplos que citou - ao próprio caso das Nações Unidas apostada, por vezes, em exaustivas enumerações, nas quais, ao que tudo indica, nunca constou qualquer denúncia quanto à tortura em Timor-Leste onde, observou, "o corte das orelhas pela polícia é o mais suave dos suplícios infligidos aos patriotas que ali se batem pelo direito a construírem livremente o futuro da sua terra".

# Nova ponte sobre o Tejo Governo erra nas opções

As opções do Governo quanto à nova ponte sobre o Tejo e o movimento de protesto cívico que anima os utentes da Ponte 25 de Abril voltaram a concitar a atenção dos deputados, polarizando, faz amanhã oito dias, o debate parlamentar. Na origem, um pedido de ratificação do PCP ao Decreto-Lei governamental que estabelece a concessão da exploração da nova ponte ao consórcio Lusoponte.

Com a presença do ministro Ferreira do Amaral, para a bancada comunista tratava-se de demonstrar, por um lado, como são injustificados quer a manutenção da portagem na Ponte 25 de Abril quer os aumentos propostos, e, por outro, como foi errada a opção política da concessão a privados, muito especialmente nos termos acordados.

Foi isso que fez o líder do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, ao salientar, desde logo, que a manutenção da actual portagem e respectivos aumentos de preços têm como razão exclusiva os "compromissos assumidos pelo Governo com o consórcio privado a quem pretende concessionar a nova travessia rodoviária sobre o Tejo".

Mais exactamente, para o presidente da formação comunista - que voltou a reiterar a ideia de que não há motivos económicos e muito menos sociais que justifiquem a manutenção da portagem na Ponte 25 de Abril -, a única razão invocada para a manutenção das portagens e para o aumento permanente dos seus preços, frisou, "radica na decisão do Governo de associar a construção e exploração da nova ponte sobre o Tejo à exploração da Ponte 25 de Abril".

"A construção da nova ponte sobre o Tejo - salientou, definindo a posição da sua bancada sobre esta matéria -, utilizável pelas gerações futuras, deve ser suportada por empréstimos públicos - amortizáveis a longo prazo - única forma de distribuir o seu custo pelas sucessivas gerações que dela usufruam. Nunca através de uma sobrecarga injustificada sobre os utentes e contribuintes actuais."

Mas se esta é uma "razão básica e essencial" para o Grupo Parlamentar do PCP defender a não ratificação do diploma, outras há, no entender de Octávio Teixeira, que sustentam o mesmo objectivo.

É o caso, sublinhou, da opção política do Governo pela concessão da construção e exploração da nova ponte a um consórcio privado (justificada, inconsistentemente, com base no «risco financeiro» do investimento), a que acresce o facto de tal concessão nos moldes propostos tornar o pagamento da nova ponte mais caro, para além de implicar expressamente a concessão ao referido consórcio do monopólio da travessia rodoviária sobre o Tejo.

Mas o ponto alto do debate estaria reservado ao período em que o líder da bancada do PCP, após formular as suas críticas às opções governamentais, entendeu explicitar o que considerou as "dúvidas legítimas" suscitadas pela leitura do relatório final da «2ª fase do concurso para a nova travessia rodoviária sobre o Tejo em Lisboa».

Tais dúvidas, em síntese, prendem-se com o facto de no referido Relatório estar escrito preto, no branco, que a estrutura contratual proposta pela Pontejo é "globalmente mais satisfatória", uma vez que o seu Contrato de Concessão "é aquele que menos se afasta da minuta proposta pelo GATTEL".

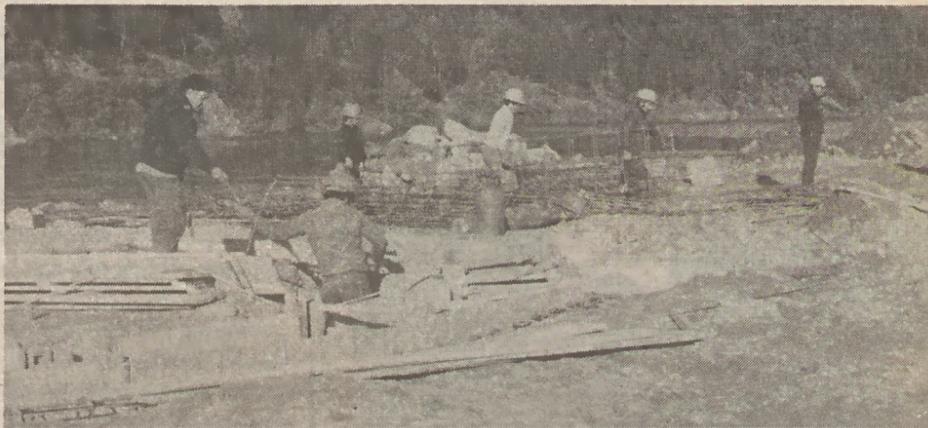
Com efeito, ainda segundo a análise de Octávio Teixeira, o valor actualizado das cobranças propostas pelo consórcio Pontejo era inferior ao da Lusoponte em 60 milhões de contos, do mesmo modo que era inferior o preço da portagem e o prazo de concessão previsto.

Ora se a proposta da Pontejo era a "globalmente mais satisfatória", como é que foi possível o Governo ter optado pela outra?

À questão, formulada por Octávio Teixeira, não respondeu Ferreira do Amaral. Evasivo, na réplica, depois de tentar alijar responsabilidades, transferindo o ónus da decisão para o GATTEL, escudou-se em perguntar o que faria o PCP se tivesse de decidir.

"No mínimo, depois de ler o Relatório, pedia esclarecimentos", ripostou Octávio Teixeira, acrescentando não querer crer "que o Sr. ministro assinou de cruz" e "não tenha esclarecido a situação".

Seja como for - e essa foi a conclusão tirada por Octávio Teixeira, que responsabilizou Ferreira do Amaral e o Primeiro-Ministro pelas decisões tomadas nesta matéria - a verdade é que se o ministro pediu esclarecimentos tinha a obrigação de os divulgar e se não os pediu - o que é estranho - devia tê-los pedido.



A construção civil é um dos ramos que regista elevados níveis de sinistralidade, onde os trabalhadores são obrigados a vender a sua força de trabalho em condições sub-humanas

## Acidentes de trabalho atingem níveis alarmantes - PCP propõe audição parlamentar

Preocupado com os elevados níveis de sinistralidade no trabalho atingidos no nosso País, o Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma Audição Parlamentar no sentido de ouvir quer o Governo quer os parceiros sociais ligados a esta problemática com vista à adopção ulterior das medidas legislativas consideradas por convenientes.

Anunciada numa das sessões plenárias da passada semana pelo deputado comunista Paulo Trindade, que se pronunciou sobre o assunto em intervenção produzida no período antes da ordem do dia, esta iniciativa da bancada comunista do PCP afigura-se de grande importância e actualidade, tanto maior se atendermos a que se trata de um problema já classificado de "verdadeira calamidade nacional".

Essa é, de resto, a opinião de Paulo Trindade, que a propósito lembrou estatísticas recentemente divulgadas, as quais referem, nomeadamente, no ano de 1993, a ocorrência de 15.033 acidentes de trabalho, de que resultaram 862 mortes.

"Em nome de que progresso, em nome de que competitividade é possível assistir-se a que diariamente pereçam a vida pelo

menos dois trabalhadores", questionou o parlamentar comunista, para quem as causas de tão elevada sinistralidade não resultam de qualquer fatalismo ou produto do acaso, antes decorrem, isso sim, "das condições sub-humanas em que muitos trabalhadores são forçados a vender a sua força de trabalho".

Mas se as causas estão bem definidas, permitindo, simultaneamente, constatar a associação directa entre o aumento da sinistralidade e a subida paralela da precarização do trabalho, não menos clara é igualmente a identificação dos responsáveis pela situação criada.

Disso não tem dúvidas Paulo Trindade, ao assinalar, a este respeito, por um lado, a quase inexistência de investimento em matéria de prevenção, e, por outro, a falta de fiscalização eficaz, mesmo em relação a

normas perfeitamente desactualizadas.

Um quadro que, do ponto de vista do parlamentar do PCP, não pode ser dissociado da "crescente desprotecção social a que têm vindo a ser sujeitos os trabalhadores portugueses", como o comprova, observou, o facto de no Porto se aguardar em média cinco meses e meio pelo pagamento do subsídio de desemprego, período que em Braga é de três meses, em Castelo Branco de dois, em Leiria de cinco, em Lisboa de seis, em Setúbal e Beja igualmente de três, e em Faro de cinco meses.

Neste contexto, para Paulo Trindade - que voltou a insistir na ideia de que a Assembleia da República não pode manter-se alheia a este assunto -, importa que se procedam a alterações na organização e funcionamento das entidades competentes em matéria de fiscalização, devendo, simultaneamente, em sua opinião, ser actualizada a legislação, em especial no que se refere à adopção de sanções que tenham um efeito dissuasor e criminalizem condutas que ponham em risco a vida e a saúde dos trabalhadores.

## Direitos aos casais em união de facto

O Grupo Parlamentar do PCP entregou ontem na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que alarga o conceito de união de facto e regulamenta o acesso às prestações da segurança social por parte de casais que partilham a sua vida neste quadro de coabitância.

Com esta iniciativa, divulgada terça-feira em encontro com os jornalistas parlamentares, os deputados comunistas pretendem superar algumas restrições constantes do diploma que veio regulamentar o regime de acesso às prestações por morte, no âmbito dos regimes de segurança social, por parte das pessoas que se encontram em união de facto.

Resolvidos, nomeadamente, caso venha a ser aprovado o diploma do PCP, serão os casos de muitas pessoas que, por falta de informação jurídica, têm sido privadas de prestações de segurança social, com base na caducidade por decurso do prazo.

A este respeito, importa dizer que, pese embora o Decreto Regulamentar nº 1/94 de 18 de Janeiro preveja apenas um processo declarativo como forma de obter uma sentença que prove a existência de uma união de facto, a verdade é que tal situação pode ser reconhecida em sentença proferida em processo tutelar cível, no caso, por exemplo, de se peticionarem alimentos a menor às pessoas que, por morte do progenitor, estão obrigadas a alimentarem.

Previsto no diploma do formação comunista - de que é primeiro subscritor a deputada Odete Santos -, para além da acção já hoje existente no enquadramento jurídico, é ainda um processo especial de jurisdição voluntária que se iniciará com uma fase destinada a uma decisão declarativa da existência da união de facto, em ordem a tornar possível o recebimento mais rápido das prestações.



## PLENÁRIO NACIONAL DO STALJOVEM

«Anda por aí um grupo organizado, "Cavaco e os seus apêndices", lá para os lados de S. Bento, que só pensam mesmo no mal. Não lhes bastava a mãozinha destruidora da nossa habitação, saúde e ensino; não lhes bastava sabotar a nossa segurança de emprego; não lhes bastava terem-nos assaltado o salário, ano após ano. Ninguém esquece aquele monumental "desvio" em que só nos deixaram 0,5% - Golpe de mestre! É assim que o Staljovem, no seu plenário nacional realizado em Évora no final de Outubro, apela à luta imediata por aumentos salariais justos e pela segurança no emprego, contra os recibos verdes e os disponíveis.

## APOIO À MATERNIDADE

A comissão executiva da CGTP-IN enviou uma carta ao secretário de Estado de Segurança Social apelando para que os serviços competentes, nomeadamente os médicos de família, sejam instruídos a darem cumprimento à directiva comunitária sobre o apoio à maternidade. Recorde-se que o Governo ainda não transpôs a directiva nº 92/85/CE para o ordenamento jurídico nacional, o que está a causar muitas incertezas, especialmente para as mulheres que se encontram em licença de parto.

## UM CONTRATO ÚNICO

O Sindicato dos Jornalistas vai propor a celebração de um contrato de trabalho único para todos os jornalistas depois da tomada de posse da Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, que agrega a generalidade das empresas de televisão, rádio e imprensa. Na confederação passam a estar representadas empresas que não estavam integradas em qualquer associação empresarial, o que abre condições formais para a negociação de um único CCT para os jornalistas.

## EMOÇÃO ADIADA

Só a 14 de Fevereiro voltará a reunir a assembleia de credores da Emoção, que no dia 7 estabeleceu os créditos de mais de 2 milhões de contos a 332 entidades (o maior credor é a Caixa Geral de Depósitos, a quem cabe uma fatia de 28 por cento). O sindicato dos Metalúrgicos do Porto, ao dar nota desta decisão, considera que ela poderá pôr em perigo uma resolução em tempo oportuno quanto à viabilidade daquela empresa que, com 200 trabalhadores, produz peças em alumínio injectado para a indústria automóvel. Desde meados de 1992 vive uma situação precária, depois de uma auditoria ter concluído existirem várias irregularidades, o que levou o conselho fiscal a apresentar uma queixa-crime contra os administradores responsáveis.

## PETIÇÃO DO COMÉRCIO

O descanso obrigatório ao domingo é exigido numa petição que os trabalhadores do comércio estão a preparar para entregar na Assembleia da República. Esta iniciativa, refere um comunicado da federação do sector (Fepces/CGTP), surge após o Governo ter remetido para as autarquias a decisão sobre os horários de funcionamento do comércio. «Ao decidir assim, o Governo confirmou ser incapaz de agir contra a vontade das grandes superfícies comerciais, que insistem na manutenção da abertura do comércio ao domingo», vendo nela «um instrumento decisivo na sua estratégia de controlo da fatia maior de facturação do comércio português».

## AVEIRO

A Inter-Reformados realizou anteontem, no salão dos Bombeiros Novos de Aveiro, a sua 2ª Conferência Distrital. Foi aprovada uma carta reivindicativa com as principais preocupações e exigências para a melhoria das condições de vida dos reformados e foi eleito o novo Conselho Distrital da organização.

## REFINARIA DO PORTO

As ameaças de encerramento que pairam sobre a Refinaria do Porto da Petrolgal «assentam em incapacidades e impotências de gestão a vários níveis que se vêm reflectindo de forma evidente na gestão de pessoal e política salarial, assim como no atraso ou arrastamento de decisões e execução a nível de investimentos» - acusa a sub-Comissão de Trabalhadores, num comunicado emitido após o plenário de 26 de Outubro, que terminou com o pessoal a acompanhar uma delegação até ao gabinete do Director-Geral, a quem foi apresentado o protesto e exigido que seja posto termo ao papão do encerramento da Refinaria. «Impões o aproveitamento adequado das potencialidades da Refinaria do Porto e a prática de uma informação séria e transparente em toda a Petrolgal e sob uma verdadeira gestão integrada» - afirma a sub-CT.

# Professores exigem reunião no ME até dia 15

Melhores vencimentos e efectiva participação estão no centro das reivindicações da Fenprof para este ano lectivo

A abertura de um processo sério de negociações do Governo com os representantes da classe docente foi exigida pelo Conselho Nacional da Fenprof, que no passado fim-de-semana aprovou o plano de acção para o ano lectivo de 1994-95. A Federação Nacional dos Professores quer discutir a revisão salarial e também o funcionamento dos jardins de infância e das escolas dos ensinos Básico e Secundário, a expansão da rede pública da Educação Pré-Escolar, a legislação sobre quadros e concursos, a contagem integral do tempo de serviço e a abolição da prova de candidatura e outros aspectos gravosos do Estatuto da Carreira Docente.

Apelando à participação nas acções conjuntas dos sindicatos que subscreveram a plataforma reivindicativa para a Administração Pública (nomeadamente na acção de hoje à tarde, em Lisboa), a Fenprof decidiu marcar para 18 de Novembro uma concentração nacional de dirigentes e delegados sindicais, caso até dia 15 o Ministério da Educação não dê uma res-

posta satisfatória à exigência de abertura de negociações.

A divulgação de uma «carta aberta» à ministra Ferreira Leite foi outra das decisões do órgão dirigente da Fenprof, reunido dias 3 e 4 em Lisboa.

## Ensino é prioridade

No plano de acção reafirma-se que «a educação e o ensino constituem uma prioridade nacional» e que «o Estado português deve cumprir as obrigações que o direito universal à Educação lhe impõe, investindo no sistema educativo as verbas bastantes à concretização desse direito e, logo, à edificação de uma escola de qualidade». No entender da Fenprof, «o Governo deve criar os instrumentos de execução das políticas necessárias à realização de um programa de desenvolvimento do sistema educativo que tome possível atingirmos elevados níveis de qualidade»; no Orçamento de Estado devem figurar «as verbas necessárias à expansão do sistema escolar público e da rede pública de edu-

cação pré-escolar, ao alargamento e melhoria do funcionamento da educação especial, bem como à elevação dos índices de eficiência do sistema».

«Dado os professores exercem uma função de inquestionável valor social», defende a Fenprof que o Governo deve «no mais curto prazo, melhorar significativamente os vencimentos auferidos pelos professores», objectivo que a federação considera «um dos propósitos primeiros da acção» da classe neste ano lectivo.

Os professores reclamam, ainda que seja reconhecido, *de jure e de facto*, o direito a participarem na definição da política educativa. A Fenprof, afirmando-se «indiscutivelmente a organização sindical docente mais representativa», exige que o Ministério da Educação atribua às diversas estruturas um poder negocial correspondente à sua real implantação no seio da classe.

A exigência da via da negociação no relacionamento com os órgãos do poder «se, por um lado significa a abertura na pre-

cura de soluções, por outro deverá corresponder a uma insistente e forte acção de denúncia e de contestação, se e sempre que tal opção for inviabilizada».

Além das acções já referidas, as estruturas da Federação Nacional dos Professores vão promover iniciativas de «denúncia pública e exigência de resolução dos problemas» dos docentes de manualidades artísticas, os formados pela ARCA/Árvore/IADE, os portadores de habilitação suficiente e os que prestam serviço nas Instituições Particulares de Solidariedade Social; a Fenprof decidiu ainda empenhar-se na elaboração, «com os professores», da Carta sobre as condições de funcionamento nas escolas, documento a entregar no ME. Também na 5 de Outubro vai ser entregue o abaixo-assinado recolhido no 1º período, de contestação ao processo de avaliação de desempenho dos membros dos órgãos de gestão. A federação resolveu solicitar audiências ao Presidente da República, ao Provedor de Justiça e ao Procurador Geral da República, e entregar na AR uma petição sobre os problemas dos professores aposentados.

No quadro da acção em torno da revisão salarial e dos objectivos definidos na plataforma reivindicativa, o Conselho Nacional da Fenprof decidiu ainda apelar à «convergência na acção de todas as organizações sindicais» da Administração Pública, e propôs a marcação de um semana de luta no sector.

O 5º Congresso da Fenprof vai ser convocado para 17, 18 e 19 de Maio próximo.

## Governo não paga às escolas profissionais

A Interjovem alerta para a «grave situação de ruptura financeira em que se encontram cerca de 120 escolas profissionais, derivada do facto de o Governo não disponibilizar, a tempo e horas, os fundos comunitários a elas destinados». A organização de juventude da CGTP-IN, numa nota de imprensa divulgada sexta-feira, exige que as verbas sejam desbloqueadas «de imediato, sob pena de se comprometer o ano lectivo em muitas dessas escolas».

Comentando os recentes casos da Escola Raul Dória, no Porto, e da Escola Profissional de Gestão e Tecnologias Marítimas, em Quarteira (onde os professores paralisaram em protesto por não receberem salários há vários meses), a Interjovem afirma que «não é com promessas e campanhas publicitárias mais ou menos caras que se garante o normal funcionamento das instituições que ministram cursos de formação profissional».

«Não basta, com efeito, que o Governo diga que o dinheiro está disponível. É preciso que esse dinheiro chegue efectivamente às escolas para que estas possam pagar aos docentes e consequentemente garantir aos discendos uma formação con-

sonante com os desafios de modernização que se colocam à economia portuguesa. Se isso não for feito, tanto professores como alunos têm o direito de se revoltar» - afirma a estrutura juvenil da CGTP.

Ao manifestar a sua solidariedade para com os protestos dos alunos, a Interjovem realça «a grande serenidade e o grande sentido de responsabilidade» que os formandos têm demonstrado, atitude que «contrasta flagrantemente com a leviandade com que o Governo trata as questões do ensino e da formação profissional».

No dia em que veio a lume a notícia de que a Raul Dória teve que suspender as suas actividades lectivas devido à falta de pagamento, por parte do ME, dos financiamentos a que aquela escola profissional tem direito, o Sindicato dos Professores do Norte emitiu uma nota recordando que «a alternativa ao ensino regular foi incentivada pelo Governo e à sua volta foram criadas estruturas de apoio (GETAP) e expectativas que desde há cerca de um ano têm sido postas em causa pela asfixia financeira que foi imposta às escolas profissionais».

Os docentes da Raul Dória, refere o SPN, não recebem os

seus honorários desde o mês de Fevereiro; a partir de Outubro foi esgotada a capacidade de endividamento da escola, o que retira a possibilidade de pagar aos funcionários e o alu- guer das instalações.

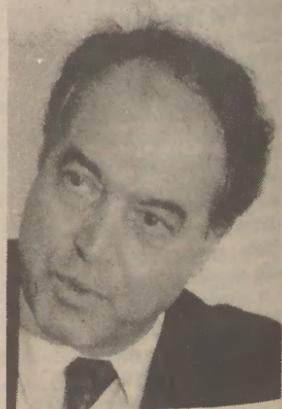
## Bancários comunistas

Na peça intitulada «Sindicatos bancários cederam sem luta», publicada no número anterior do «Avante!», foram trocadas as legendas que identificavam os camaradas José António Antunes e Gaspar Martins, membros da coordenadora nacional dos bancários do PCP.

Apresentando as nossas desculpas aos entrevistados e aos leitores, voltamos a publicar as fotos com as respectivas legendas. Aproveitamos para recordar que José António Antunes é o coordenador das comissões de trabalhadores da Banca e que Gaspar Martins é também o coordenador da comissão sindical do BESCL na área do Sindicato dos Bancários do Norte.



Gaspar Martins



José António Antunes

## CGTP promove acção nacional de protesto

# «Temos o direito de viver melhor!»

Plenários, concentrações, greves e iniciativas de esclarecimento e sensibilização da opinião pública decorrem durante esta semana em dezenas de localidades

As razões para os trabalhadores enveredarem pelo caminho da luta «são cada vez mais fortes», sublinhou Carvalho da Silva, na conferência de imprensa em que apresentou as conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da CGTP. Nesse dia, iniciou-se a acção nacional de protesto que, por iniciativa da central, decorre até ao fim desta semana, englobando as reivindicações de diferentes sectores, regiões e empresas nas grandes exigências colocadas pela *Inter*:

- mais e melhor emprego,
- subida dos salários reais (tendo em conta a inflação, o aumento da produtividade, a aproximação aos salários europeus e a recuperação das perdas de 1993 e 1994),

- aumento intercalar do salário mínimo em 5 mil escudos,
- actualização em 3 mil escudos das pensões de reforma inferiores ao salário mínimo,

- definição legal do horário máximo semanal de 40 horas, a partir de 1 de Janeiro,

- melhor protecção social e
- respeito pelos direitos dos trabalhadores.

O manifesto que está a ser distribuído pelas estruturas sindicais, subscrito pelo Conselho Nacional da CGTP, lembra que «os objectivos do Governo e do patronato fracassaram, ao não conseguirem um acordo de concertação social», sublinhando que «o interesse nacional exige, não que se continue o folhetim da concertação, a que temos vindo a assistir, mas sim que o Governo tome medidas urgentes no sentido de resolver os problemas concretos do País».

A falta de tais medidas, a par da insistência em políticas cujo fracasso é evidente, agrava-se com o facto de o Governo não dar cumprimento às suas próprias promessas - como referiu o coordenador da Intersindical Nacional, recordando aos jornalistas que, em Março, o primeiro-ministro admitiu um aumento

salarial intercalar para a Administração Pública caso se verificasse uma *retoma* económica; recentemente, na Figueira da Foz, Cavaco Silva repetiu a promessa; no entanto, na passada segunda-feira, o ministro Eduardo Catroga afirmava, em entrevista ao «Público», que não haverá aumentos intercalares.

Para a CGTP, «há condições» para aumentar os salários no próximo ano. Mais, «ou há aumentos salariais, ou não há qualquer melhoria das condições de vida, nem há qualquer convergência» com os padrões comunitários - sublinhou Carvalho da Silva.

### Segurança Social tem futuro

Além do tratamento dos problemas que dia a dia se colocam aos trabalhadores e das formas de lutar pela sua resolução, a Comissão Executiva da CGTP tem vindo a abordar «com maior profundidade» alguns temas. Depois de, há duas semanas, ter debatido o problema dos aciden-

tes de trabalho, na reunião de dia 7 foram abordadas as questões relacionadas com a Segurança Social e a «nova ofensiva» que a atinge e que tem por objectivos «criar insegurança e instabilidade» e «criar a ideia de que não há possibilidade de manter um sistema público sólido». Carvalho da Silva - acompanhado na conferência de imprensa por Maria do Carmo Tavares e Manuel Lopes - voltou a denunciar, como origem desta ofensiva, a acção de *lobbies* privados, nomeadamente ligados às grandes seguradoras e gestoras de fundos de pensões.

Recusando qualquer tentativa de transferência de encargos para os trabalhadores (como o Governo pretende fazer no OE para 1995, diminuindo as contribuições do patronato e aumentando o IVA), a CGTP exigiu que os patrões deixem de poder usar em seu proveito os dinheiros da Segurança Social. Citando números oficiais, o coordenador da central revelou que, no ano passado, ficaram por pagar 30 por cento do total das contribuições patronais.

Carvalho da Silva criticou a sucessão de actos legislativos perdoando aos patrões as dívidas à Segurança Social, os quais têm feito desta «a teta do patronato para reivindicar mais todos os anos e alimentar-se à conta dos contribuintes». «Os patrões não pagam e ficam à espera de nova lei para lhes perdoar a dívida e dar novas benesses» - acusou.

O aumento das falências e dos processos de «viabilização» de empresas com perdão das dívidas à Segurança Social mas sem reconhecimento de os direitos dos trabalhadores (sobretudo o direito ao posto de trabalho) foi fortemente denunciado pela CGTP, que apontou o distrito de Braga como exemplo de vários escândalos. Antontem, a União dos Sindicatos bracarense solicitou, com carácter de urgência, uma audiência ao secretário de Estado, Salter Cid, para analisar vários casos, como a Têxtil Carides, as Malhas Silma, a Cavalinho, a Fiação de Delães, a Luzcor, a JF Braga, a Barbanel, a Xavi - que não abriram as portas, apesar de aprovado o processo de viabilização, com o perdão de milhões de contos de dívidas à Segurança Social.

## Nada impede o Governo de viabilizar a Torralta

As declarações do secretário de Estado da Segurança Social ao «Semanário» de 29 de Outubro, indiciando que o Governo se inclinaria para a falência da Torralta, por ser a viabilização um «mau negócio», foram severamente condenadas pelos representantes dos trabalhadores da empresa e pelas estruturas sindicais da Hotelaria (federação e sindicatos do Sul e do Algarve).

Numa informação divulgada à imprensa pela Feshot, as afirmações de Salter Cid são classificadas como «irresponsáveis, levianas e totalmente desinseridas de qualquer ponderação

social». «Se a viabilização da Torralta tiver que passar pela «morte» de alguém, que seja a de algum secretário de Estado, e não a de 500 trabalhadores e de uma empresa que continua a ter um enorme potencial de desenvolvimento económico» - afirmam as estruturas sindicais.

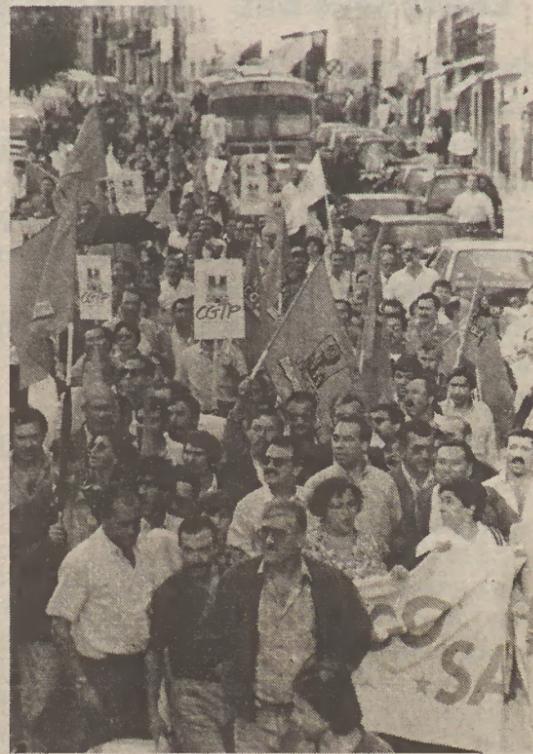
Depois de alertar para as «seriíssimas preocupações que levanta nos trabalhadores e dos problemas imediatos que causa à empresa» a entrevista do secretário de Estado, a nota considera que tais declarações reflectem «no mínimo, contradições no seio do Governo relati-

vamente ao futuro da Torralta, visto que o ministro do Comércio e Turismo tem assumido sempre, perante os representantes dos trabalhadores, que a Torralta irá ser viabilizada».

O administrador judicial, salientam as direcções da Feshot e dos sindicatos, «demonstrou já ao Governo que é mais barato viabilizar a empresa», mesmo numa óptica meramente economicista. Sublinhando que o problema da viabilização da Torralta é «eminente político-social», as estruturas sindicais reafirmam que ela é a «única solução sensata», tendo em conta a dimensão da empresa, o seu património e os postos de trabalho que mantém.

«Nada impede o Governo de viabilizar a Torralta. Pelo contrário: constitucionalmente (artigo 87/2) o governo é obrigado a intervir e a viabilizar a empresa e a garantir o direito ao trabalho» - afirma-se na nota de imprensa.

A assembleia de credores está marcada para dia 14, segunda-feira, no tribunal de Grândola. Entretanto, durante esta semana, os representantes dos trabalhadores foram recebidos na AR, pela subcomissão do Comércio e Turismo e pelo Grupo Parlamentar do PSD. Hoje, à tarde, deslocam-se ao Ministério e à Secretaria de Estado do Turismo.



A CGTP traz para a rua os protestos dos trabalhadores (foto do plenário nacional de sindicatos, que reuniu em Lisboa a 12 de Outubro e cujos participantes se deslocaram depois à residência oficial de Cavaco Silva)

## Concentrações

Na acção nacional de protesto, integram-se iniciativas diversas, a decorrer durante esta semana nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu e na RA da Madeira.

### Hoje

Para hoje, estão marcadas concentrações em vários pontos de Lisboa:

- na Rua Augusta, às 16 horas, concentração promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa, com deslocação à residência oficial do primeiro-ministro;

- junto à Secretaria de Estado do Orçamento (Terreiro do Paço), dos trabalhadores do administração pública (15 horas), seguida de deslocação para a Rua Augusta e a residência oficial do primeiro-ministro;

- junto ao Ministério dos Transportes e Comunicações, dos trabalhadores de transportes (12 horas) e das telecomunicações (16 horas); os trabalhadores da Rodoviária de Lisboa, do Metropolitano e da Carris também reúnem em plenário junto das administrações respectivas;

- junto da Secretaria de Estado do Comércio (15 horas), dos trabalhadores da Torralta, da SAAL e dos bares e restaurantes do aeroporto.

Representantes dos trabalhadores das empresas de metalomecânica pesada concentram-se, às 11 horas, junto da administração da multinacional ABB (Alfragide).

Estão ainda marcadas concentrações de trabalhadores para várias localidades do distrito de Setúbal:

- às 9 horas, no Parque Industrial da Quimigal, Barreiro (empresas Lusol, Quimitécnica, ATM, Quimiparque, Plasquisa e CPB);

- às 9.30 horas, no Barreiro (Largo Catarina Eufémia), em Almada (Largo São João Batista) e no Foguetreiro;

- às 14 horas, em Setúbal (Largo do Quebedo).

Ainda hoje, ao fim da tarde, tem lugar um desfile de sindicalistas no Funchal, que se deslocam à sede da Assembleia Legislativa Regional.

### Amanhã

A União dos Sindicatos do Porto convocou para amanhã, às 15 horas, uma concentração de trabalhadores na Praça da Liberdade.

Em Castelo Branco, às 16.30 horas, tem lugar uma concentração frente ao Centro Regional de Segurança Social; os trabalhadores da Função Pública concentram-se junto à delegação do sindicato (Rua da Sé), às 16 horas, desfilando depois para o Governo Civil. Às 16 horas, realiza-se em Évora um plenário frente ao Sindicato do Comércio (Rua João de Deus). Em Portalegre realizam-se, de tarde, plenários de rua, junto do Governo Civil ou com deslocação para ali.

## ORTs da Valfrío querem mudança da administração

O necessário novo quadro de recuperação da Valfrío «terá de passar pela reconstituição do conselho de administração e pela negociação com os clientes de uma forma de financiamento à produção que seja aceite pelo principais bancos» que trabalham com aquela fábrica de frigoríficos, sediada em Setúbal - afirmam as organizações representativas dos trabalhadores.

Numa informação divulgada à imprensa segunda-feira, os ORTs da Valfrío chamam a atenção para a situação social extremamente difícil que ali se vive: os trabalhadores não receberam o subsídio de férias, os salários de Setembro e Outubro «e certamente não irão receber o salário de Novembro, porque neste momento a empresa encontra-se com a sua produção parada».

Depois de grandes dificulda-

des financeiras, desde meados de 1992, a assembleia de credores aprovou, em Abril passado, um plano de recuperação, cujos pressupostos assentavam num acordo com a Candy italiana e no apoio de um banco estrangeiro. Entretanto, faliu a Iberna Italia, empresa titular da Valfrío. Quanto à administração que emergiu da gestão controlada, os ORTs afirmam que ela «nunca funcionou de facto».

## Encontro Distrital do Porto Um aniversário comemorado a discutir o futuro

Um dia depois de assinalar 15 anos de existência, a Juventude Comunista Portuguesa vai realizar no próximo dia 12 de Novembro, na Escola Preparatória do Cerco, o IV Encontro Distrital do Porto, que sob o lema "Vale a Pena Lutar" tem como objectivos reforçar a organização da JCP no distrito, afirmar as propostas dos jovens comunistas sobre a política educativa e de juventude, reforçar a intervenção nas escolas, nos locais de trabalho e na sociedade e discutir as linhas de orientação da JCP-Porto nos próximos meses.

Este IV Encontro Distrital realiza-se num momento de intensa participação dos jovens comunistas na vida estudantil, associativa, sindical e social do distrito do Porto e neste encontro pretende-se abrir o espaço de debate a temas tão diversos como a situação dos jovens trabalhadores, o associativismo juvenil, o actual sistema de ensino, as eleições legislativas de 95, o bloqueio norte-americano a Cuba, os 20 anos da revolução dos Cravos, a situação em Timor-Leste, o papel da mulher na sociedade, o Serviço Militar Obrigatório, etc.

### Melhorar a intervenção

Postos à discussão estão três documentos de fundo, dois deles especialmente dedicados ao Ensino (secundário e superior) e um terceiro que define as principais linhas de intervenção para 94/95 dos jovens comunistas do Porto.

Neste último documento, propõe-se aos participantes que aprovelem como sectores prioritários da sua intervenção o Ensino Secundário e Superior, o Trabalho Local (juventu-

de trabalhadora, trabalhadores-estudantes e associativismo) e outras áreas específicas como sejam as próximas eleições legislativas, os movimentos de opinião, jovens artistas, concelhias, informação e propaganda, iniciativas próprias da JCP e organização.

Dinamizar a iniciativa, a acção e a luta juvenil e estudantil; reforçar a intervenção para o fortalecimento, a activação e autonomia do movimento juvenil bem como a organização e intervenção própria da JCP, aos vários níveis, são alguns dos objectivos que se pretende cumprir através da definição dos referidos sectores prioritários de intervenção.

### Reforçar o debate e comemorar aniversário

Reforçar o debate e a formação política e ideológica e preparar e participar nas eleições legislativas, dar força à Juventude CDU e à CDU, são outros objectivos propostos aos participantes neste Encontro.

Os documentos postos à discussão dos participantes, e naturalmente sujeitos ao mais variado tipo de alterações, propõem acções específicas a desenvolver ao longo do ano, subordinadas às grandes orientações que resumidamente assinalámos e tendo em conta a

realidade económica e social do distrito e da sua população jovem.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, encerrará com

uma intervenção os trabalhos deste encontro, após o que se seguirá uma grande festa de aniversário da JCP que contará com um magusto e animação musical.



## Encontro Distrital de Beja JCP atenta à realidade alentejana

O Encontro Distrital de Beja da Juventude Comunista Portuguesa realizou-se no passado sábado, estando presente na sessão de encerramento José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP, depois de um debate que resultou na aprovação por unanimidade de dois documentos, um sobre o Trabalho Local e outro sobre o Ensino Secundário.

No primeiro documento, os jovens comunistas de Beja decidiram adoptar como linhas de intervenção para 1995 o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas próprias junto dos jovens trabalhadores-estudantes (dando particular atenção à campanha pelo emprego que a JCP está a realizar); dinamizar a realização de iniciativas locais e concelhias que afirmem a JCP junto dos jovens e que contribuam para o seu reforço; trabalhar para alargar a intervenção e organização da JCP a mais concelhos do distrito e ter uma intervenção mais atenta e efectiva sobre os problemas dos jovens do distrito, com tomadas regulares de posição para os jovens e para a Comunicação Social.

### Criar pelouros da juventude

No plano das autarquias, é objectivo da JCP de Beja defender uma linha de criação de pelouros de juventude nas Câmaras e de Comissões Municipais de Juventude.

Os jovens comunistas entendem que este será um instrumento privilegiado para o relacionamento com o movimento associativo juvenil e os jovens em geral, ao mesmo

tempo que se procurará acompanhar a intervenção dos jovens eleitos da CDU no distrito.

### Ter uma intervenção mais atenta e efectiva sobre os problemas dos jovens do distrito de Beja é um dos objectivos traçados neste Encontro

Exigir uma formação profissional adequada às necessidades do distrito, a consolidação do Ensino Superior no distrito e a criação de novos cursos adequados à realidade alentejana são algumas das reivindicações constantes neste documento que, tal como no outro documento aprovado, afirma a pretensão de uma melhoria da

formação política e ideológica dos jovens comunistas, a intervenção junto dos jovens sobre os grandes problemas do nosso tempo (racismo, solidariedade com os povos, ambiente, etc.) e a dinamização da Juventude CDU como um movimento amplo para preparação das eleições.

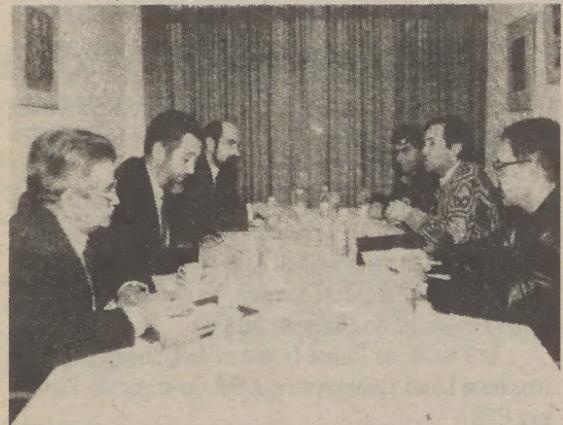
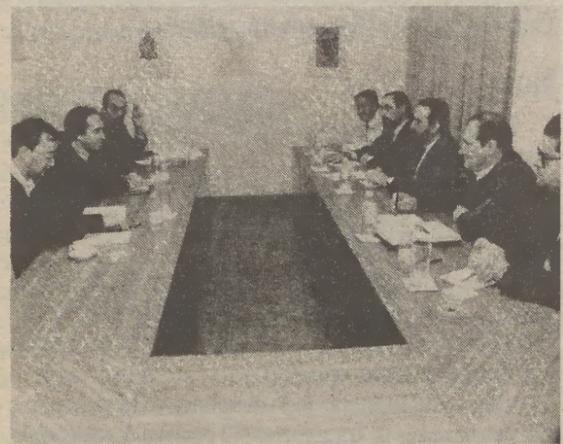
### Lutar para resolver problemas concretos

No documento dedicado ao Ensino Secundário, a JCP de

Beja apontou como objectivos próximos, a intervenção nas escolas para reivindicar a resolução dos grandes problemas do sistema educativo e a denuncia das responsabilidades do Governo nesta matéria.

A intervenção na resolução de problemas concretos de funcionamento (instalações, falta de pessoal, etc.) e a exigência do reforço de verbas atribuídas pelo Governo para um normal funcionamento das escolas, é outra estratégia adoptada nesta reunião.

Ainda nesta matéria, os jovens comunistas decidiram definir como intervenção prioritária a dinamização de listas unitárias para concorrerem às eleições associativas, organizar colectivos de escola de jovens comunistas a que se junte uma estratégia para a adesão à de mais jovens JCP.



### PCP recebe delegações

Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, recebeu, na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), que integrava o seu presidente, Marçalo Pina.

No dia seguinte e no mesmo local, uma delegação da Comissão Nacional de Agricultores e Proprietários de Terrenos Afectados pelo Gasoduto, composta por António Ferraria, Joaquim Marques e José Lins, seria recebida, a seu pedido, por uma delegação do PCP que integrava Agostinho Lopes e Lino de Carvalho.

Esta Comissão apresentou ao PCP as suas reclamações quanto aos processos utilizados e indemnizações concedidas pela empresa de construção do Gasoduto na expropriação de terrenos.



Os jovens comunistas de Beja discutiram as linhas de acção para o futuro

## Para uma vida melhor

# PCP apresenta novas propostas para Área Metropolitana de Lisboa

O reforço dos meios e das competências das instituições metropolitanas de cooperação autárquica foi pedido pelo Partido Comunista Português, cujo Grupo Parlamentar vai apresentar dentro de dias um projecto de lei nesse sentido. Em conferência de imprensa das Organizações Regionais de Lisboa e de Setúbal do PCP, foram divulgadas segunda-feira as propostas concretas do Partido para a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e anunciou-se que os deputados comunistas vão chamar o ministro do Planeamento e Administração do Território à Comissão do Poder Local da Assembleia da República, para esclarecimento das razões do congelamento do processo de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da AML

Luis Sá, da Comissão Política do PCP, recordou que já aquando da criação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, há quatro anos, o PCP tinha apresentado uma proposta mais avançada, que previa a eleição directa de uma Assembleia Metropolitana, que por sua vez designaria uma Junta

Metropolitana dotada de meios legais e financeiros de actualização.

«Visões redutoras, centralistas, subordinadas a um deplorable calculismo político» impediram a concretização dessa e de outras medidas que dessem às novas instituições «os meios, poderes e as com-

petências correspondentes a um exercício pleno e eficaz das suas funções».

Dado os graves problemas existentes na Área Metropolitana de Lisboa em matérias como transportes, habitação, desemprego, exclusão, pobreza e insegurança, o PCP entendeu apresentar agora um conjunto de ideias que procuram reforçar a capacidade de intervenção das instituições metropolitanas, tal como existem.

### Poderes efectivos

O projecto de lei do PCP visa conferir às Juntas das áreas metropolitanas poderes efectivos, obrigação de consulta e pareceres vinculativos em domínios como o planeamento e ordenamento do território,

ambiente e recursos hídricos, infra-estruturas, rede viária e política de transportes.

Em primeiro lugar, os comunistas vão pedir um reforço da dotação prevista no Orçamento de Estado, fixando em 220.000 contos a verba global a atribuir em 1995 às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto em vez dos 35.000 contos actualmente previstos.

Outra proposta a apresentar na Assembleia da República será a da criação de uma "Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa" destinada a coordenar a actividade dos principais operadores de transportes e promover acções integradas.

Para acompanhar as grandes obras públicas que decorrerão na AML, o PCP defende a criação de uma "mesa" em que participem, além da Junta Metropolitana, os Ministérios

das Obras Públicas, do Ambiente e do Planeamento e ainda outras entidades como a Expo 98, o GATTEL (gabinete do novo atravessamento do Tejo) ou o GECAF (gabinete das obras de instalação do Caminho-de-Ferro na Ponte 25 de Abril).

### Abolir portagens

Luis Sá adiantou que o PCP continuará a insistir num conjunto de medidas que já apresentou anteriormente, tais como a abolição das portagens nos acessos a Lisboa (Ponte 25 de Abril, auto-estrada Sacavém-Vila Franca de Xira e CREL) e na transferência de terrenos não afectos a actividades portuárias da Administração do Porto de Lisboa para a

jurisdição dos municípios ribeirinhos.

Ainda ligada a esta última matéria, o PCP reclama uma dotação financeira a obter no âmbito do PDR que viabilize um programa de investimentos de requalificação da orla ribeirinha e do ambiente natural dos estuários do Tejo e do Sado.

No âmbito do "Debate com o País", o PCP anunciou nesta conferência de imprensa a realização em Lisboa, no mês de Dezembro, de um debate sobre as áreas metropolitanas «que se espera que constitua um amplo e plural espaço de aprofundamento da política necessária para uma vida melhor nestas regiões», como se lê no documento distribuído à imprensa, onde se informa sobre estas novas propostas do Partido Comunista Português para a Área Metropolitana de Lisboa.

## Setúbal é caixote do lixo do país?

A construção de uma bomba de gasolina na urbanização da Quinta do Freixo e a movimentação de terras e abate de árvores na Herdade da Mourisca, são dois casos de atentados ao meio ambiente que se juntam a outros vividos no Concelho de Setúbal, como sucede na Freguesia do Sado, onde se somam a sistemática poluição do meio ambiente em consequência das indústrias instaladas, o matadouro que continua a conspurcar o rio, o escândalo das escórias da Metalimex ou a anunciada intenção do Governo de instalar uma incineradora na Mitrena. Razões que têm levado as populações a organizar formas de luta em defesa da qualidade de vida e do meio ambiente, ao mesmo tempo que eleitos da CDU em diversos órgãos autárquicos têm promovido iniciativas de apoio a essa luta.

Assim, por proposta dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria (de maioria PS), foi aprovada por unanimidade uma resolução contra a instalação na Urbanização da

Quinta do Freixo de uma bomba de gasolina, cujo início de obras - aprovadas pela Câmara Municipal - surpreendeu residentes e autarcas, dando origem a uma Comissão de Luta local.

A resolução reclama que os projectos de urbanização venham no futuro a ter em conta a auscultação, pela Câmara e Assembleia municipais, da Junta e Assembleia de Freguesia, tal como é determinado pela Lei da Defesa do Ambiente.

### Abate de árvores na Herdade da Mourisca

Também a Junta de Freguesia do Sado, de maioria CDU, decidiu promover para breve uma visita de protesto pelas zonas sensíveis da região, do ponto de vista ecológico, nomeadamente as atrás já referidas.

### Mitrena

## CDU quer conhecer encargos da incineradora

A Coligação Democrática Unitária solicitou a divulgação do Caderno de Encargos que o Governo já tem firmado com uma empresa estrangeira contratada para a construção no nosso país da incineradora de resíduos industriais perigosos.

O facto foi divulgado a semana passada durante uma iniciativa pública levada a cabo pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, sob o tema "Incineradora para a Mitrena?", realizada em Praias-Sado. Aí, os eleitos da CDU na Câmara e Assembleia Municipal,

respectivamente Regina Marques e Jerónimo Lopes, deram a conhecer essa sua iniciativa.

Os dois eleitos fazem parte da Comissão de Acompanhamento à questão da instalação daquele equipamento, e reinsistem na posição que anteriormente assumiram: "nesta matéria, não estão em jogo apenas considerações de ordem puramente filosófica ou ambientalista, jogam-se suspeitos interesses financeiros e especulativos que importa submeter à maior transparência, designadamente através do debate público".



Onde a Cooperativa Agrícola da Mourisca floresceu, comete-se agora um crime ecológico

A indignação das populações atingiu entretanto um ponto muito elevado ao darem conta da grande extração de terras e abate de árvores a que está sujeita a Herdade da Mourisca, um terreno de notável aptidão agrícola e na qual a própria Vala Real vê a sua função reguladora ameaçada.

Por iniciativa dos vereadores da CDU eleitos na Câmara Municipal, foi possível obter informações junto de entidades governamentais

que apontam para uma situação irregular daquela exploração, o que conduziu o director da Reserva Natural do Estuário do Sado a publicamente confessar o seu espanto e consternação.

Na visita de protesto a realizar pela Junta do Sado, os participantes analisarão formas de luta a adoptar no sentido de inverter a sistemática tendência de desrespeito pelo bem-estar e a qualidade de vida das populações ali residentes.

## Verdes debatem resíduos

Que política de resíduos temos? Que política de resíduos queremos são os temas de um debate promovido pelo Partido Ecologista "Os Verdes", no próximo sábado, no salão da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, em Lisboa (Rua da Palma, 256-A).

Neste debate, aberto à participação de todos os interessados e que decorrerá entre as 9.30 e as

18.00 horas, estará presente um dirigente do partido "Verde" belga (ECOLO), Jean-Marie Verherbruggen, que é simultaneamente colaborador do Grupo Verde no Parlamento Europeu.

«Para Garantir o Futuro» é o lema escolhido para este debate onde os «Verdes» portugueses pretendem defender a ideia da urgência do estabelecimento de uma política de resíduos no nosso país.

## Guatemala

Grandes manifestações nas ruas da capital guatemalteca mostraram o descontentamento popular pelos aumentos dos transportes públicos da ordem dos 50 por cento. Os manifestantes ergueram barricadas nas ruas e incendiaram mesmo autocarros. A cidade ficou totalmente paralisada.

## Ozono

Dados recolhidos pelo vaivém Atlantis revelam um nível de ozono "muito fraco" sobre o pólo sul, informou a Nasa indicando que a tripulação do vaivém prossegue a observação da atmosfera terrestre e das radiações solares. "Os dados recolhidos indicam um nível muito débil de ozono sobre o Antártico, mas isso não é estranho nesta altura do ano", desdramatizou Mike Gunson, responsável pelo programa norte-americano Atmos. É normal no mês de Setembro, observar-se um "buraco" na camada de ozono sobre o pólo sul devido à acção, na Primavera, do sol sobre o ar frio nesta zona do hemisfério sul, acrescentou. Lembrou, todavia, que o cloro da estratosfera é responsável pela destruição da camada de ozono. Segundo a Nasa, um átomo de cloro, produto resultante de actividades humanas como a climatização, pode destruir milhares de moléculas de ozono (é a camada de ozono que protege a Terra contra os malefícios dos raios ultravioletas).

## Irlanda

A ministra da Justiça irlandesa, Maire Geoghegan, anunciou em Galway (oeste) a libertação antecipada, "até ao Natal", de "alguns" membros do Exército Republicano Irlandês, IRA. Cerca de 50 membros do IRA encontram-se detidos nas prisões da República da Irlanda. Este gesto, que corresponde a uma das principais exigências do movimento nacionalista republicano, verifica-se cerca de dois meses depois do cessar-fogo decretado pelo IRA. A ministra indicou, todavia, que o caso dos prisioneiros condenados a 40 anos de prisão por assassinio de polícias irlandeses é "particularmente sensível", pelo que não foi ainda encarado. Segundo a ministra, a situação dos restantes prisioneiros foi examinada nas últimas três semanas e embora não tenha sido avançado um número exacto, ainda dependente de uma decisão final, é certo que alguns prisioneiros vão ser libertados até ao Natal, garantiu.

## Palestina

Cerca de 121 mil dólares, destinados ao desenvolvimento dos territórios autónomos palestinianos da faixa de

## EUA

## Eleições em clima de desencanto

Qual será a margem de manobra de Bill Clinton e dos democratas, após as eleições para o Congresso, de 8 de Novembro? Para além dos resultados eleitorais concretos e das suas consequências políticas imediatas, afirma-se um quadro de fundo de crescente desencanto - em que significativamente ombreiam, de um lado crescimento económico, de outro degradação das condições de vida da maioria da população - e que tenderá a alimentar o reforço da direita.

Há três anos consecutivos que a economia norte-americana regista um claro crescimento. As estatísticas relativas ao terceiro trimestre, publicadas em 28 de Outubro, indicam uma progressão do produto interno bruto (PIB) da ordem dos 3,4% ao ano (inferior, entretanto, à dos dois anos anteriores). Mas os reflexos deste crescimento no nível de vida das pessoas está longe de ser significativo. Os salá-

rios reais registaram poucos progressos e as famílias continuam endividadas, recorrendo cada vez mais ao crédito ao consumo. O que na prática se traduzirá por quebras no comércio interno, um dos mais importantes motores do próprio crescimento.

Restam — nesta lógica de crescimento — os investimentos e vendas ao estrangeiro. Opção não menos incerta e frequentemente geradora de

conflitos no plano internacional.

Entretanto, o número de pobres — de acordo com o limiar de pobreza estabelecido nos EUA — não parou de crescer desde a era Reagan, no início dos anos 80. Em 1993, segundo os dados estatísticos oficiais, cerca de 39,3 milhões de pessoas — ou seja 15% da população — viviam abaixo desse limiar. O que corresponde a uma ligeira descida, em relação ao record de 39,6 milhões, atingido em 1961.

A pobreza atinge em particular os negros e as famílias monoparentais dirigidas por uma mulher. A maioria dos pobres vive em zonas rurais e as crianças constituem 40% das pessoas consideradas como pobres, enquanto representam 27% da população total do país.

A diferença entre negros e

brancos é significativa. No fim dos anos 80, contavam-se 30% de famílias negras a viver abaixo do limiar da pobreza, contra 11% de famílias brancas.

É neste quadro que se desenvolve um espírito de desencanto que tenderá a levar a um perigoso reforço da direita. Muito embora a política ultraliberal que marca ainda hoje as opções económicas e sociais no país tenha sido desencadeada por Reagan.

Múltiplos inquéritos à opinião pública testemunham este desencanto. Segundo um estudo do "Time Magazine", de Setembro passado, apenas 19% dos americanos manifestava confiança no actual governo. A sondagem do "Time Magazine" indicava ainda que 40% pensavam que as oportunidades que se apresentam a um americano médio

são hoje mais limitadas que há dez ou vinte anos atrás e que apenas 25% consideram haver actualmente mais oportunidades.

A evolução de mentalidades entretanto registada neste quadro é deveras preocupante.

Em 1987 -segundo um inquérito realizado pelo "Times mirror center for the people and press" — 71% dos americanos defendiam que o governo deveria assumir a sua responsabilidade face aos pobres. Hoje são apenas 41% a manter essa opinião.

Mais grave ainda, uma maioria de brancos (51%) considera que a igualdade de direitos para as minorias étnicas foi demasiado longe. Simultaneamente, 82% das pessoas interrogadas pensam (contra 76% há sete anos atrás) que os imigrantes são demasiado numerosos.

## Economia em Notícias

## Bretton Woods

O jornal britânico "The Guardian", numa série de artigos dedicados ao aniversário dos acordos de Bretton Woods, afirma: "O recorde de desastres em matéria de ambiente causados pelo Banco Mundial é perfeitamente conhecido: mas uma das maiores catástrofes do pós-guerra, é o desastre da sua política económica que exacerbou a pobreza".

Em África, onde mais de 30 países aplicaram as políticas de ajustamento estrutural, ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, os rendimentos médios sofreram uma quebra de 20% nos anos 80, o desemprego quadruplicou até atingir os 100 milhões de pessoas, os investimentos diminuíram até níveis inferiores aos dos anos 70.

## Alemanha

Os principais institutos alemães de investigação económica prevêem para 1995 um crescimento de 3%, mas apenas uma ligeira descida do desemprego. O número de pessoas sem trabalho não baixará mais que 120.000 (os desempregados na Alemanha são cerca de 6 milhões) e prevê-se mesmo uma quebra nos salários para o próximo ano.

O preço das rendas de casa deverá aumentar, na Alemanha de Leste, em cerca de 10 por cento.

## Greve na Ibéria

Os voos da companhia aérea espanhola Ibéria foram afectados, no passado dia 3, por uma greve de 24 horas. Os sindicatos protestam contra um plano de reestruturação que prevê uma redução de 15% dos salários e a supressão de 2.000 postos de trabalho.

O Ministério dos Transportes impôs um serviço mínimo de 50 por cento para os voos de mais de 500 quilómetros e para uma parte dos voos internos.

Estão previstas novas suspensões de trabalho para Novembro e Dezembro.

As perdas acumuladas pela companhia ultrapassam os 1,6 mil milhões de dólares, o equivalente ao seu capital, e o seu vice-presidente, Juan Saez, ameaça com a falência da empresa.

## OIT denuncia

As estatísticas do desemprego na Rússia estão bem longe de reflectir a realidade. Segundo os números oficiais, a percentagem de desempregados seria da ordem dos 2% da população activa. Mas a Organização Mundial do Trabalho (OIT), em recente estudo sobre a economia russa, agora divulgado, considera que o número real de desempregados é pelo menos cinco vezes superior ao indicado pelas estatísticas oficiais.

Segundo o relatório da OIT, centenas de milhares de russos, oficialmente considerados como trabalhadores no activo, estão de facto no desemprego e vivem abaixo do nível da pobreza.

Um terço dos trabalhadores da indústria está sem trabalho, em formas de desemprego disfarçadas de "licença administrati-

va", "desemprego técnico", "tempo parcial", licença de maternidade prolongada.

Além disso, 50% das empresas pagam os salários com atraso, ou menos que o previsto ou pura e simplesmente não pagam, pelo que os salários recebidos nada têm a ver com o que foi acordado.

Estas diferentes formas de desemprego ocultas explicariam em parte a queda brutal de esperança de vida dos homens na Rússia, que em sete anos passou de 65 anos para 58.

Segundo a OIT, esta redução da esperança de vida explica-se pelo stress, o aumento do número de suicídios, as depressões, as doenças cardíacas, entre outros factores.



Em França, 5 milhões de pessoas não têm casa. Um grave problema social ligado a uma política económica desfasada dos interesses humanos

## Desemprego oculto na Rússia

## Angola

# Em vésperas de cessar-fogo

Rubricado o protocolo de Lusaca em 31 de Outubro, a próxima etapa para o possível estabelecimento das bases para a paz em Angola foi marcada para dia 10, com as conversações militares. Para dia 15 está prevista a assinatura oficial do protocolo. E quarenta e oito horas depois, deverá entrar em vigor o cessar-fogo em todo o território angolano.

Estes os passos imediatos para a formalização de um acordo, em grande medida tornado possível com o enfraquecimento militar e isolamento internacional da Unita. Fruto também da alteração fundamental do quadro político da África Austral, com as profundas transformações na África do Sul, hoje sob a presidência de Mandela.

No próprio momento em que o protocolo era assinado, as Forças armadas angolanas lançaram uma decisiva ofensiva contra posições importantes da Unita, nomeadamente em torno da região petrolífera do Soyo. A ofensiva militar contra o Huambo, quartel-general da Unita, é considerada pelo governo angolano como forma de impedir que dali saia qualquer armamento enquanto a ONU lá não

for efectuar uma pormenorizada fiscalização.

Uma situação instável ainda, em que ressaltam diferentes interesses em jogo, presentes nas reacções ao avanço das tropas do governo angolano, como no articulado dos compromissos consagrados nos acordos de Lusaca.

Compromissos políticos que basicamente assentam na constituição de um governo de coligação, com natural predomi-

nância de quadros provenientes do MPLA, o partido vencedor das eleições de Setembro de 1992, em que uma muito debatida divisão de poderes atribui à Unita representação em todos os organismos-chave.

Os acordos agora rubricados - depois de sucessivas tentativas falhadas desde o relançar da guerra pela Unita, após a sua derrota eleitoral em 92 - estipulam ainda uma

série de medidas no plano militar, que deverão impedir o reacender da guerra.

Após a entrada em vigor do cessar-fogo, as FAA e as forças militares da Unita deverão imobilizar-se nas posições que então ocuparem e aguardar a chegada dos capacetes-azuis das Nações Unidas, responsáveis pela retirada e acantonamento dos efectivos militares em seis bases estratégicas.

Para trás - na melhor das hipóteses - fica uma guerra devastadora, que se calcula ter levado à morte de pelo menos meio milhão de pessoas.

Segundo números revelados pelo relatório da Unidade de Coordenação para a Assistência Humanitária, afecta ao Programa Alimentar Mundial (PAM), a população hoje directamente afectada pela guerra e pela seca é de 3,6 milhões de pessoas.

## Acordos de Lusaca

O restabelecimento do cessar-fogo em Angola deve ser "total e definitivo" no país a partir de dia 17 deste mês e incluirá o termo da "propaganda hostil" nacional e internacional entre o governo e a Unita, segundo o "protocolo de Lusaca" rubricado em 31 de Outubro último.

O protocolo implica a verificação pelas Nações Unidas de "retirada e aquartelamento" das forças da Unita e "verificação e fiscalização" das forças armadas angolanas (FAA), que se "desengajarão" das suas posições avançadas à medida que a Unita se retirar.

Em parágrafo único, o protocolo estabelece o "repatriamento de todos os mercenários" no país, a recolha de armas em poder de civis e a libertação de "todos os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos" pela guerra, sob supervisão da Cruz Vermelha Internacional.

Estes são alguns dos aspectos acordados que estão ainda a ser debatidos pelos estados maiores dos dois exércitos, FAA e forças armadas da Unita (Fala), em Lusaca.

O cessar-fogo, segundo já acordado, deverá ser aplicado em duas fases, a primeira com cinco etapas - o termo das hostilidades com as forças "in situ" e dependente basicamente da boa-fé dos dois lados,

seguido pela instalação dos mecanismos de verificação, a libertação de todos os presos, a separação de forças supervisionada pela ONU e o repatriamento dos mercenários.

A segunda fase tem seis etapas - o reforço do pessoal da ONU em Angola, tanto observadores como "forças de manutenção de paz armadas", organização das áreas de aquartelamento e apropriação de meios para transporte das Fala, conclusão do aquartelamento da Unita e recolha do seu armamento, bem como das armas em poder dos civis, ficando esses arsenais "separados das áreas de aquartelamento".

A quinta etapa desta segunda fase inclui a conclusão do aquartelamento e regresso dos generais da Unita saídos das FAA, retomada da formação do Exército nacional único (as FAA) e desmobilização das forças excedentárias. O processo, neste campo, deverá acabar com a verificação pela ONU de que é possível a livre circulação de pessoas e bens no país.

A constituição do novo exército será supervisionada pela ONU e pela futura Comissão conjunta (CC), salvaguardando-se as "competências do governo" em matéria de "política de defesa nacional".

## Brasil

# Balanço de umas eleições controversas

Fernando Henrique Cardoso foi proclamado presidente eleito do Brasil durante uma sessão extraordinária do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE).

De acordo com os resultados oficiais das eleições de 3 de Outubro, agora divulgados pelo TSE, Fernando Cardoso, candidato pelo partido social-democrata brasileiro (PSDB) e uma coligação da direita, obteve 44,09 por cento dos

votos. Lula, o candidato do Partido dos Trabalhadores e de um conjunto de formações políticas de esquerda, alcançou 21,97 por cento dos votos.

Em comentário às eleições gerais de 3 de Outubro, o Partido Comunista do Brasil sublinha que "a vitória de Fernando Henrique Cardoso resulta de uma engrenagem política, económica, ideológica e administrativa arquitectada e colocada em acção pelas

forças conservadoras internas e externas", em que o Plano Real surge como o "carro-chefe". Um Plano Real entretanto particularmente vulnerável.

Na perspectiva do PC do Brasil, "o ponto fraco do novo governo é a grave situação económica e social do país. O Plano Real não tem consistência. A menos de um mês das eleições, já se apresentam novos factores de instabilidade e de retoma do processo inflacionário. As medidas recentemente adoptadas pelo Ministério da Fazenda têm carácter recessivo. A abertura do mercado, exigência norte-americana, acabará provocando a resistência de sectores do empresariado nacional. Os trabalhadores reivindicarão melhores salários e emprego. As massas populares não suportarão o agravamento das suas condições de vida. As correntes nacionalistas exigirão o respeito à soberania nacional".

Um quadro propício a novas lutas populares. Para o que irão também contribuir os avanços apesar de tudo registados pela esquerda nestas eleições.

Vitórias parciais como é o caso da conquista do governo de Pernambuco ou a vitória em

Mato Grosso. O aumento da bancada do Partido Trabalhista de Lula na Câmara Federal, passando de 36 para 49 deputados, e no Senado, com a eleição

de quatro novos senadores. Ou ainda a eleição de mais cinco deputados federais pelo PC do Brasil (contra 5 em 1990).

## População prisional americana mais que duplicou em dez anos

De acordo com os números divulgados em fins do mês de Outubro pelo departamento da Justiça, a população prisional americana elevava-se, em Junho, a um pouco mais de um milhão de pessoas. O equivalente à população de Dallas (no Texas). Ou de Lisboa...

Um americano em cada 260, ou seja, um em cada 193 adultos, está preso. As mulheres constituem 6,1% da população prisional.

Os números divulgados pelo departamento da Justiça não consideram as cerca de 440.000 pessoas que esperam julgamento ou foram condenadas a penas curtas.

À escala mundial, os Estados Unidos encontram-se em segun-

do lugar, pelo número de pessoas na prisão, logo depois da Rússia, que detém actualmente o recorde, de acordo com as estatísticas oficiais.

A Califórnia e o Texas são os Estados com mais presos.

A população prisional americana mais que duplicou nos últimos dez anos (em 1984, os Estados Unidos recensavam 462.000 presos). Nos últimos seis meses, o número de presos cresceu ao ritmo de mil cento e cinquenta por semana.

Apesar disto, e segundo palavras de Allen Bleck, um dos responsáveis pelo departamento de estatísticas da Justiça, "o nível de violência mantém-se inferior ao atingido no início dos anos 80".

Gaza e Jericó, desapareceram e um funcionário da ONU foi suspenso, anunciou a televisão norueguesa. De acordo com o programa de informação "Dagsrevyen", o dinheiro "desapareceu" entre a sede das Nações Unidas, em Nova Iorque e o comissariado da ONU para os refugiados (UNRWA), em Viena. O dinheiro "desviado" fazia parte de uma soma de 28,70 milhões de dólares que o Ministério norueguês dos Negócios Estrangeiros tinha destinado no ano passado a um projecto agrícola na faixa de Gaza e Jericó, Cisjordânia. Havnen anunciou a abertura de um inquérito para averiguar o destino do dinheiro desaparecido, já que a Noruega coordena a ajuda financeira internacional à autoridade palestina de Gaza e Jericó.

## Haiti

A Câmara de deputados do Haiti, após um acalorado debate, aprovou por esmagadora maioria o programa de governo do primeiro-ministro, Smarck Michel.

Tal como se esperava, 54 dos 56 deputados da Câmara votaram a favor das políticas e composição do governo de Michel, abrindo assim caminho ao novo chefe do executivo para implementar as suas reformas.

O gabinete, formado por 17 membros, tomou entretanto posse perante o presidente Jean-Bertrand Aristide. Durante o debate, Michel afirmou que "será um governo baseado na democracia, justiça e tolerância".

## Itália

A direcção da RAI, televisão pública italiana, e os novos directores e vice-directores são, na sua maioria, membros da Aliança Nacional e da Liga, reflectindo assim, ao nível da informação televisiva, o domínio da direita, actualmente no poder.

Para reforçar o número de membros da Aliança Nacional na televisão pública, o conselho de administração recorreu à criação de uma miríade de novos postos.

Face a esta situação, os jornalistas e técnicos, reunidos em Assembleia Geral, votaram pela demissão do Conselho de Administração. O USIGRAI, o sindicato de jornalistas da RAI, lançou um apelo à greve geral.

## Paludismo

Os resultados experimentais obtidos na Tanzânia permitem esperar que se pode vir a dispor de um método de prevenção eficaz contra o paludismo. Os trabalhos de investigação foram conduzidos pelo médico colombiano Manuel Patarroyo, que ofereceu à Organização Mundial de Saúde (OMS) os direitos que possam resultar da sua descoberta.

## Carlos Carvalhas desloca-se a Itália e Grécia

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do PCP, desloca-se a Itália, a 7 e 8 de Novembro, a convite do Partido da Refundação Comunista. No quadro desta visita realizou-se um encontro com a direcção do Partido da Refundação Comunista e um encontro com a imprensa na redacção do "Liberazione".

Nos dias 9, 10 e 11 de Novembro, Carlos Carvalhas visita a Grécia, a convite do Partido Comunista da Grécia. Esta visita inclui nomeadamente encontros com a direcção do Partido Comunista Grego, uma visita ao Pireu e uma conferência de imprensa na sede dos comunistas gregos, em Atenas.

# A guerra das audiências

O papel dos órgãos de comunicação social está na ordem do dia. Pluralismo, liberdade de expressão, manipulação da opinião pública, violência, são questões que levam cada vez mais cidadãos a interrogar-se sobre o media que temos e os media que queremos. O tema, demasiado vasto para tão curto espaço, é hoje abordado por José Garibaldi, representante do PCP na Alta Autoridade para a Comunicação Social, mas não se esgota naturalmente aqui. A ele voltaremos mais tarde, pois como o nosso próprio entrevistado afirma, à guerra das audiências a que hoje se assiste, outra 'era' se vai seguir, e essa será em grande parte fruto da batalha que agora se trava para que o direito à liberdade de expressão e ao pluralismo continuem a ser valores intrínsecos da democracia.

O pluralismo dos media, diz-se, está a ser posto em causa pela concentração de empresas ao nível da comunicação social. O problema está a ser alvo de intensos debates um pouco por toda a Europa, mas em Portugal a questão não parece preocupar as autoridades. Será que o pluralismo está suficientemente salvaguardado no nosso país?

Quando se aborda a questão do pluralismo é preciso considerar que ela tem duas vertentes: o chamado pluralismo interno, respeitante à possibilidade de cada meio de comunicação social ser ele próprio pluralista; e o chamado pluralismo do sistema, isto é, saber se no conjunto dos meios de comunicação social existe possibilidade de expressão das diferentes correntes de opinião, dos diferentes pontos de vista, das diferentes formas de encarar o mundo.

Em alguns países nórdicos, como é o caso da Suécia, o Estado subsidia órgãos de comunicação social de correntes de opinião claramente minoritárias e que não têm meios financeiros para sobreviver sozinhos. Isto sucede porque se considera que seria mutilador da riqueza democrática tais opiniões não terem voz.

Em Portugal, a situação é distinta. Quanto ao chamado pluralismo interno, existe a obrigação dos órgãos de comunicação social do sector público de garantir a diversidade de opiniões...

O sector público está hoje praticamente reduzido à RTP e à RDP...

É verdade, mas ainda existem também vários órgãos de comunicação, sobretudo jornais, que por terem uma maioria de capital de órgãos da Administração Pública, por exemplo de governos regionais ou de Câmaras Municipais ou de associações de municípios, pertencem ao sector público. Por vezes, os leitores esquecem que eles são públicos e, o que é grave, os seus próprios directores "esquecem" o respeito pelo pluralismo não garantindo aquilo a que estão obrigados, ou seja, a diversidade de opiniões nas suas páginas.

Também a Lei da Televisão estipula que as estações de televisão, globalmente consideradas, públicas e privadas, têm que assegurar o pluralismo nos seus programas de informação. Este aspecto passa igualmente despercebido, uma vez que existe a ideia de que só a RTP o tem de assegurar.

A outra vertente do pluralismo respeita ao pluralismo do sistema. Trata-se de uma questão particularmente sensível dada a sua relevância para a estrutura do nosso regime político. Ora, o regime que a Constituição cria para Portugal assenta na democracia participada e pluralista. Nessa medida, causa preocupação que não haja essa possibilidade de expressão e de confronto das ideias e das opiniões no conjunto do sistema mediático. Vale a pena lembrar que, há cerca de dois anos, o Presidente da República mandou uma mensagem à Assembleia da República exactamente para chamar a atenção para esse facto. Um facto tanto mais importante quando se constata que desde o 25 de Abril se fala da necessidade de se criarem leis antimonopolistas e que nunca foram criadas; quando se diz que uma das garantias dos cidadãos em serem informados com rigor e isenção, com possibilidades de escolha, decorre de haver leis antimonopolistas que impedem a concentração... Tudo leva a crer que as leis só aparecerão depois de criados os monopólios...

Já não faltará muito...

De facto, deixou-se campo aberto à concentração e ela tem-se vindo a registar de forma crescente. Hoje, em Portugal

existem três ou quatro grupos de comunicação social.

Este problema tem vindo a ser discutido um pouco por toda a Europa - o Conselho da Europa, por exemplo, já aprovou algumas deliberações sobre esta matéria -, mas em Portugal verifica-se uma grande insensibilidade nestas questões. Não me refiro só ao caso da concentração de empresas de comunicação social, mas também ao desaparecimento das características essenciais das rádios locais e da razão de ser da sua criação.

As rádios locais - que deveriam reflectir problemas locais, estar ligadas às actividades, à cultura, à vida das populações locais - pouco ou nada cumprem dos seus objectivos, justamente por terem sido absorvidas por redes nacionais, por grupos económicos com interesses diversos; passaram a transmitir noticiários nacionais e praticamente nenhum noticiário local, e, em

**Se o conjunto de empregadores de jornalistas se reduzir a três ou quatro, aqueles profissionais cada vez terão menos possibilidades de exigir que as regras da sua profissão sejam cumpridas, bater-se pela deontologia da profissão**



muitos casos, transformaram-se em simples antenas de retransmissão de programas de outros.

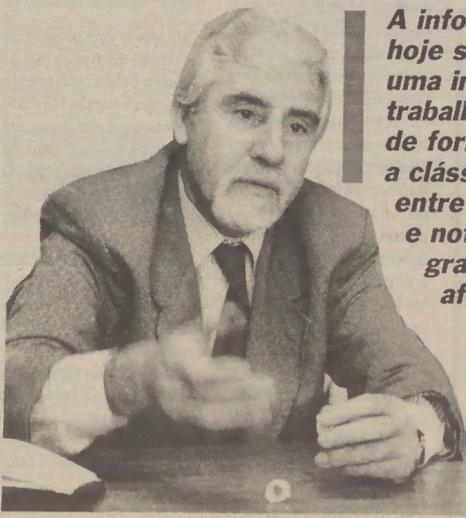
Considero que esta situação resulta num grande empobrecimento cultural do país, para além de ser mais uma das mani-

festações da crise do pluralismo do sistema. Preocupa-me ainda, nesta questão da concentração, a fragilização da situação dos jornalistas. Se o conjunto de empregadores de jornalistas se reduzir a três ou quatro, aqueles profissionais cada vez terão menos possibilidades de exigir que as regras da sua profissão sejam cumpridas, bater-se pela deontologia da profissão. Os grupos não só são poucos como se interseccionam, pelo que um jornalista que caia em desgraça corre o risco de entrar para a "lista negra" e terá muita dificuldade em encontrar emprego.

A eventual aprovação de uma directiva pela Comissão Europeia, contra a concentração, pode vir a alterar o panorama actual neste domínio?

Não creio, a situação é dificilmente reversível. Os grupos estão criados, foram dadas condições para que se criassem, foi inclusivamente facilitada a sua criação (veja-se como se processou a venda dos jornais do sector público, do Rádio Clube Português...). Houve vontade política para ajudar a criar esses grupos, em favorecer a concentração Con-

**A informação que hoje se transmite é uma informação muito trabalhada no sentido de formar opinião; a clássica distinção entre comentário e notícia está gravemente afectada**



vem lembrar, a propósito, que quando se começou a falar na privatização dos órgãos de comunicação social - com o governo de Cavaço Silva -, uma das possibilidades que então se referia era a de os próprios jornalistas, através de cooperativas, comprarem os jornais. Não há uma única cooperativa!

Foi um engodo?

Foi uma forma de mobilizar o interesse dos próprios jornalistas para a privatização dos jornais, isolando aqueles que defendiam que a privatização iria servir para reforçar os grupos económicos. Na altura, as posições do PCP contra as privatizações não encontraram grande eco na comunicação social nem nos jornalistas, então entretidos a criar empresas e cooperativas...

Tiveram a ingenuidade de pensar que era possível...

Os jornalistas tiveram essa ingenuidade e o Governo teve a esperança de lhes acenar com essa possibilidade, sabendo de antemão que isso era irrealista, dado o volume de encargos que envolvia.

De qualquer forma, o facto de haver vários órgãos de comunicação social não favorece o pluralismo?

A diversidade não implica diferença, pode haver muitos órgãos de comunicação e dizerem todos o mesmo, ou quase o mesmo. Além disso, a diversidade também tem a ver com os géneros, com as temáticas de cada um. Neste âmbito, o problema está em saber se os órgãos de comunicação social informativos e com dimensão nacional asseguram, no seu conjunto, que as diferentes correntes de opinião, as diferentes sensibilidades, possam circular e serem ouvidas. É evidente que isso vem acontecendo cada vez menos, até porque, face à evolução do jornalismo e da forma de fazer a informação, esses órgãos são cada vez mais opinativos do que informativos. A informação que hoje se transmite é uma informação muito trabalhada no sentido de formar opinião; a clássica distinção entre comentário e notícia está gravemente afectada.

Conta-se pouco com a inteligência do leitor, sendo notória a preocupação de "fazer a cabeça" do destinatário da mensagem, de o ensinar a pensar, de lhe dar "receitas", quando o jornalismo deveria ser mais o confronto de opiniões, mas também o transmitir de factos para que as pessoas possam reflectir sobre eles e tirar as suas próprias conclusões.

Neste contexto, penso que a possibilidade de se conhecerem ideias que não sejam as ideias dominantes, modos diferentes de ver a realidade, é cada vez mais reduzida. Isso é notório se se tiver também em conta o leque político das pessoas que surgem a comentar os factos da vida nacional e internacional.

O deputado do PSD, Pacheco Pereira, é um bom exemplo do ideólogo da maioria que é chamado a comentar nos jornais, na rádio e na televisão todo o tipo de acontecimentos fruto da sua própria política.

E ainda lhe pagam para isso...

Pagam e não é pouco... Se repararmos bem, são pessoas que têm uma posição totalitária em relação à sociedade. São simultaneamente poder, oposição e independentes. São tudo o que é possível ser-se! E não deixam terreno a mais ninguém. É curioso ver como criticam, enquanto comentadores, questões que aprovaram, enquanto deputados, o que traduz bem como se perdeu a ideia de que os comentadores eram pessoas com alguma equidistância, alguma dignidade e algum sentido ético, em favor de uma nova forma de fazer "jornalismo".

**Parece-me que seria preferível o Governo manifestar a sua intenção de cumprir a lei em vigor, em vez de ameaçar com a criação de novas leis que dificilmente se podem conceber fora do quadro restritivo das liberdades**



## Entrevista com José Garibaldi

Texto Anabela Fino — Fotos Jorge Caria

Por falar em novas formas, agora a questão da violência nos meios de comunicação, em particular na televisão, está no centro das atenções. Violência/Televisão/Pacto de conduta. Apertadamente, o Governo pretende regras mais rigorosas no respeitante à passagem de imagens de violência na Televisão. Ou há um acordo, disse Marques Mendes, ou o Governo pode alterar a legislação em vigor. Quais os riscos de, a coberto desta questão, se estar a legitimar a censura?

Esse risco existe, de facto. Estes acordos de cavalheiros com as televisões - uma cópia do que foi ensaiado noutros países, nomeadamente em Espanha - não se traduzem em nada de concreto. A disponibilidade das televisões para aceitar esses acordos pode existir, o que será noticiado como uma vitória do Governo, mas a possibilidade de tais acordos se repercutirem em alterações da prática televisiva é muito problemática...

Porquê?

Porque a conjuntura é muito delicada; é uma conjuntura em que há um envolvimento financeiro brutal e um mercado publicitário reduzido; basta dizer que os concursos para as televisões privadas, há dois anos, previam que as mesmas tivessem um capital social de dois milhões e meio de contos, e hoje o que se verifica é que, por exemplo no caso da TVI, já está com um capital social de dezasseis milhões e meio de contos e não chega... Isto prova que há avultadíssimos investimentos, um clima de concorrência de captação de audiências frenético, o que decorre da lógica do sistema e da necessidade de rentabilizar o investimento, pelo que a conjuntura se torna pouco propícia a que os tais acordos de cavalheiros sejam respeitados. Podem até ser assinados, o que poderá ser politicamente importante para o Governo, mas duvido que em termos práticos dê algum resultado.

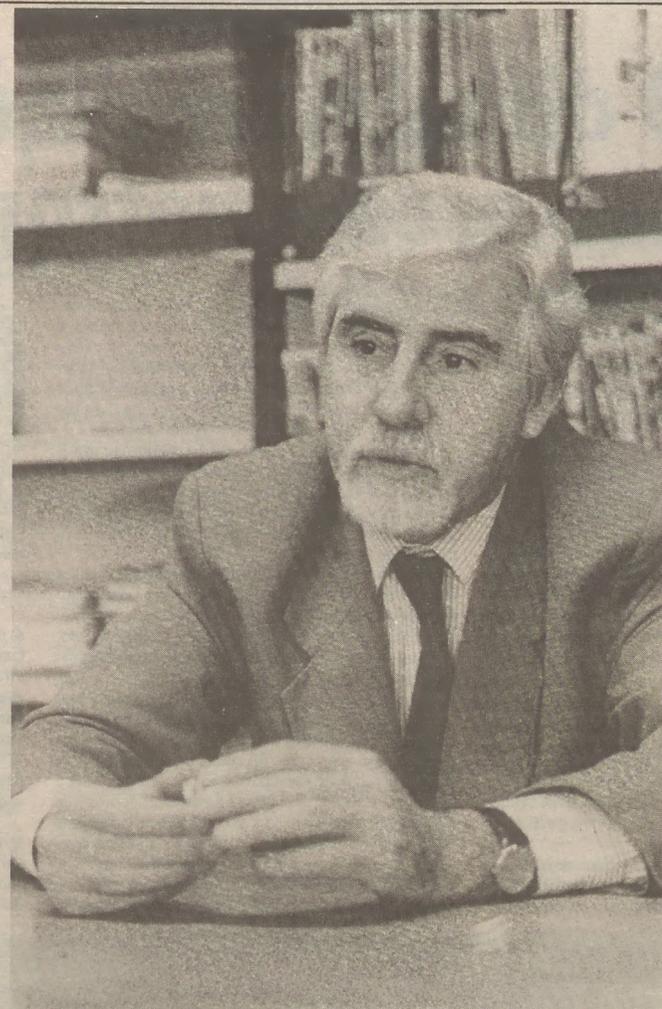
Isso significa que é preciso mudar a legislação respeitante à comunicação social?

Não necessariamente. O que acontece é que nós temos um quadro legal que nunca foi totalmente aplicado, pelo que parece absurdo que o Governo ameace com a sua alteração sem o ter usado. A lei da televisão, por exemplo, prevê a aplicação de coimas, proibe certo tipo de programas, designadamente os que incitem à violência; e o que é facto é que nunca nenhum operador de televisão foi multado por ter feito um programa desses...

Isso não implica a existência de um organismo que defina o que é ou não violento?

Implica, e ao contrário do que se supõe, não é a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Nesta matéria, a verdadeira "Alta Autoridade" é o Governo. O governo é que pode conceder alvarás para as rádios, atribuir canais, retirar licenças, aplicar penas, conceder subsídios... Se o Governo considera que estão a ser excedidos os limites da violência na programação televisiva, por que é que não aplica a lei? Já o podia ter feito, até porque já houve queixas em relação a programas concretos. Parece-me que seria preferível o Governo manifestar a sua intenção de cumprir a lei em vigor, em vez de ameaçar com a criação de novas leis que dificilmente se podem conceber fora do quadro restritivo das liberdades. Fica-se com a sensação de que o Governo se pretende substituir à autonomia dos operadores no que respeita à definição do conteúdo da sua programação, assumindo-se como uma espécie de director de programas que decide o que se deve ou o que se não deve ver.

A propósito desta questão da violência, vale a pena referir um estudo realizado pela Alta Autoridade. Trata-se de um estudo de opinião que pode ser citado com alguma segurança, já que assenta numa amostra de três mil e trezentas pessoas e envolveu na sua concepção diversas entidades, como professores de sociologia, e foi feito com bastan-



**Desde o 25 de Abril que se fala da necessidade de se criarem leis anti-monopolistas e que nunca foram criadas. Tudo leva a crer que as leis só aparecerão depois de criados os monopólios...**

imaginário, as angústias, os fantasmas, os terrores, tudo o que a criança possa conceber a partir do que vê, não é integrado. Imagina sozinho, tira as suas conclusões sozinho, porque o audiovisual não está integrado nem na vida da criança e do seu agregado familiar, nem ao nível da própria escola, e também porque a criança não tem um conjunto de alternativas e de complementaridades ao sistema escolar que a faça interessar por outras coisas.

Muitas vezes as famílias nem sequer têm condições para fazer o acompanhamento

em rigor. Nesse trabalho, as pessoas ouvidas reflectiram a ideia de que há uma expectativa favorável a uma auto-regulação.

Em que sentido?

No sentido em que há mais esperança no assumir do sentido de responsabilidade por parte dos operadores do que em intervenções exter-

nário. Alguém tem que ajudar...

Alguém de tem ajudar, na verdade. Penso que a solução passa pela família e pela escola. As crianças não deviam ser abandonadas ao mundo mediático sem terem possibilidade de partilhar as suas relações com esse mundo.

**A Alta Autoridade é um organismo que resultou de um acordo PS/PSD, que o conceberam e desejaram com objectivos evidentes. A governamentalização da sua composição - o seu "pecado original" - não deixa margem para dúvidas**

A Alta Autoridade para a Comunicação Social não deveria desempenhar um papel mais activo na resolução de problemas que se prendem com a actividade dos media?

É preciso ter presente que a Alta Autoridade é um organismo que resultou de um acordo PS/PSD, que o conceberam e desejaram com objectivos evidentes. A governamentalização da sua composição - o seu "pecado original" - não deixa margem para dúvidas. Na prática, o seu poder de intervenção vinculativo resume-se a duas ou três matéri-

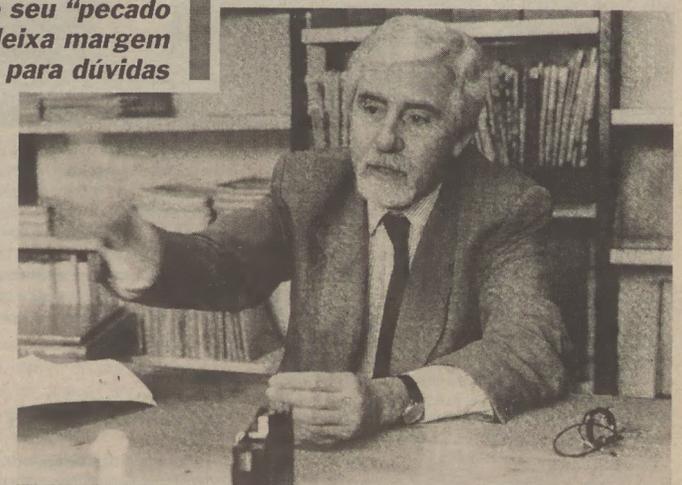
nas que sejam punitivas ou censórias. Existe a ideia de que há algum exagero por parte dos operadores, resultante da sua própria necessidade de afirmação, o que não deixa de causar preocupação, mas existe a esperança numa auto-regeneração, ou seja, de que a partir do momento em que os operadores definam os seus espaços e em que a competição entre eles deixe de ter as proporções actuais, os próprios canais terão a preocupação de modificar os seus estilos.

De qualquer modo, também não existe consenso sobre as causas da violência...

Pois não. Há quem estabeleça uma relação de causa e efeito entre a violência na televisão e a violência no comportamento social, e quem defenda que as coisas não são assim tão simples, que a violência resulta de outros fenómenos sociais associados à falta de perspectivas, à crise, ao desemprego...

Mas há casos de violência infantil ocorridos em circunstâncias em que aparentemente tais factores não interferem...

O caso das crianças tem de ser visto à luz de outros elementos. O problema é que as crianças passam demasiado tempo sozinhas com a televisão, sem possibilidade de sociabilizar as suas experiências. Os



as, e tudo o mais não passam de recomendações. Não quer dizer que não tenha tido algum papel positivo, em determinadas circunstâncias, mas é evidente que não responde às necessidades. Importa repensar no futuro a composição desta entidade, de forma a que nela tenha assento não só as forças políticas mas também representantes dos diferentes sectores culturais, socioprofissionais, num leque suficientemente diversificado para reflectir as preocupações da sociedade, bem como os poderes que lhe devem ser atribuídos. Só assim se acabará com a ambiguidade que desde sempre envolveu este organismo, gerador de grandes expectativas e de reduzida capacidade de actuação.

# O difícil quotidiano nas áreas metropolitanas

**B**RECHT preveniu para a necessidade de não tomar como normal o que acontece todos os dias; e se a afirmação é válida para múltiplas situações que os trabalhadores e o povo enfrentam, é-o também para múltiplos outros aspectos do quotidiano nos grandes centros urbanos.

Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em que teoricamente os indicadores económicos apontariam para melhores condições médias de vida, esse quotidiano é, em muitos casos, particularmente duro. No entanto, ainda há dias o Ministro do Planeamento e Administração do Território se congratulava, na reunião de uma Comissão parlamentar, com o facto de ter sido contido o crescimento da população de Lisboa e Porto e de não terem sido atingidas as situações extremas de outras áreas metropolitanas. A cidade do México é, para quem assim argumenta, o exemplo sempre presente, com os seus 20 milhões de habitantes, aos quais se foram acrescentando 800 mil por ano, bem como os 2,5 milhões de veículos e as situações extremas de poluição urbana. Mas, ao contrário do que parece supor o Governo, nem por isso o caso português deixa de ser inquietante, sobretudo se pensarmos que há grandes desequilíbrios internos nas áreas metropolitanas, com diminuição da população do centro e crescimento da periferia, acompanhada de dificuldades de trânsito crescentes e de muitas horas diárias perdidas em engarrafamentos para muita gente.

A isto acrescem dificuldades muito acentuadas de habitação, que levam grande parte do rendimento de muitas famílias, o alastramento de manchas de pobreza, a insegurança e a criminalidade que acompanham o fenómeno da marginalização e exclusão social. É nas áreas metropolitanas que se concentra, por outro lado, grande parte dos desempregados, ao mesmo tempo que aumenta a precariedade do emprego e a incerteza em relação ao dia de amanhã. Note-se, aliás, que o crescimento dos desempregados, da pobreza e da marginalidade social só não é maior porque grande parte dos que abandonam o interior do país em desertificação continuam a emigrar para outros pontos da Europa e do mundo, permitindo que o PSD se gabe de taxas de desemprego que considera comparativamente mais baixas.

É esse, aliás, um dos aspectos que mais inquieta no discurso do PSD: em vez de assumir a gravidade das situações, tem sempre uma comparação pronta para dizer que em qualquer ponto do mundo a situação é ainda pior. E quando aparece uma voz mais lúcida (pense-se no artigo de Pacheco Pereira acerca da revolta da ponte sobre o Tejo) não é a sensibilidade em relação os problemas humanos que avulta mas sim o receio de que a revolta e o descontentamento que lhe está subjacente se transforme em voto e este em ordem de despejo ao Governo do PSD, até porque não são só as situações de miséria extrema que estão em causa mas também as de parte importante de uma chamada «classe média» das áreas metropolitanas, que não deixa de enfrentar dificuldades significativas no seu quotidiano, desde os engarrafamentos até à insegurança nas ruas e nos empregos, passando pela falta de envolvimento cívico e de participação política.

## Outra face: a desertificação do interior

No quadro do agravamento dos problemas metropolitanos, e como uma das suas causas relevantes, não pode deixar de se apontar o facto de o processo de desertificação do país não ter sido travado, mas até ter vindo a prosseguir, com a própria colaboração do Governo e da Administração central.

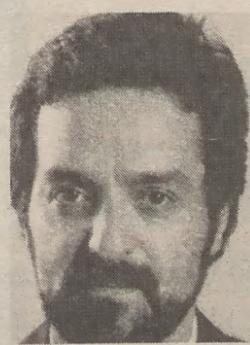
Por um lado, a regionalização não é concretizada e os municípios e freguesias são vítimas da centralização administrativa e financeira.

Por outro lado, verifica-se a concentração de serviços da administração periférica do Estado, sem critério conhecido, discutido e publicamente assumido, contribuindo para diminuir a importância potencial de alguns centros urbanos, ao mesmo tempo que se proclama como remédios (ver as Grandes Opções do Plano para 1995) o turismo rural e as «iniciativas locais de emprego», aos quais cabe naturalmente um papel, mas que não pode deixar de ser concebido como meramente subsidiário.

Finalmente, aumenta o isolamento e o abandono de muitas regiões, sobretudo do interior, à medida que fecham escolas e serviços de saúde e actividades como os transportes colectivos deixam de ser encaradas como serviço público para, com as privatizações, terem como principal critério de gestão o lucro e não o interesse das populações.

A tudo isto acresce uma política que premeia o abandono dos campos e não o seu cultivo, no quadro de novas e velhas políticas agrícolas, comunitárias e outras, que se baseiam nos excessos de produção alheios, designadamente do centro e norte da Europa, e não nos déficits de produção de Portugal e de outras periferias europeias.

É evidente que é prática do PSD afirmar, em relação a áreas em que a CDU tem a maioria nas autarquias, que a desertificação se deve ao facto de os seus eleitos afastarem o investimento; mas a verdade é que grande parte das autarquias do interior do País que mais população têm perdido é de maioria do próprio PSD, e este facto é extensivo às próprias autarquias alentejanas com maioria do partido do Governo. É indesmentível que grande parte dos novos investimentos realizados noutras áreas, como acontece na área metropolitana de Lisboa, são-no em municípios de maioria CDU. É pura demagogia, por isso, afirmar que são as autarquias que travam o desenvolvimento. Pelo contrário, há mui-



**LUÍS SÁ**  
Membro da Comissão Política

mentos próprios e comunitários.

A verdade, porém, é que a solução institucional que foi gizada pela Lei nº 44/91 de 2 de Agosto, após 15 anos de vigência da Constituição e na véspera das eleições legislativas de há três anos, é fraca, designadamente se confrontada com a proposta bem mais ousada, democrática e correspondente às necessidades que o PCP defendeu (e que incluía uma Assembleia Metropolitana directamente eleita pela população). O comportamento de governos do PSD ao longo dos anos tornou, porém, esta solução ainda mais fraca, apesar do grande esforço realizado pela Junta Metropolitana de Lisboa para potenciar as suas possibilidades.

A inscrição no Orçamento de Estado de 1995 da verba de apenas 20 mil contos para a Área Metropolitana de Lisboa e 15 mil contos para a Área Metropolitana do Porto representa um afloramento mais da política governamental de subalternização das áreas metropolitanas e desresponsabilização em relação ao seu funcionamento. A verdade é que em numerosas questões, designadamente em relação aos grandes investimentos a realizar, a falta de transparência e a ausência de debate público capaz de envolver a população e as suas organizações é uma constante. Em relação à Área Metropolitana de Lisboa, o caso das travessias do Tejo ou do POZOR, o abusivo Plano que afinal não é da Administração Geral do Porto de Lisboa, são exemplos disso.

Daí a oportunidade das propostas que foram apresentadas pelo PCP esta semana no sentido de fortalecer a capacidade legal e financeira de actuação das áreas metropolitanas e de ampliar a sua intervenção em diferentes domínios, como os transportes públicos e o acompanhamento dos grandes investimentos a realizar nesta área. Daí também a justeza das interrogações formuladas acerca de factos como, dois anos após a entrega ao Governo do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, este permanecer metido na gaveta e a oportunidade de propor a deslocação do Ministro do Planeamento à Assembleia da República para prestar esclarecimentos. Daí ainda a necessária insistência nas propostas de abolição de algumas das portagens que mais estrangulamentos provocam e de transferência dos terrenos sob administração da Administração Geral do Porto de Lisboa não afectos à exploração portuária para a dependência dos respectivos municípios.

O quotidiano difícil nas áreas metropolitanas resulta de um vasto conjunto de problemas sociais e humanos, que é o espelho de uma política de nove anos. Essa política pode reivindicar, naturalmente, a resolução de alguns problemas, até porque a Terra gira e é preciso tentar ganhar eleições, mas não resolveu nem caminhou para a resolução de algumas das questões básicas que podem garantir a um povo que está a caminhar para mais justiça, segurança e bem-estar. Para além da oportunidade das iniciativas tomadas pelo PCP acerca das áreas metropolitanas e, em particular, da área metropolitana de Lisboa, se coloque uma questão mais vasta: o país e as áreas metropolitanas estão carecidos de uma nova política, favorável aos trabalhadores e aos que mais precisam de apoio, atenção e auxílio, de uma nova política que descentralize democraticamente o poder em vez de praticar o centralismo autoritário.



tas situações em que quase toda a actividade económica e o emprego passam pelo esforço das autarquias. Só que estas não têm nem meios nem poderes de contrariar uma lógica que, em nome do sacrossanto mercado e do mais ainda sacrossanto lucro, sacrifica o equilíbrio do ordenamento e da distribuição da população pelo território; nem foram as autarquias que, ao longo de dezenas de anos, travaram investimentos como o Alqueva (com que o Governo só admitiu avançar após a liquidação prévia da reforma agrária e de garantir que serão outros os eventuais grandes beneficiários).

## Medidas institucionais

Foi no quadro da consciência da dimensão e especificidade dos problemas metropolitanos que surgiu, como uma medida natural e necessária, a previsão por parte da Constituição da possibilidade de criar formas especiais de organização territorial autárquica nas áreas metropolitanas. Estas não constituem, naturalmente, uma panaceia: os problemas metropolitanos exigem uma actuação global e integrada e impõem a travagem do processo de desertificação de grande parte da área do país. Mas poderiam ser uma contribuição para coordenar e ordenar o que actualmente está descoordenado e, em grande medida, desordenado, para estudar melhor a situação, delinear medidas, mobilizar esforços e vontades, gerir ou coordenar a gestão de investi-

# Serviços municipais

## de polícia *atribuições, competências e limites de actuação*

■ António Filipe

A Assembleia da República aprovou, em Junho último, uma lei publicada em 29 de Agosto, com o nº 32/94, que «disciplina as atribuições e competências dos serviços municipais de polícia e os limites da respectiva actuação». Este diploma tem uma importância clarificadora essencial quanto às atribuições e competências destes serviços e quanto ao sentido, alcance e limites das funções de polícia administrativa que constituem atribuições das autarquias locais. A existência desta lei permite estabelecer com clareza a distinção entre as funções de polícia administrativa de competência autárquica, que serão asseguradas através dos serviços municipais de polícia que forem criados e as funções policiais de segurança interna que competem forçosamente às forças e serviços de segurança de âmbito nacional.

Esta distinção constitui de facto a pedra basilar para o entendimento da real natureza e atribuições dos serviços municipais de polícia. Estes serviços não são forças de segurança. Não são «polícias» com o sentido que normalmente se atribui a esta designação geralmente utilizada para referir os agentes da PSP, GNR ou PJ. Não há polícias municipais com esta lei.

O que acontece é que as autarquias locais possuem determinadas competências legais que são tecnicamente designadas como de «polícia administrativa». Neste sentido, a expressão designa uma actividade que se traduz na verificação e fiscalização do cumprimento de normas e decisões de carácter administrativo que as autarquias tenham adoptado ou venham a adoptar no âmbito das suas competências legais. Esta actividade de mera fiscalização traduz-se na prática na elaboração de autos de notícia de infracções que tenham sido cometidas no âmbito das matérias objecto dessa fiscalização e na eventual notificação de deliberações camarárias respeitantes a essas infracções. Como se vê, fiscalização e não coacção.

### Delimitar

Torna-se evidente que com este quadro de competências se torna indispensável delimitar com precisão as funções e os limites de actuação dos serviços municipais de polícia, distinguindo-se claramente da actuação própria e exclusiva das forças e serviços de segurança. Esta delimitação é tanto mais importante, quanto se sabe que existem autarquias - é o caso do município de Lisboa - que exercem os seus poderes de polícia administrativa através de serviços próprios de «polícia municipal», o que pode evidentemente suscitar confusões entre estes serviços e as forças de segurança, tanto mais quanto se sabe que os respectivos agentes são funcionários requisitados à Polícia de Segurança Pública.

A lei recentemente aprovada permitirá, felizmente, pôr termo a esta situação que denota alguma promiscuidade e delimitar claramente os serviços que desenvolvem actividades de polícia administrativa, municipais, e as forças de segurança que têm por função garantir a ordem jurídico-constitucional, através da garantia da segurança de pessoas e bens e da prevenção da criminalidade e cuja organização (de cada uma delas) é única para todo o território nacional, nos termos da Constituição.

Da lei sobre os serviços municipais de polícia resulta claramente a sua exclusão do conceito de forças de segurança, cujo elenco é taxativamente determinado na Lei de Segurança Interna. Os serviços municipais de polícia são, nos termos da lei, serviços especialmente vocacionados para o desempenho das atribuições dos municípios em matéria de polícia administrativa, que cada município pode criar por deliberação da respectiva Assembleia Municipal sob proposta da Câmara. Consistem essas funções em fiscalizar, na área da sua jurisdição, o cumprimento das leis e dos regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições das autarquias e à competência dos seus órgãos.

A delimitação concreta da actuação dos municípios em matéria de polícia administrativa e consequentemente da actuação dos serviços municipais que para esse efeito sejam criados, depende portanto em cada momento, do que se encontrar legalmente estabelecido quanto à delimitação e coordenação das actuações da administração central e local, sendo

certo, porque a lei assim o determina, que é vedado aos municípios o exercício das actividades previstas em legislação de segurança interna e nas leis orgânicas das forças e serviços de segurança.

Porém, a lei sobre os serviços municipais de polícia estabelece desde já um quadro de

competências, do qual, dispensando a enumeração exaustiva, importa salientar alguns aspectos que são relevantes sobretudo do ponto de vista do relacionamento entre estes serviços e os cidadãos. Por exemplo: os funcionários do SMP vão fiscalizar coisas como o cumprimento dos regulamentos sobre edificação urbana, os regulamentos de utilização de espaços públicos, o cumprimento pelos concessionários de piscinas municipais das regras da concessão e, coisa nova, o cumprimento de certas regras do Código da Estrada como as do estacionamento.

Assim, a lei dispõe que os funcionários dos serviços municipais de polícia só podem utilizar os meios coercivos expressamente previstos na lei. Apesar da felicidade discutível da formulação utilizada, o que resulta claramente desta disposição é que, não existindo qualquer diploma ou norma legal que atribua aos funcionários dos serviços municipais de polícia a possibilidade de utilizar meios coercivos contra os cidadãos, estes meios não podem ser utilizados. E assim, se em algum caso se tornar indispensável o recurso a meios coercivos, os funcionários dos serviços municipais de polícia devem solicitar a intervenção das forças de segurança territorialmente competentes.

Por outro lado, embora a lei determine a cooperação entre os serviços municipais de polícia com quaisquer outras entidades públicas que o solicitem, designadamente com as forças de segurança, esta cooperação só pode ser feita no âmbito dos seus poderes próprios e sempre por decisão do presidente da Câmara, que é a entidade de quem esses serviços dependem orgânica e funcionalmente.

### Clarificar

Uma outra clarificação se afigura importante: os funcionários dos serviços municipais de polícia estão sujeitos ao estatuto geral dos funcionários das autarquias locais e as suas competências restringem-se à mera fiscalização e à elaboração do auto de notícia de infracção a normas cujo cumprimento lhes incumba fiscalizar. A este respeito, é significativo que tenha sido recusada uma proposta do PS no sentido de que competisse aos funcionários dos serviços municipais de polícia assegurar a protecção dos funcionários municipais encarregados de executar deliberações com eficácia externa. Apesar do uso de uma farda (a lei prevê isso), não se trata de polícias ou agentes policiais, mas tão-só de funcionários do SMP da Câmara X.

A nova lei permite que as coisas fiquem bem claras: nem as forças de segurança possuem serviços municipais que assegurem as suas missões próprias, nem as Câmaras Municipais ou os seus presidentes dispõem de forças de segurança a actuar sob as suas ordens. Se isto não ficasse bem claro e se se instalassem equívocos quanto à natureza e atribuições dos serviços municipais de polícia correr-se-iam riscos de graves conflitos entre cidadãos vítimas de prepotência e funcionários exorbitando das suas funções, ou de actuações coercivas exercidas por quem não tem autoridade para isso, recaindo as consequências inevitavelmente sobre os cidadãos.

É esta a questão basilar do bom relacionamento os serviços municipais de polícia, o que é dizer, os municípios, e os cidadãos. Estes serviços desenvolvem actividades que são de grande importância municipal, que são efectivamente funções de fiscalização do cumprimento de normas e decisões cama-

rárias, mas não são forças de segurança, nem poderiam ser, nem seria desejável que fossem.

Não poderiam ser porque a Constituição é suficientemente clara quanto à proibição da existência de forças de segurança de âmbito municipal ao estabelecer no seu artigo 272º nº 4 que a organização de cada uma das forças de segurança é única para todo o território nacional. A municipalização das funções de segurança interna criaria uma situação de multiplicação de cadeias de comando, de diversidade de lógicas de actuação e de conflitos de competências entre serviços exercendo a mesma actividade em áreas distintas, que seria incompatível o próprio princípio constitucional da unidade do Estado.

Por outro lado, como bem se compreende, as funções de garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos e de prevenção e combate da criminalidade exigem uma capacidade operacional que não é compatível com a existência de 305 forças de segurança a actuar cada uma nos limites do respectivo município. É absolutamente impensável que o fenómeno da criminalidade possa ser combatido com eficácia numa escala municipal. Trata-se de um fenómeno que quer pela sua dimensão, quer pelas suas características, não pode obter resposta que caiba nas fronteiras de um município. A actividade policial de segurança pública exige uma articulação operacional e funcional que é incompatível com a tutela de 305 presidentes de Câmara, exige meios avultados de que os municípios não dispõem e exige uma fiscalização democrática de garantia dos direitos dos cidadãos que as múltiplas dependências hierárquicas tornariam no mínimo contingente.

### Autarquias e segurança

Quando são conhecidos graves problemas operacionais que a coexistência das várias forças de segurança já suscitam (são conhecidos alguns casos de «terras de ninguém» nos limites de zonas de actuação da PSP e GNR) facilmente se imaginam as consequências de uma eventual municipalização das forças de segurança. Também não são difíceis de imaginar as consequências da dependência das forças de segurança relativamente a determinados presidentes de Câmara quanto a actuações policiais prepotentes, lesivas de direitos dos cidadãos e violadoras da igualdade dos cidadãos perante a lei.

Estas considerações não são tanto motivadas pela legislação sobre os serviços municipais de polícia, que a este nível deixa as coisas suficientemente claras, mas vêm mais a propósito da insistente proposta do PS de criação de polícias municipais como forças de segurança e da sua apresentação como algo que poderia aumentar a segurança dos cidadãos. Tal proposta, que além do mais faria recair o odioso da insegurança e intranquilidade dos cidadãos sobre as autarquias que não têm condições nem legais nem reais para as assegurar, revela-se demagógica, irresponsável e no mínimo desculpabilizadora da má actuação do Governo neste domínio.

A acção própria dos municípios em matéria de segurança e tranquilidade das populações não passa nem deve passar pelo desenvolvimento de actividades que são próprias das forças de segurança, substituindo-se a estas. A justa preocupação dos órgãos municipais relativamente à segurança dos cidadãos tem formas úteis e apropriadas para se desenvolver sem qualquer ingerência ou choque com as atribuições das forças de segurança.

Se a capacidade, presença e acção das forças policiais é um instrumento indispensável na prevenção da criminalidade, esta é mais eficaz se for associada à intervenção das comunidades locais. A esse nível, as autarquias locais podem desempenhar um papel de enorme relevância, através da criação de estruturas locais, consultivas, que, sem acção operacional e sem intervirem na cadeia de comando, se ocupem das questões relativas à segurança e tranquilidade das populações, assegurando o diálogo e a cooperação com diversas entidades que actuem nesse âmbito na área do município. Com este objectivo, o PCP apresentou já um Projecto de Lei de criação legal de órgãos consultivos denominados Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, que aguarda a apreciação da Assembleia da República.

■ Aurélio Santos

# A família hoje e a necessidade de uma

Apresentando o Orçamento do Estado para 1985, actualmente em discussão na Assembleia da República, o Ministro das Finanças declarou-o orientado para «o benefício das famílias portuguesas». É certo que um assomo de franqueza acrescentou: «e das empresas». Mas a referência ao «benefício» das famílias não é casual: enquadra-se na utilização orquestrada do tema «família» que as forças de direita e o seu governo têm vindo a promover com crescente insistência, como elemento da sua demagogia pré-eleitoralista.

Já Cavaco Silva, em Janeiro passado, falando na Torre do Tombo, durante a cerimónia do lançamento do Ano Internacional da Família (de que se gaba de ter sido um dos promotores), declarou solenemente que «a família merece o apoio do Estado» e que tem sido preocupação dos seus governos (ele diz sempre: o «meu» governo...) «o bem-estar e a qualidade de vida das famílias portuguesas».

## A política do Governo PSD e a família

Vale a pena referir alguns exemplos do que tem dado às famílias portuguesas essa preocupação do Governo PSD e qual o «apoio do Estado» que têm «merecido». Vejamos, por exemplo, o próprio Orçamento para 1995.

Mesmo uma análise geral dos dados apresentados revela que quem mais fica a perder são precisamente as famílias dos trabalhadores por conta doutrem — ou seja, a esmagadora maioria das famílias portuguesas. Por exemplo: no que se refere à política de impostos, o que caracteriza este Orçamento é o aumento da carga fiscal sobre o cidadão comum (ao contrário, aliás, do prometido) e o agravamento da injustiça social: enquanto os impostos directos, que afectam principalmente as classes de mais altos rendimentos, aumentam 5,5%, os impostos indirectos, que atingem pesadamente as camadas de mais baixo rendimento, sobem 11,7% — ou seja, mais do dobro.

No que se refere ao IVA, que incide sobre o preço da esmagadora maioria dos produtos e serviços pagos pelas famílias, regista-se um aumento de 16% para 17%. Prometera o Governo que esse aumento seria compensado pela redução de 1% no desconto para a Segurança Social. Afinal, o que baixou foi, sim, a taxa social paga pelas empresas, mantendo-se a taxa social cobrada aos trabalhadores.

Outro golpe que o Orçamento do Estado dá aos orçamentos familiares vem do IRS. Enquanto os escalões são actualizados em 4% (abaixo da taxa da inflação), os abatimentos, esses, são actualizados em 6%. Ao mesmo tempo passam a ser tributadas as chamadas «remunerações em espécie», como as senhas de refeição. Para além do Orçamento, não faltam, aliás, provas esclarecedoras quanto à forma como se traduzem, na vida real, as afirmações de Cavaco Silva sobre a preocupação dos «seus» governos pelo bem-estar e qualidade de vida das famílias portuguesas...

Que significado têm as declarações de que «a família merece o apoio do Estado» — quando se anuncia a «retoma económica» ao mesmo tempo que se afirma com naturalidade que o desemprego vai continuar, e quando, em fins de Setembro, segundo os dados oficiais (muito aquém da realidade) havia mais de 390 mil desempregados, 47% dos quais há mais de um ano sem trabalho? Quando os jovens com menos de 25 anos sem conseguirem emprego atingem já, segundo esses dados, mais de 100 mil? Quando a produção de bens de consumo baixou 8%, traduzindo em parte das dificuldades crescentes dos orçamentos familiares? Quando há mais de 17 000 salários em atraso, só em 5 distritos do país, somando nos últimos 2 meses 2,5 milhões de contos em falta nos orçamentos das famílias portuguesas? E quando o Governo se agarra à ultrapassada teoria de que os «salários têm uma dinâmica de espiral inflacionista» para impor, pela chamada contenção salarial, reais cortes aos rendimentos das famílias portuguesas?

Inúmeros exemplos concretos comprovam a hipocrisia das

declarações oficiais sobre o «apoio à família» e as preocupações com o bem-estar das famílias portuguesas. Mas, essa hipocrisia demagógica não é gratuita. Pretende esconder uma política, e serve essa política.

## Redução de consumos: objectivo estratégico

A redução dos consumos dos assalariados e suas famílias constitui hoje um objectivo estratégico da política de direita, integrado na lógica da grande ofensiva em curso de intensificação da exploração capitalista.

Uma das vias para atingir esse objectivo é a contenção salarial (e, nesse aspecto, é de assinalar que os custos salariais, este ano, já estão reduzidos a 81,3% em relação a 1980). Mas outra via que está a ser seguida é a dos cortes nos equipamentos e serviços sociais, e nos respectivos consumos: cuidados médicos, ensino, alojamento social, transportes, segurança social apoios culturais e recreativos. A insuficiência e degradação dos equipamentos e recursos sociais obrigam os trabalhadores e suas famílias a despesas suplementares para compensar as carências do Estado, e impõem assim restrições sobre outros consumos. E, com isso, empurram também para cima dos trabalhadores e suas famílias encargos que as conquistas sociais e democráticas tinham conseguido que fossem socialmente assumidos, através do Estado, deixando a este as mãos livres para transferir recursos para os interesses que a política de direita considera prioritários — aquilo a que o Ministro Catroga chamou «apoio às empresas» na sua apresentação do Orçamento para 1995.

Esta ofensiva política, social e económica precisa, como é óbvio, das suas coberturas ideológicas. E também aí a família entra no painel das operações de instrumentalização e manipulação ideológica da política de direita.

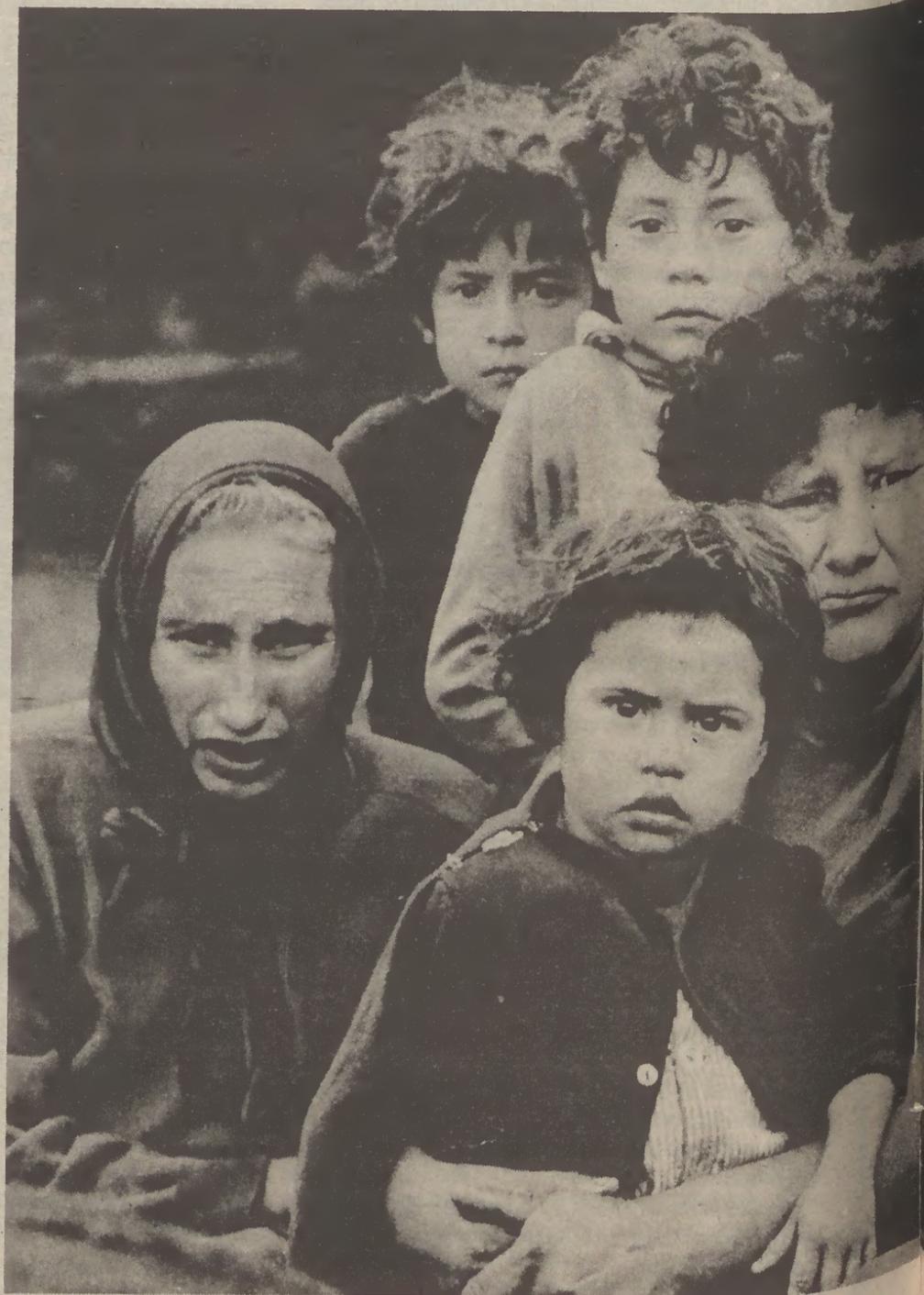
Os trabalhadores e as suas famílias são acusados de «viver acima dos seus meios» e de pôr assim em perigo a economia nacional. Aponta-se o dedo às famílias como responsáveis por problemas, realmente graves, mas que fundamentalmente traduzem a profunda crise resultante da política de direita: droga, violência, marginalidade, criminalidade. Uma forte campanha para a «recuperação» dos «valores da família» está em curso, só que, com os valores que apresenta, pretende a direita contrabandear os seus modelos de enquadramento ideológico, político e económico da sociedade.

Também neste campo a ofensiva para o retrocesso social e político é acompanhado pela ofensiva de retrocesso das mentalidades.

## A família e a sociedade

Não cabe aqui, nem o PCP o tem feito, dar uma definição global e acabada do que é hoje a família em Portugal. Neste caso, também, partimos das realidades existentes para definir a nossa acção. A família comporta em Portugal no momento presente composições muito diversas.

Mas, nas suas várias composições e configurações, há uma realidade predominante que tem de ser ida em conta: a grande maioria das famílias têm como ponto de partida um



casal, com matrimónio ou com «união de facto», e os filhos respectivos.

Por isso, ao falarmos sobre a «situação da família» referimo-nos, de um modo geral, aos agregados familiares vivendo em comunhão de pessoas e rendimentos.

Não esqueçamos que, na sociedade portuguesa actual, os conceitos e as vivências relacionadas com a família contêm graves limitações e deformações, muita hipocrisia e até aberrações no entanto, que a família tem um importante papel a desempenhar, não só no quadro da sociabilização do ser humano, como para o seu próprio equilíbrio afectivo, psicológico e emocional.

Queremos uma sociedade em que a família não seja constituída apenas na base de interesse materiais, preconceitos e convenções e não seja motivo de servidão e subordi-

# nova política

nação da mulher, uma sociedade em que a família seja constituída na base de uma decisão livre, tendo como motivação o amor, o afecto e a sociedade recíprocas, na igualdade do homem e da mulher.

Nesse sentido, o reconhecimento da igualdade de direitos na família pela legislação saída da Revolução de Abril foi um importante passo no sentido da dignificação e da modernização da família.

## A família e a condição da mulher

Estreitamente ligado à questão da família, está o problema da condição da mulher na sociedade.



O Estado Novo, com o slogan «Deus, Pátria e Família», apresentava a família como um dos esteios ideológicos do regime corporativo fascista. Nessa família, as concepções fascistas sobre a divisão social do trabalho estavam claramente pré-fixadas e reflectidas. A mulher devia ficar em casa a cuidar dos filhos, enquanto o marido devia sair para ganhar o sustento da família. A missão da mulher na vida limitava-se à casa e aos filhos.

Contudo, mesmo sob o regime fascista do Estado Novo, as mudanças sociais e económicas impuseram alterações a este modelo de família. Quando os processos da evolução económica, a mobilização para as guerras coloniais e a emigração maciça criaram no país uma falta de mão-de-obra masculina, um número crescente de mulheres foi ingressando no mercado de

trabalho, passando da esfera privada para a esfera da produção. Mas a participação das mulheres na produção é apenas uma pré-condição para a mudança dos estatutos sociais.

Foi o 25 de Abril o factor que realmente proporcionou às mulheres a entrada na esfera pública. A participação na vida política, nas organizações populares e sindicais, nos movimentos associativos de vária ordem, deram às mulheres a oportunidade de ultrapassar a esfera familiar, privada, e a mera participação na força laboral, para participarem mais amplamente na esfera da acção política e social. O facto de muitas mulheres desempenharem uma combinação de papéis produtivos e públicos deu-lhes um novo conceito de cidadania e alterou as estruturas dos seus agregados familiares.

## Mentalidades dominantes e condicionantes sociais

O assumir de um discurso igualitário no que respeita aos membros da família nem sempre corresponde, todavia, a uma

prática de igualdade, pelas contradições que levanta com os estereótipos dominantes, e que levam em alguns casos a situações de ruptura dos laços afectivos ou familiares. Por outro lado, a falta de estruturas sociais e as dificuldades no seu acesso condicionam uma participação mais activa da mulher na vida social e a evolução da família num sentido socialmente mais adequado ao mundo e às mentalidades de hoje.

Mantêm-se, na organização da vida familiar e na execução das tarefas domésticas, hábitos e tradições que têm repercussão na disponibilidade da mulher para a participação na vida política e social. A menor disponibilidade de tempo não é, porém, o único obstáculo a essa participação. A «imagem» da mulher, interiorizada por ambos os sexos, cria também resistências difíceis de transpor à participação feminina na dinâmica social.

Essa situação é agravada pela pressão ideológica dos interesses

dominantes. Quando a organização capitalista da produção quebrou os laços entre a família e propriedade, a família deixou de ser uma unidade produtiva, uma componente essencial das forças produtivas. Os homens — mas também as mulheres e até as crianças — foram obrigados a ir para as fábricas. Formou-se pouco a pouco um novo tipo de família. Não uma família ligada organicamente à propriedade, abrangendo todos os partes — mas a família tendo como núcleo o casal, pais e filhos. Cada membro da família trabalha em sítios diferentes. A família deixou de ser uma unidade produtiva, passou a ser um agregado de consumo ou de administração comum de bens adquiridos em trabalho realizado fora do âmbito familiar.

O capital, forçando a mulher ao trabalho industrial, social, criou uma nova situação, e as condições para a igualdade da

mulher, para a sua emancipação económica, para o fim da sua subordinação económica ao poder do homem. Mas embora a igualdade do cidadão perante a lei seja proclamada — ela resiste à sua extensão à mulher. A proclamada inferioridade da mulher serve para justificar o pagamento de salários inferiores à força de trabalho da mulher e a retirar do trabalho da mulher uma mais-valia superior. Isto é: um condição para o aumento dos lucros. Além disso, o trabalho feminino surge para o capitalismo como particularmente «flexível». Em caso de recessão, basta recuperar o mito da mulher no lar; em período de expansão, deixa-se cair. É o que se regista uma vez mais no actual mercado de trabalho. Além disso, é mais fácil manipular a mão-de-obra feminina. Pode-se fazer promoção do trabalho a tempo parcial, ao domicílio, periódico, sazonal, de «horário reduzido», etc. Qualquer destas fórmulas de trabalho marginal ou desvalorizado constitui, nas mãos do patronato, um excelente meio de pressão para agir sobre os salários dos homens e mulheres — com prejuízo dos trabalhadores no seu conjunto.

## Para uma nova relação de família e sociedade

A batalha pela mudança de mentalidades é sem dúvida indispensável para uma concepção e organização novas e superiores da família e da vida familiar. Mas, para essa transformação em termos sociais, gerais (e não só em termos individuais e pessoais, que já existem e se multiplicam), é necessário que, além da batalha pela mudança de mentalidades, se desenvolva também a luta pelas transformações económicas, sociais e políticas que criem as bases para uma nova relação de família e sociedade. E é aí que a questão da família se integra plenamente na luta por uma nova política, que responda às exigências que hoje se colocam à sociedade portuguesa.

Quer o façamos consciente quer inconscientemente, uma abordagem do problema da família implica sempre a sua inserção num projecto. Num projecto de vida individual, sem dúvidas. Mas, também, num projecto de sociedade. Para nós, comunistas, uma nova política para a família identifica-se largamente com a luta e a perspectiva de transformação profunda da actual sociedade, para que seja assegurada a dignidade, a liberdade e a responsabilidade a toda a pessoa humana.

Consideramos que uma política que vise a defesa e o desenvolvimento da família tem de se basear em profundas reformas sociais e novos valores éticos, que superam e combatam os factores de desagregação material e espiritual produzidos pela actual política de direita. Nesse sentido, temos como preocupações mais imediatas e urgentes a reposição dos direitos dos trabalhadores atingidos pela política do governo PSD, a recomposição das condições de vida e do poder de compra das famílias trabalhadoras numa perspectiva de recuperação e desenvolvimento da economia portuguesa, o retomar pelo Estado das suas responsabilidades sociais. Além de medidas de orientação política geral, para a defesa, tranquilidade e bem-estar das famílias, há a definir e fazer implementar medidas específicas, como sejam as que desoneram fiscalmente as famílias, assegurem apoios às famílias monoparentais, reconheçam às uniões de facto os direitos da família, garantam protecção jurídica e defesa económica às mulheres trabalhadoras, assegurem a aplicação da legislação já existente e o seu aperfeiçoamento, desenvolvam os serviços de saúde e educação, assegurem apoio à maternidade e infância, protecção do primeiro emprego e inserção dos jovens na sociedade, ajuda aos pais para eles não serem os únicos responsáveis pelo apoio à criança e ao jovem, nos seus múltiplos aspectos. Isto, referindo apenas algumas das muitas questões que exigem medidas e acções concretas.

Na base destas preocupações e neste terreno, é possível uma acção conjunta de largos sectores da sociedade portuguesa. É nessa perspectiva que se enquadra o debate com o país sobre a necessidade de uma nova política. Trazemos para ele alguma da reflexão já produzida na nossa prática política. Consideramos que ela tem de ser aprofundada e mais amplamente discutida e desenvolvida, e é nesse espírito que integramos os temas da «família hoje» no «Debate com o País» em curso.

## Stalinegrado (1)

# Horas decisivas para a URSS

■ Manoel de Lencastre

Os acontecimentos de Maio e Junho de 1942 provaram que os nazis, temporariamente enfraquecidos após a derrota sofrida diante de Moscovo, haviam reagrupado forças e recursos e voltavam a estar em condições operacionais suficientes para derrotarem o Exército Vermelho. Stalin esperava a concretização de uma nova ofensiva contra o sector de Moscovo onde os alemães haviam disposto mais de 70 divisões.

Este era o momento em que a abertura de uma segunda frente de operações na Europa, pelos anglo-americanos, daria à guerra uma nova expressão. Mas Stalin acreditava pouco nas promessas de Roosevelt e menos, ainda, mas de Winston Churchill, apesar de não ter perdido a convicção de que, cedo ou tarde, essa nova frente acabaria por ter realização. O ataque nipónico a Pearl Harbour tivera lugar a 7 de Dezembro de 1941. Eisenhower (tenente-general a 7 de Julho de 1942) recebia nova autoridade para dirigir operações futuras. A Grã-Bretanha lutava em Tobruk e em El Alamein e a sua gloriosa aviação (a RAF) bombardeava Lubeck, Rostock, Augsburg, Colónia, Bremen, Flensburg. O «Führer», no Reichstag, urrava: «Exijo o direito de compelir, seja quem for, ao cumprimento do seu dever!»

### «É preciso punir os derrotistas!»

Os dias 17, 18 e 19 de Maio constituíram um negro período para o Exército Vermelho. Onze divisões alemãs, do Grupo de von Kleist, surgindo de Slaviansk-Kramatorsk, colocaram uma ameaça directa aos 9º e 57º exércitos da «Frente Sul» soviética. Mas certas forças que poderiam ter sido desviadas para ajudar a sustentar o avanço de von Kleist mantinham-se, todavia, em operações contra o sector de Kharkov, por insistência de Stalin e contra a opinião avisada de Jukov e do Estado-Maior (1). A 19, a catástrofe estava à vista e, a 23, tanto aqueles exércitos como parte do 9º e o Grupo de operações do general Bobkin, achavam-se sitiados. É certo que diversas unidades conseguiram romper o cerco e regressar à zona de operações da «Frente», mas a maior parte das tropas soviéticas envolvidas, ainda que lutando até aos limites do impossível, pereceu.

A 30 de Junho de 1942, o 6º exército germânico (von Paulus) atacou Ostrogzhsk e «limpou» as linhas defensivas dos 21º e 28º exércitos soviéticos. Outras formações nazis apareciam da zona de Kursk atacando a área de Voronezh onde, a 2 de Julho, as condições se deterioravam assustadoramente. Também a situação da «Frente de Bryansk» se agravava hora a hora. O Supremo Comando (Stalin e Jukov) decide dividir essa Frente em duas — chama Rokossovski para a respectiva chefia em substituição de Golikov e ordena a Nikolai F. Vatutin a constituição e direcção da nova «Frente de Voronezh». Estas medidas de carácter organizacional deram lugar a uma certa estabilização na zona de Voronezh, mas não eliminaram o grave perigo de o inimigo poder surgir através do Dão para atacar Stalinegrado.

Por outro lado, a ofensiva soviética na Crimeia saldara-se pelo colapso das forças da «Frente da Crimeia» (Kozlov) cujas perdas em homens e em equipamento e material foram substanciais. Kerch, abandonada a 23 de Maio, deixava as mãos livres aos hitlerianos para se voltarem contra Sebastopol cujos defensores resistiam, heroicamente, desde Outubro de 1941. Mas, a 4 de Julho, depois de um cerco que durou nove meses entre contínuos e desesperados combates, os imortais soldados e marinheiros de Sebastopol tiveram de aceitar a realidade e abandonaram a zona de operações e de resistência na cidade. Isto complicou extraordinariamente a situação geral e os nazis, assim, viram-se em condições de poderem libertar importantes formações militares para a conquista de outros objectivos. A Crimeia, agora, pertencia-lhe, inteiramente. E Stalin, no Kremlin, gritava: «É preciso punir severamente Kozlov, Mekhlis (2) e Kulik. As suas posições derrotistas só provocam desastres.» Tinha razão.

### Nazis querem o petróleo

Como resultado das derrotas soviéticas mencionadas, os nazis ganharam o controlo das ricas regiões do Dão e do Donbas e colocaram-se em posição de ameaçar directamente a zona do Volga e o norte do Cáucaso. Existia o perigo de que atacassem o Kuban e acabassem por apoderar-se das zonas de produção petrolífera que alimentavam as necessidades energéticas das forças armadas e de todas as indústrias soviéticas. Foi nestas pouco auspiciosas condições que a situação que daria lugar aos épicos combates conhecidos como a «Batalha de Stalinegrado» começou a tomar forma.

A meio de Julho, Stalin insistia com severas medidas contra os propagadores do pânico, os violadores da disciplina partidária e militar e os elementos derroristas. A Ordem nº 227 do Comissariado da Defesa (Stalin) estabelecia a regra de ferro de que as tropas não poderiam recuar «um só passo mais». O trabalho partidário e a educação política a todos os níveis do Exército Vermelho foram melhorados e intensificados. Todos os comandos foram sensibilizados para a urgente realização de programas de agitação e propaganda política entre os homens em armas. Não se tratava de regras de ferro, evidentemente, mas de regras de ouro cujos resultados positivos se verificariam rapidamente. Entretanto, tornara-se essencial impedir os nazis de conseguirem acesso às margens do Volga. A «Frente de Stalinegrado» constituiu-se na base dos 62º, 63º e 64º (3) exércitos e também do 21º (4) que reunia unidades da «Frente Sudoeste». Igualmente, a Flotilha do Volga e os 1º e 4º exércitos de Tanques (5) foram agregados à nova Frente que, a 17 de Julho, ocupava uma linha de defesa que ia de Pavlovsk no Dão cobrindo as margens do famoso rio até Serafimovitch e, por Kletskaia e Surovikino, estendia-se até Verkhne-Kurmoirskaia. Uma enorme distância que urgia encurtar.

As coisas, em fins de Julho, contudo, continuavam a não favorecer o campo soviético. No Cáucaso, o inimigo, avançando com extrema tenacidade, atingia o Kuban e, a 10 de Agosto, capturava as refinarias de Maikop. A 11, estava em Krasnodar. Atingiria Novorossiisk? Mozdok tombava, a meio do mês, e os nazis ultrapassavam o rio Terek. A cidade de Sukumi estava ameaçada. Em Stalinegrado, entretanto, os exércitos acima mencionados ocupavam posições defensivas nas principais zonas da cidade. Mas, no seu conjunto, não possuíam mais de 16 divisões. Confrontava-os o gigantesco 6º exército germânico, de von Paulus, que, por si só, compreendia 18 divisões com efectivos ao máximo e dispondo de material moderno de todos os tipos. E verificada a teimosia e determinada resistência dos defensores de Stalinegrado, os nazis trouxeram do sector do Cáucaso o poderoso 4º exército «Panzer» (Hoth) que iniciou operações de ataque partindo de posições em Kotelnikovo. O «Grupo de Exércitos «B»» (Weichs) tinha por missão, segundo a Directiva nº 45 do Alto Comando da «Wehrmacht» (23.10.1942), a captura de Stalinegrado e Astrakan, a consolidação de bases em toda a região do Volga, a separação do Cáucaso relativamente ao resto da URSS.

### Chvikov

A 26 de Julho, forças motorizadas nazis haviam desfeito a defensiva do 62º exército (Kolpakchi, depois Chuikov) e penetravam a zona de Kamenski. A acção do 1º exército de tanques (Leliuchenko) e de unidades do 4º, ainda em formação, não sustentou mas demorou o avanço inimigo. Durante toda a primeira metade do mês de Agosto travaram-se combates selváticos nas imediações de Stalinegrado.

O tenente-coronel Gordov comandava a respectiva Frente, em substituição de Timochenko (Chefe do Estado-Maior: major-general Nikichev) a cujos efectivos se juntava, agora, o 16º exército do Ar (Rudenko). A «Frente de Stalinegrado» achava-se, todavia, operacionalmente subordinada à «Frente Sudoeste» que era comandada pelo coronel-general Yeremenko. Mas, a 23 de

Agosto, o 14º Corpo de unidades «Panzer» desembocava na zona de Vertiachie, conseguia cortar ao meio as linhas que defendiam a capital do Volga. Os nazis, na realidade, haviam atingido a margem do rio, em Latochinka-Rynok. A tomada da cidade não parecia difícil, aos comandos nazis. Não existiam zonas fortificadas dignas desse nome. Stalinegrado seria invadida e conquistada nas ruas. Chuikov (62º exército) já estava separado do grosso das forças da sua «Frente». Que destino teria o 62º exército?

Feroz, era a resistência deste exército que operava em pleno centro da cidade. Os alemães variavam os seus métodos de ataque — ora se abriam em amplas frentes, ora se concentravam para a conquista de estreitos objectivos. Tentavam forças as unidades soviéticas a abandonar as suas posições. Bombardeamentos aéreos começavam a devastar artérias completas. Edifícios, eram matematicamente reduzidos a pó e a pedras antes de se renovarem as investidas da infantaria sempre apoiada por intenso fogo de artilharia. Mas todo um exército de homens que já não eram homens normais, mas, sim, titãs, não só combatia, mas aprendera a viver no meio dos escombros. Era o 62º de Chvikov. Que estranho agrupamento era aquele que ousava viver nas ruínas e opor-se aos «panzers» e às unidades de metralhadoras do exército de von Paulus? Por que razões, realizados «raids» assassinos da «Luftwaffe», passadas horas intermináveis sob o sangrento fogo da artilharia nazi, insistia em continuar a viver e a lutar?

### Verdun vermelha

Stalinegrado, evidentemente, constituía um importante objectivo para os nazis. Mas, para os soviéticos, tinha um enorme significado. Era um símbolo. Fora lá, na «Verdun vermelha» que as forças revolucionárias bolcheviques, dirigidas pelo próprio Stalin, derrotaram o exército «branco», de Denikin, em 1918. Stalin chegara à região como Comissão dos Abastecimentos com a tarefa de organizar a armazenagem e os transportes de trigo e outras mercadorias essenciais, para as unidades do Exército Vermelho, no Norte. Mas antes de poder começar o seu trabalho, tivera de reorganizar a defesa da cidade, que ainda se chamava Tsaritsyn, contra as investidas dos reaccionários de Denikin. Com o consentimento de Lenin, tomou o comando das tropas comunistas. Timochenko e, mais tarde, Vorochilov, colocaram-se a seu lado. Denikin, assim, sofreu uma clamorosa derrota e a cidade foi, definitivamente, liberta pelo Exército Vermelho.

Agora, no Verão de 1942, um novo perigo mortal voltava a envolver Stalinegrado. Estavam lá Chvikov, Yeremenko. Stalin está no Kremlin. Vasilevski e Jukov virão em breve estabelecer a estratégia que conduzirá à vitória. E o grande Rokossovski (6) comandará a futura «Frente do Dão». Nestas condições, que os nazis, como é natural, simplesmente desprezavam, Stalinegrado seria defendida por homens que estavam a construir o futuro. Quem, jamais, possui forças que possam destruir essa espécie de homens? Eram os comunistas, e no peito de todos eles vivia a realidade herdada de Lenin e a esperança de que o mundo, um mundo novo só feito de justiça e de liberdade, haveria de pertencer-lhes. Mas, para chegarem à vitória de Stalinegrado, os titãs das Frentes do Dão e de Stalinegrado teriam de verter sangue e lágrimas às toneladas, como veremos.

(1) Jukov era, agora, 2º Comandante Supremo, dependendo apenas de Stalin; Vasilevski passara para a chefia do Estado-Maior;

(2) Chefe da Administração Política do Exército Vermelho;

(3) Comandadas pelos tenentes-generais: Chvikov, Kuznetsov e Chumilov;

(4) Comandante: tenente-general Chistiakov, em substituição do major-general A.I. Danilov;

(5) O primeiro, sob o comando de Leliuchenko; o segundo em organização, ainda;

(6) Rokossovski, como sabemos, vinha do comando da «Frente de Bryansk» cujo quartel-general se situava em Nizhni Olchaneis, a 15 quilómetros de Yelets. Esta Frente incluía o 3º exército (Korzun), o 48º (Kaliuzin), o 13º (Pukov), o 38º (Chibisov), o 5º Exército de Tanques (Lizyukov), além de outros corpos de tanques e de cavalaria.

■ José Manuel  
Cordeiro

### Conferência Nacional

Renovar e reforçar  
a organização  
e a intervenção do Partido  
no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994  
Lisboa - Voz do Operário

PCP

# Reforço do Partido nas empresas Tarefa essencial em Loures

O Concelho de Loures, o segundo maior concelho do País, tendo uma importante concentração industrial e onde há muito o Partido tem uma forte influência, sofre, em resultado da política dos sucessivos governos do PS e da direita e designadamente da política deste Governo PSD/Cavaco Silva de recuperação monopolista, uma transformação nas estruturas produtivas.

O encerramento de empresas ou a liquidação de áreas produtivas, de que resultou, nalguns casos, a liquidação de fortes organizações do Partido, baluartes da actividade partidária no concelho; a constante destruição de postos de trabalho, as tentativas para restringir ou cercar os direitos dos trabalhadores e das suas organizações de classe; a crescente precarização do emprego, agravada pela chegada ao mundo do trabalho de trabalhadores sem qualquer vínculo laboral às respectivas empresas, provenientes de subempregados e de empresas de aluguer de mão-de-obra, fortemente explorados, sem horários, sem direitos e regalias, desenraizados dos colectivos de trabalhadores das empresas onde vão prestar serviços; a forte ofensiva ideológica contra o Partido, estão, entre outras razões, na origem das nossas principais dificuldades orgânicas.

No seguimento das decisões tomadas em Janeiro deste ano, no Encontro de Quadros da ORL, que definiu como uma das tarefas prioritárias o reforço e alargamento da acção do Partido junto dos trabalhadores e na preparação da Conferência Nacional do Partido que terá lugar a 26 de Novembro, decidimos a criação de um Sector de Empresas que englobe e organize todos os membros do Partido que trabalhem em empresas do concelho, independentemente da sua localização por freguesia. Foi destacado um quadro funcionário do Partido com a responsabilidade exclusiva do seu acompanhamento e com ligação à Comissão Concelhia, ao seu Executivo e Secretariado.

No quadro das dificuldades existentes, por um lado, face à ofensiva do governo e patronato e, por outro, face à quebra numérica de membros do Partido nas empresas (em consequência do encerramento ou desmembramento de unidades industriais) e a uma menor disponibilidade de tempo e militância dos camaradas, algumas medidas estão a ser tomadas de forma a reactivar células e a ligação aos muitos camaradas dispersos por empresas. Foi constituído um Organismo de Direcção composto por camaradas de algumas das principais empresas do Concelho — Covina, MEC, Robbiano, Olaijo, Trefilaria, FIMA, Dyrup, Alcântara Açúcares, Cometa, Centralcer, Caterair — e por camaradas que, ligando às zonas geográficas (freguesias) de maior concentração de empresas, se disponibilizem para assegurar a ligação a camaradas dispersos por outras empresas e onde temos apenas algumas «pontas».

Foi assegurada a realização de uma reunião mensal de Partido com os camaradas dirigentes sindicais que neste plano têm a responsabilidade do acompanhamento das empresas dos diversos sectores no concelho.

Está decidido e já parcialmente concretizada a realização mensal de reuniões dos secretariados de célula e dos plenários de célula. Estão a fazer-se sérios esforços no sentido de instituir a realização de plenários mensais, por zonas de residência, dos membros do Partido que trabalham em empresas do concelho. Estando desde já definidas como zonas prioritárias para a realização destes plenários: Santa Iria da Azóia, S. João da Talha, Sacavém e Odivelas/Pontinha.

Foi elaborado e está a ser distribuído (e já há respostas recolhidas) um questionário cujo objectivo é a recolha das opiniões individuais dos membros do Partido sobre três questões centrais para a nossa actividade: local onde mais facilmente se poderá reunir, periodicidade das reuniões, e qual a situação no que respeita a entrega de cartões e recebimento da quotização.

Apesar de algumas dificuldades na concretização da decisão de elaborar um Boletim do Sector de Empresas do concelho, estão-se a fazer esforços para que, o mais tardar no início do ano, possa sair o primeiro número.

A Comissão Concelhia e os seus organismos executivos decidiram até final do ano trabalhar no sentido de concluir a constituição da Organização de Sector de Empresas de um ponto de vista orgânico e financeiro.

São objectivos de trabalho para o reforço da acção política do Partido: alargar de forma crescente a ligação aos membros do Partido há muito desligados; reactivar o funcionamento de células de empresas cujo número de membros do Partido é elevado; alargar significativamente a difusão da imprensa do Partido, designadamente do «Avante!» e de «O Militante» e a edição de documentos próprios das células; continuar a discussão e concretizar o recrutamento para o Partido, aproveitamento o potencial e as condições objectivas existentes.

Procurar e destacar quadros para este trabalho, envolvendo nesta tarefa todo o Partido no concelho. Numa situação mais difícil e de crescentes exigências para o nosso trabalho nesta área e no geral no concelho, é fundamental, no plano da direcção, uma correcta distribuição dos quadros de forma a melhorar a nossa intervenção em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores — base essencial na qual assenta as suas raízes e factor determinante para o reforço global do Partido e da sua influência na sociedade.

Foi marcada a realização da I Assembleia da Organização do Sector de Empresas do Concelho de Loures para o 1.º trimestre do próximo ano.

Conscientes dos atrasos, debilidades, insuficiências e das dificuldades que enfrentamos, mas também das potencialidades, estamos certos que o melhor contributo para a preparação e realização da Conferência Nacional do Partido e para a concretização ulterior das suas decisões é o sermos capazes de concretizar e aprofundar as medidas já encetadas e de levar à prática os objectivos definidos.

A ofensiva do grande capital e do Governo, a política de intensificação da exploração dos trabalhadores, a profunda ofensiva ideológica contra a classe operária e o nosso Partido, as importantes batalhas que temos pela frente — em particular as eleições legislativas de 1995 — impõem uma crescente intervenção e resistência dos trabalhadores, impõem que a luta de massas se intensifique e amplie. É, por isso, condição essencial, o reforço, renovação e intervenção dos comunistas no interior das empresas e locais de trabalho, da sua afirmação comunista, da sua ligação cada vez mais estreita aos trabalhadores.

É com este entendimento que estamos a preparar a Conferência, procurando levar o mais longe possível a discussão dos documentos preparatórios, a recolha de contributos e opiniões e a discussão em torno dos objectivos traçados e da concretização das decisões já tomadas.



## As convergências manipuladas

O Ministério das Finanças, versão Catroga, foi recentemente confrontado (vide «Expresso» de 24.9) com análises segundo as quais 1993 foi, não só um ano de recessão, mas um início de um triénio em que a economia nacional não irá parar de divergir da Comunidade Europeia — o que contradiz o super badalado objectivo governamental de crescimento do PIB 1% acima da média comunitária, o qual por sua vez conduziria à «convergência real» entre a economia portuguesa e a da União Europeia.

Segundo essas análises, no período entre 1990 e 1995, verificou-se uma igualdade nas taxas médias de crescimento anual do PIB, em termos reais, em Portugal e na Comunidade Europeia. A partir daí se concluiu que o processo de convergência real entre a nossa economia e a da UE se tinha interrompido e que, de 1993 a 1995, se iria entrar numa rota de divergência.

Na sua tentativa de resposta, o Ministério das Finanças, respaldado por Braga de Macedo e vários economistas não identificados, veio «demonstrar» que não só as metas de crescimento do PIB foram cumpridas como se verificaria uma significativa convergência real em termos de PIB *per capita*. Useiro e vezeiro, recorre à manipulação e à alteração das bases estatísticas.

Num primeiro tempo propõe período de 1986 a 1995, para «abrançar um ciclo económico completo», e conclui que a economia portuguesa crescerá, em média, 0,88% acima do verificado no conjunto dos países da comunidade. Depois, acrescenta que não basta comparar as taxas de crescimento, o que contaria era o «poder de compra», ou seja, a comparação PIB *per capita* ajustado pela paridade dos poderes de compra.

Manipulando os números, cujo conhecimento se escamoteia à opinião pública, o governo confunde deliberadamente as fontes estatísticas (INE, Banco de Portugal, Eurostat), que utiliza de acordo com as conveniências e tenta introduzir aquela paridade num período em que se verificou uma valorização do escudo, distorcendo qualquer comparação. Esquece «só» que sempre expressou os seus objectivos em termos de taxa de crescimento do PIB sem nunca referir qualquer ajustamento e que, mesmo assim, não estaria atingindo o modesto objectivo de 1%.

Em todo o caso, não é este o plano em que mais interessa colocar a discussão. Efectivamente, não será com taxas de crescimento do PIB desta ordem que Portugal poderá superar o fosso que o separa dos restantes membros da comunidade; nem as taxas de crescimento do PIB, ou do PIB *per capita*, constituem indicadores capazes de traduzir um processo de convergência real entre economias, pois nada revelam quanto à distribuição dos rendimentos aos níveis de educação, de saúde, de segurança social, etc.

O cerne do problema é que nem o Governo, nem a Comunidade, nem tão-pouco o Partido Socialista estão verdadeiramente interessados numa discussão séria do problema da convergência real entre as economias. Nem admira: as políticas comunitárias resultantes do Tratado de Maastricht, estão obscuramente preocupadas com as questões da convergência nominal (taxas de inflação, taxas de câmbio, taxas de juro, défice orçamental, dívida pública) e estas não conduzem a uma aproximação dos níveis de vida e bem-estar dos povos europeus. São elas que estão na base da actual crise nas economias portuguesa e europeia.

Aqui temos um domínio em que a denúncia e a luta contra as manipulações governamentais, ou seja, a tarefa de esclarecer a opinião dos portugueses para impedir a degradação da economia nacional, é seriamente prejudicada pela política do PS. A sua direcção, apoiando as orientações de política económica saídas de Maastricht, apesar do seu cariz monetarista e ultraliberal ser tradicionalmente rejeitado pela social-democracia, não pode fazer uma crítica coerente à orientação de política económica prosseguida pelo Governo do PSD: limita-se a discutir a eficácia da sua execução!

A discussão do Orçamento de Estado que vai decorrer em breve na Assembleia da República vai dar-nos possibilidades de voltar a uma questão de flagrante actualidade e vital para o nosso país.

■ C.A.E.

# A Rússia a saque

## — uma moderna tragédia (1)

■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma semana em Moscovo no final de Outubro permitiu-me captar reflexos do iceberg da desgraça de um grande povo. É medonho o que está a acontecer na Rússia. Tudo neste suave Outono me pareceu pior do que em

Dezembro de 1993 quando ali acompanhei as eleições. O espectáculo quotidiano do saque brutal a que o país está submetido deu-me por vezes a sensação de me encontrar noutra planeta. Aquilo é inimaginável, assumindo contornos de tragédia.

Reencontrei uma sociedade misérrima, traumatizada e sem esperança, mais triste, mais empobrecida, devastada pela política selvagem de grupos mafiosos que a exploram e representam em Moscovo o poder real.

O autoritarismo do regime coincide paradoxalmente com o crescente apagamento do Estado que, incapaz de cumprir a sua função específica, emerge como entidade fluida e tutelada. Os escândalos políticos e financeiros pululam, atingindo já as Forças Armadas.

A corrupção alastra como mar de lava a escorrer do poder.

A democracia torna-se pura fachada, com a Duma transformada em areópago de personalidades cujos desabafos influenciam minimamente a vida do país. Não há luz no horizonte próximo. A Rússia é uma terra fabulosamente rica em recursos naturais. O saque vai por isso prosseguir. Caberá a uma nova geração a tarefa de tirar do fundo do poço o povo que há menos de oitenta anos levou à vitória a mais bela revolução humanista da história.

«O Governo é bom; rouba, mas deixa roubar!»

Essa é uma opinião generalizada entre os vendedores ambulantes de Moscovo. A imprensa divulgou-a após inquérito realizado junto da camada de pequenos comerciantes informais que hoje fazem parte da paisagem da capital da Rússia.

Os ambulantes não têm boa imagem. Os moscovitas identificam numa parcela importante dessa gente um segmento anti-social, uma mafia menor que os rouba, vendendo-lhes fancia por preços imprevisíveis, mas sempre excessivos.

Cito o comentário por ser expressivo do juízo que sobre o poder oficial faz um grupo de comerciantes que por ele se considera beneficiado.

Na manhã seguinte à minha chegada à capital russa, a primeira surpresa foi a contemplação das montras das barracas de madeira nas proximidades do hotel, situado no centro histórico, com frente para a grande praça do Teatro Bolchoi.

O dólar era, com poucas excepções, a moeda de referência para os produtos expostos, desde o whisky (falsificado na Polónia) às peças de vestuário e aos artigos electrónicos vindos dos quatro cantos do mundo. A lei obriga, contudo, a que todas as vendas sejam efectuadas em moeda nacional. Daí mecanismos de câmbio cuja tortuosidade entusiasma a mafia siciliana.

Nos grandes hotéis — apenas um exemplo —, o estrangeiro que pretenda pagar a sua conta com dólares (em notas) é convidado a dirigir-se à agência bancária instalada no próprio edifício e adquirir ali os rublos necessários. A taxa, no momento, estabelecia que por cada dólar o vendedor tinha direito a receber 2900 rublos. Entretanto, ao liquidar a seguir a conta na caixa do hotel, a relação entre as duas moedas mudava: o dólar valia 3200 rublos. E a conta, facturada em dólares, era, obviamente, paga em rublos... Nu duplo câmbio o hóspede perdia quase 10% em operações legais surrealistas.

Naquela manhã, o tempo estava belíssimo. Subi até à Praça Vermelha, muito próxima. Deserta como nunca a vira, parecia maior. No céu, azul pálido, não havia nuvens. Caminhei até ao mausoléu de Lênine. Duas mulheres idosas, de lenço na cabeça, falavam baixinho em frente dos mármore vermelhos e negros. Um guarda, o único, fitava, distraído, as cúpulas da catedral de São Basílio. O sol, forte para a época, aquecia as fachadas dos palácios do Kremlin.

O cenário que, para mim, tinha um toque de intimidade antiga, aparecia-me como realidade nova.

Entre no Gum, o antigo centro comercial da aristocracia, inaugurado pouco antes da Primeira Guerra Mundial como expoente de *art nouveau*. Havia, como de costume, muita gente. A novidade estava na atmosfera, no comportamento das pessoas, nos produtos exibidos. Nas Galerias Laffayette, longas bichas eram indício do

fascínio exercido por roupas que dificilmente encontrariam compradores em Paris. Nas lojas de cosméticos e perfumes estrangeiros também se movimentava muita gente, embora mais para ver do que para comprar. As casas de câmbio exibiam quadros à porta, com as cotações matinais do dólar. Junto dos guichets falava-se alto; alguns clientes contavam os maços de rublos que iriam trocar por poucos bilhetes verdes. Um grupo de jovens barulhentos tomava o pequeno-almoço (magro) ao balcão de um bar sem mesas nem bancos.

No regresso ao hotel, parei outra vez junto ao mausoléu de Lênine (aberto à visita somente nas manhãs de sábado). As velhas tinham desaparecido. Reconheci os bustos de

em que denunciava a corrupção no comando do Grupo de Exércitos do Ocidente (ex-RDA).

A Redacção do seu jornal, o diário «Moskovsky Komsomolets» (5 milhões de exemplares) foi logo a seguir invadida pela Polícia que levou todas as gravações e documentos de Kholodov, material em grande parte inédito, relacionado com uma investigação que prometia novas e explosivas revelações. O general Grachev defendeu-se mal,

alegando que os Mercedes de luxo (três) haviam sido oferecidos ao seu Ministério e não a ele pelo comando do referido Exército.

Ocorre que os oficiais e soldados vindos da Alemanha e as respectivas famílias vivem, com poucas excepções, na miséria, em alojamentos de emergência.

Em Moscovo torna-se aliás difícil dimensionar a corrupção. Uma nova classe de multimilionários infesta a cidade.

Diariamente surge um formigueiro de novas empresas, mas outras tantas, falidas, fecham as portas. A capital da Rússia passou a ser o primeiro mercado mundial para os modelos de luxo da Mercedes e da Volvo. As importações de carros ocidentais aumentaram aliás vertiginosamente. Os efeitos no trânsito foram imediatos; nos acessos ao centro os engarrafamentos duram, por vezes, horas.

Como enriqueceram, de repente, os actuais empresários? Como fizeram fortuna os proprietários de apartamentos sumptuosos, de limousines faraónicas, de datchas idílicas?

As respostas são escassas e nebulosas.

A fauna humana que circula nos salões, nos bares e boîtes dos grandes hotéis e nos restaurantes da moda faz pensar na Califórnia do começo do século descrita nos romances de Howard Fast. É uma gente tosca e rude, mas arrogante. Ainda não adquiriu o verniz mínimo, a moderna sofisticação do *jet set* que confere a respeitabilidade burguesa.

No governo Ieltsin entram e saem como fenómeno rotineiro muitos desses cavaleiros. Alguns entram pobres e saem ricos. Um poderoso banqueiro, Piotr Aven, adquiriu fortuna (o banco Alpha) quando deixou o cargo de ministro do Comércio Externo. Situações não clarificadas ficaram a assinalar a rápida metamorfose. Mas os indícios de corrupção não destroem hoje na Rússia as carreiras.

O primeiro-ministro, Viktor Chernomyrdin, é repetidamente acusado de meditar mais nos negócios do gás (de cuja companhia foi director e onde continua a mandar) do que nos assuntos do Estado. Pouca gente parece confiar também na integridade dos ministros das áreas económicas.

O valor do dólar em relação ao rublo triplicou desde as eleições. Na chamada terça-feira negra (11 de Outubro p.p.) o bilhete verde pulou, de súbito, sem explicação, de 3000 para 3900 rublos; chegou a ser vendido por 4400 rublos. O director do Banco Central e o ministro das Finanças foram demitidos. Era preciso encontrar bodes expiatórios.

Em poucas horas, os preços subiram na capital uns 50%. Houve pessoas, bem informadas, que ganharam biliões nesse dia. O Presidente da República apareceu na Televisão a falar da conspiração contra o regime. Mas a sua palavra pesa hoje pouquíssimo. Ieltsin está muito diminuído (numa conferência de imprensa repetiu várias vezes coisas que um assessor, sentado atrás, lhe sussurrava ao ouvido).

O caso da terça-feira negra permanece ainda envolvido em espessa bruma política.

«Como pode haver transparência na vida financeira de um país onde 80% do capital financeiro é de origem criminosa?» — ouvi de um ex-gestor bancário que se esforçou em iluminar um pouco, em conversa comigo, a escuridão provocada pelo afundamento do rublo em 11 de Outubro e a sua imediata recuperação.

A estrutura do poder central, apresentada como flexível pelos últimos defensores do governo Ieltsin, assume aspectos simultaneamente caricaturais e dramáticos. Mais de 700 grupos aspiram ao estatuto de partido político, mas nem um só tem um mínimo de representatividade popular. Do povo estão também distanciadas, como seus inimigos directos, as três dezenas de grupos económicos que controlam o Governo. Eles são o Poder real.

Como se formaram esses grupos?

«Parte ponderável dos capitais», disse-me um embaixador com conhecimento profundo da vida russa, «tem como origem os bens do PCUS que desapareceram misteriosamente em circunstâncias que o



personagens da Revolução de Outubro, li os nomes de outros revolucionários, gravados a letras de ouro em lápides incrustadas na muralha vermelha do Kremlin. Outro planeta.

### A dolarização da vida

Os escândalos ocupavam as primeiras páginas dos jornais. O mais ruidoso era na altura o que colocou o ministro da Defesa, Pavel Grachev, em posição incómoda. Um jovem jornalista, Dmitri Kholodov, foi assassinado (bomba em encomenda) na sequência de reportagens



Governo nunca tentou clarificar. Muitos dos grandes senhores da Mafia são antigos burocratas que levavam uma existência apagada nos escalões inferiores do Partido e aproveitaram oportunidades favoráveis para se apropriarem de parcelas de um património que era do povo. A transição é dirigida por essa gente e por uma nova classe empresarial que se formou rapidamente, vinda de muitos quadros, sobretudo do sector cooperativo. E no conjunto desempenha também um papel significativo, como produtor de uma ideologia ultraliberal, quase nihilista (que na prática faz a apologia do caos como fonte e etapa do renascimento), um núcleo de intelectuais que desde o início da perestroika assumiu posição crítica perante o Socialismo.

«Muitos dos elementos que hoje controlam as alavancas do poder económico e fazem publicamente o elogio do capitalismo evitam falar do passado. Tal atitude é lógica. Incapazes de fundamentar a sua ruptura interior, temem ficar expostos à crítica do povo.»

Dias depois, um dirigente do Partido Comunista da Federação Russa contou-me que, falando com Ieltsine na véspera de este se ter demitido do PCUS, lhe perguntou se iria permanecer no Partido.

«Ieltsin», recordou, «mostrou-se emocionado e disse-me: "Ainda não sei, mas essa será a mais dilacerante decisão da minha vida". Na semana seguinte despejava insultos sobre os comunistas e o Partido»...

industrial, sem perspectivas de retomada do crescimento em 1995. As privatizações proporcionaram negócios fabulosos e deram origem a uma geração de multimilionários. Com frequência a exportação (ilegal) de uma só máquina de uma fábrica adquirida em leilão rendeu mais do que o valor total da compra. As privatizações contribuíram, assim, naturalmente, para acelerar a desorganização e a destruição da estrutura industrial do país.

Jornais e revistas (como o «Moscow Business Guide») esforçam-se por ensinar a arte de enriquecer rapidamente e sem muito trabalho no país das maravilhas. «The Wall Street Journal» edita volumosos suplementos especiais sobre a Rússia, apresentando também um panorama cativante dos investimentos e negócios ali possíveis.

Os dois diários em inglês editados na capital russa — o «Moscow Times» e o «Moscow Tribune» — vão mais longe e pretendem explicar aos visitantes estrangeiros aspectos não visíveis da vida russa. Em tom senhorial, claro, olhando de cima o país e os indígenas que o povoam. Ambos são gratuitos.

Falar inglês com sotaque americano é prova de requinte cultural nos meios políticos e financeiros moscovitas. O deslumbramento perante um estilo de vida que nos próprios EUA entusiasma cada vez menos gente continua em Moscovo a marcar a atitude de amplos sectores da classe média alta e da maioria dos jovens.

A dolarização intensa da vida quotidiana manifesta-se em todas as

frentes. Tudo, desde a casa ao automóvel, se compra e vende em dólares. Aproximadamente 60% dos artigos de grande consumo na Região de Moscovo são de origem estrangeira. Os absurdos trivializaram-se na vida quotidiana. No meu hotel, a água de mesa e a manteiga (e os vinhos naturalmente) eram franceses, o sabonete inglês, a cerveja holandesa e americana. Consumir produtos russos é de mau gosto. Pedi um shampoo nacional numa loja. A moça que me atendeu franziu o narizinho com desdém e informou: «Russo não temos, somente estrangeiro». E, sorrindo, exibiu um shampoo português produzido em Sacavém por uma transnacional americana...

Na agricultura as coisas vão também mal. As quintas privadas, tema de ruidosa campanha publicitária, fracassaram. A privatização da terra em larga escala emperrou.

Este ano, a colheita de cereais foi razoável, mas a engrenagem interveio em defesa dos seus interesses. Milhões de toneladas de trigo e centeio foram mais uma vez enterradas pelos camponeses porque o Estado não somente se recusou a comprar-lhes a produção como não assegurou os transportes suficientes na fase posterior às ceifas. Resultado: a Rússia, contrariamente ao que foi anunciado, terá mais uma vez de importar consideráveis quantidades de trigo. A Mafia esfrega as mãos, satisfeita, fazendo cálculos sobre as luvas que gente sua ganhará no circuito dos contratos com firmas exportadoras da América e da Europa.

## Até quando?

O discurso sobre as reformas económicas está desmoralizado; não encontra já receptividade mínima. Há dez meses, o governo não conseguiu, com o seu projecto ultraliberal, convencer o povo. Entretanto, a situação geral agravou-se perigosamente. As manobras tendentes a um adiamento das próximas eleições reflectem o medo de uma derrota esmagadora.

Ieltsin é agora tratado com dureza pela sua própria gente, e as suas bebedeiras, qualificadas de vergonha nacional, são tema de editoriais assinados por jornalistas (caso de Egor Iakovlev) que o têm apoiado. Um a um, os seus antigos companheiros distanciam-se dele. Gaidar critica-o publicamente e o ex-ministro das Finanças, Boris Fyodorov, chamou-lhe palhaço num artigo.

Se Washington lhe retirasse a confiança (relativa), o isolamento de Ieltsin seria praticamente total. Os grupos mafiosos também o abandonariam e as forças militares pretorianas não poderiam nem quereriam sustentá-lo.

Para onde caminha, então, a Rússia?

Na próxima edição tentarei, não responder à pergunta, mas abordar alguns aspectos de labiríntica conjuntura política russa que facilitam um melhor entendimento da crise.

Seria ingénuo admitir que o país avança para uma saída democrática. Tudo indica que o saque vai prosseguir numa atmosfera caótica.

A maioria dos russos já se apercebeu de que as tão faladas e mágicas reformas económicas não passam de um slogan encobridor da destruição selvática das estruturas produtivas do país e de uma porta escancarada ao saque dos recursos nacionais. Mas, da tomada

de consciência de um desastre ao combate

consequente e organizado contra as forças que assaltaram e ocuparam o Poder, vai uma grande distância. A desordem é tamanha que as decisões do próprio Poder Judicial não são cumpridas. O caso da «Pravda» (cuja tiragem não ultrapassa hoje os 150 000 exemplares) ilumina bem a atmosfera de anarquia existente. Um tribunal de Moscovo emitiu uma sentença determinando a devolução do jornal ao colectivo de jornalistas chefiado por Viktor Linnik. Logo o representante de Yannis Yannikos, o milionário grego que tem financiado o tradicional diário, informou que não respeitará a decisão da Justiça e continuará a editar a Pravda sob a direcção do jornalista Alexander Ilyin, mantendo a actual orientação.

Episódios como este são hoje de rotina na Rússia.

Até quando? Impossível dar à pergunta uma resposta responsável.

Um destacado político da República Federal da Alemanha, durante recente visita a Moscovo, deu uma resposta interessante quando lhe pediram a opinião sobre as possibilidades de êxito da restauração do capitalismo na Rússia.

A passagem do capitalismo para o socialismo não apresenta obstáculos inultrapassáveis — comentou. — É como partir um ovo e cozinhá-lo na frigideira. Mas a operação inversa é muito mais complicada. Voltar do socialismo para o capitalismo envolve dificuldades comparáveis à transformação do ovo estrelado em ovo cru, tal como sai da galinha...

(Conclui na próxima edição)

## Salário mínimo: 2 contos

O salário mínimo foi há poucas semanas aumentada para 32 500 rublos, ou seja quase 11 dólares ao câmbio oficial, menos de dois contos portugueses. Quanto ao salário médio, não ultrapassa, na Região de Moscovo, 120 000 rublos.

Obviamente, não é possível sobreviver com tal remuneração do trabalho. O duplo e o triplo empregos e o recurso à economia subterrânea são a resposta de dezenas de milhões de trabalhadores às situações de miséria para que foram empurrados pela política de restauração selvagem do capitalismo.

O governo garante que não existe desemprego no país. Mas tão disparatada afirmação não merece credibilidade. Os salários em atraso, segundo a imprensa, ascendem à quantia colossal de 13 triliões de rublos.

No caos russo, a produção insere-se num gigantesco organismo económico desconjuntado. Muitas fábricas fecharam as portas porque deixaram de receber componentes e materiais indispensáveis das unidades de produção e sucursais que funcionavam em repúblicas que passaram a ser Estados soberanos. Milhares de indústrias actuam aos solavancos, laborando semana sim semana não, ou mês sim ou mês não. O salário de quem trabalha tornou-se, assim, em muitos casos, uma lotaria.

A previsão para o ano corrente é de um quebra de 26% na produção

## A resposta de Churkin

Em Moscovo, participei num encontro da Comissão Política da União da Europa Ocidental-UEO com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Vitaly Churkin, durante o qual foram debatidos aspectos da política externa da Rússia e do seu relacionamento com a Europa comunitária e a NATO.

Churkin é um diplomata talentoso que começou a sua carreira como assessor de Dobrynin, então embaixador da União Soviética em Washington. Foi posteriormente um colaborador íntimo de Chevardnaze no período da Perestroika. Acaba de ser nomeado embaixador em Bruxelas.

Publico abaixo uma síntese das palavras que lhe dirigi no encontro citado:

«Para não cair em repetições de temas já tratados pelos meus colegas, vou abordar uma questão incómoda. Dizer coisas que a cortesia manda habitualmente calar, mas que estão no espírito de alguns de nós.

«Faço-o precisamente porque amo muito o seu povo cuja história conheço relativamente bem. A Rússia vive uma fase dramática. Foi abalada por um terremoto político, social, económico e cultural. Não o comento, mas os seus efeitos vão fazer-se sentir por muito tempo.

«Penso, sr. ministro, que o país não sustenta com firmeza a sua própria política externa. Pessoalmente, estou de acordo no fundamental com a defesa que é feita de um papel mais interveni-

ente para a CSCE. Mas estou convicto também de que essa estratégia é enfraquecida, ou mesmo neutralizada, pelo facto de a Rússia não sustentar com um mínimo de firmeza as políticas que defende em teoria para áreas como o Iraque, os Balcãs, o Haiti, o Mediterrâneo em geral. A Rússia desistiu de estar presente como grande potência mundial na América Latina e na África. Retirou-se. Cede sempre às pressões dos EUA quando as suas posições colidem com as de Washington.

«Por isso mesmo, sr. ministro, discutir aqui com minúcia questões institucionais relacionadas com a Segurança da Europa, nomeadamente as relações entre a Rússia e a UEO é atitude de pouco significado, de escassa utilidade, porque as vacilações do seu país na defesa da sua própria política externa tiram credibilidade ao governo russo. O Estado russo, para bem ou para mal, desempenhou sempre um papel fundamental na política europeia e mundial a partir do século XVII. Desde Pedro I que reflectiu no diálogo com outros povos aquilo que André Malraux chamou de «obsessão», uma vontade forte de intervir na história, sem a qual nada de permanente e criativo se faz. Presentemente, essa «obsessão» não existe. O que se vê — perdoe-me a crueza da expressão — é uma situação de caos, uma desorganização generalizada.

«Temos um exemplo do momento doloroso que o seu país vive no facto de

um escritor, Alexander Solzenytsin, comparecer esta semana perante a Duma, a seu convite, para pronunciar ali aquilo a que chamarei o discurso sobre o estado da nação. Creio tratar-se de um acontecimento inédito na história dos Parlamentos.

«Ontem, no final de um encontro no Instituto de Relações Internacionais, um senador belga, o sr. Pierre Wintgens, estranhando o silêncio dos estudantes presentes que não participavam no diálogo, pediu que um deles, pelo menos, se pronunciasse, não sobre as questões debatidas, mas sobre o futuro que deseja para a Rússia. Ninguém pediu a palavra, o que me pareceu traduzir o distanciamento da juventude de questões fundamentais que lhe condicionarão o futuro da Rússia e da actual geração.

«Sr. ministro, a minha pergunta é a seguinte: Não acreditando que as eleições de 96 para a Presidência e para a Duma venha a ser decisiva para a superação da actual crise, pergunto que factor ou factores poderão contribuir para que a Rússia reencontre o seu lugar no mundo?»

Era a última pergunta. O vice-ministro Churkin consultou o relógio, informou polidamente que não dispunha de tempo e iria responder em poucas palavras. Disse apenas que o Século XX fora para a Rússia um século trágico e acrescentou estar certo de que «o Século XXI será o século da Rússia».

# PONTOS CARDEAIS

## O telegrama

Por ocasião do 9º aniversário da maioria absoluta do PSD, o secretário-geral deste partido, Nunes Liberato, juntou-se com os 21 presidentes das comissões políticas distritais para, muito juntos, enviarem um telegrama de parabéns a Cavaco Silva, ausente em Cabo Verde numa visita oficial.

Após a afirmação da disponibilidade dos signatários para "os combates políticos que se avizinhm, nomeadamente a luta por uma nova maioria", a mensagem incensava o Chefe nos

seguintes termos: "Como presidente do partido, conduziu o PSD a duas maiorias, o que só foi possível graças à sua liderança e à forma como dirigiu o Governo em Portugal e como soube merecer a confiança dos Portugueses". Quem não merece a confiança, já nem sequer dos Portugueses, mas de si próprios, são os signatários de tal missiva. De facto é impressionante ouvir o secretário-geral dum partido e todos os presidentes das suas comissões políticas distritais afirmarem para o seu presidente, em uníssono, que as vitórias conseguidas só foram possíveis

"graças à sua liderança". E então eles próprios, a direcção do PSD, as suas estruturas, os seus militantes e apoiantes, toda a acção do partido - ninguém fez nada? Apenas o Chefe é que merece parabéns? A União Nacional de Salazar não dizia melhor, quando cumprimentava o ditador.

## "Fascista"?

Rita Blanco, a parceira dos indescritíveis diálogos com

Henrique Mendes no programa "Caça ao Tesouro", na SIC, confessava há dias ao "Diabo": "O que me custa mais é aderir. Não vou muito em grupos. Tenho esse defeito. Sou um bocado fascista nessas situações". Então, então... Lá por andar nos grupos em que anda, não adira a si própria nomes tão feios. Uma simples consulta ao dicionário ajudá-la-á a perceber que, afinal, não se acha "um bocado fascista". Vá lá, um bocado ignorante. O que, como talvez não tenha dado

conta, nem sequer é defeito em quem trabalha, hoje, na televisão portuguesa.

## Preocupações "socialistas"

"Não vejo onde, nem como, nem quando o MPLA tenha preocupações socialistas. A UNITA sim, basta ir lá para ver", garantiu Maria Antónia Palla. Também não se vê onde, nem como, nem quando Maria Antónia Palla tem preocupações socialistas. Basta vê-la ao lado da UNITA.

## FRASES da SEMANA

"Um partido liberal, resultante da fusão da ala direita do PSD com o CDS, e longe de Cavaco - eis, em suma, a proposta de Santana Lopes. Convenhamos que é uma proposta corajosa para quem está ainda no PSD e no Governo - embora diga que em 1995 vai fazer uma pausa na política."

(José António Saraiva, "Política à Portuguesa" - «Expresso», 05.11.94)

"Estou de acordo com Pacheco Pereira. Centrar tudo nas presidenciais é uma distração imperdoável, sobretudo quando há zonas de crispção e de descontentamento que podem contrariar os sonhos dos estado-maior laranja."

(Pedro Cid - «Jornal de Notícias», 04.11.94)

"As tropas querem saber quem é o general que as comanda!"

(Luís Filipe Menezes, presidente da distrital do PSD, Porto, citado em «TSF», 09.11.94)

"Vejo esta desesperança em gente do PSD, desde militantes, com quem discuto no anonimato das secções, a deputados e, até, um ou outro membro do Governo."

(António Pinto Leite - «Expresso - Revista», 05.11.94)

"O PSD treme de medo a pensar na orfandade."

(Áurea Sampaio - «Público», 09.11.94)

"A leitura dos jornais de fim-de-semana mergulha o cidadão normal em profunda depressão. O país inteiro parece mover-se por regras simples: trabalhar menos, ganhar mais, não pagar impostos, aproveitar os dinheiros públicos em proveito próprio. Das duas uma: ou este é o retrato do país que somos ou é o estado da imprensa que temos."

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 04.11.94)

"Falar de autoritarismo na estrutura eclesial ainda é muito suave, quando temos uma Igreja onde o Papa se considera o representante de Deus na Terra, com o poder de decidir por Deus."

(Eugen Drewermann, teólogo - «Público», 06.11.94)

"Não faria sentido pedir outras eleições."

(Afonso Dhlakama - «Expresso», 05.11.94)

"Não me peçam para fazer tudo de uma vez."

(Carlos Avilez, Director Artístico do Teatro Nacional D. Maria II - «Público», 05.11.94)

## PONTOS NATURAIS

### Viagem por dentro da gaveta

1. A Radiotelevisão Portuguesa encontra-se juridicamente organizada na forma de uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

Criada por iniciativa do governo, o seu capital inicial de 60 mil contos repartiu-se pelo Estado, por emissoras da radiodifusão e pelo público.

Este capital foi posteriormente aumentado para 100 mil contos, sendo a respectiva diferença totalmente subscrita pelo Estado.

O Estado Português possui assim hoje, pelo menos, 60 por cento das acções, ou seja, a maioria absoluta. O Estado é o grande latifundiário da televisão.

2. A influência do «establishment» na actividade da televisão é um fenómeno generalizado por todo o mundo, em maior ou menor grau, consoante as contradições de classe existentes na sociedade em que se insere a televisão.

Inteiramente subordinada ao poder económico, como nos Estados Unidos; temperada por uma forte tradição de liberalismo, como na Inglaterra; de certo modo equilibrada pelas forças políticas em presença, na Itália; já tendenciosamente governativa em França, com alguma salvaguarda das aparências; completamente governativa em Espanha e em Portugal, sem nenhuma preocupação de ver as aparências salvaguardadas.

3. Quer dizer: em Portugal, a televisão não só limita a pertencer ao Estado — pertence ao poder assumido na forma de governo. Salazarista ontem, marcelista hoje; ontem ao serviço da União Nacional, hoje ao serviço da Acção Nacional Popular. Os nomes mudam, mas a televisão continua igual a si mesma no afã de servir os seus senhores. Em Portugal, a televisão assume uma dupla servidão: à ideologia dominante e às pessoas dominantes.

4. Daqui resulta uma poluição política e promocional que ultrapassa há muito os limites mais arrojados: todos os dias os serviços de noticiário estão sujeitos a uma intensa propaganda e defesa do regime, que se manifesta:

- a) pela presença constante, com os mais variados pretextos, dos membros do governo;
- b) pela apresentação dos cronistas e comentadores totalmente afectos ao regime;
- c) pela manipulação tendenciosa dos materiais de informação.

Além disto, tudo ou todos que manifestarem oposição ao poder constituído podem contar com a hostilidade (manifestada sob as mais variadas formas, incluindo a do silêncio) da televisão portuguesa. Seria grande a lista dos intelectuais vivos não gratos na televisão portuguesa, com todos os prejuízos que o facto representa para a cultura do povo português, que vê cavar-se um fosso entre ele e os seus valores mais representativos.

Entre os mortos, muitos nomes sofreram o silêncio da televisão portuguesa. Recordemos, numa primeira abordagem, incompletíssima, os nomes de Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Pulido Valente, Manuel Mendes, Alves Redol, etc., etc., etc.

Daqui se conclui que o critério de avaliação de valores, na televisão portuguesa, se funda numa opção política que se confunde com a ideologia do regime no poder.

5. Sucede ainda que, enquanto num país de poder tão fortemente centralizado como a Espanha, a manutenção da televisão fica garantida fundamentalmente através da publicidade e de dotações governamentais — entre nós é o povo quem paga a manutenção da televisão em cerca de 54 por cento, sendo o restante coberto pela publicidade. Ou seja: o regime português tem ao seu dispor o mais poderoso meio de comunicação de massas sem que, para a promoção dos seus elementos ou dos seus órgãos de formação política, hajam estes de esportular um centavo!

6. O recurso intensivo a uma programação estrangeira de baixa qualidade, praticado pela RTP, corre o perigo de provocar danos irreparáveis de desnacionalização e de degradação das emoções e da inteligência.

Por outro lado, a utilização da publicidade em doses maciças como as que, diariamente, se processam, representa malefício a vários níveis, que vão desde a lavagem ao cérebro até ao incentivo da inflação ou à subordinação do poder económico estrangeiro.

7. A televisão é uma força demasiado grande para que possa estar ao serviço de interesses particulares ou políticos imediatos. A televisão só pode estar ao serviço do povo português.

Pelo que:

a) a televisão deve ser mantida através de taxas, de dotações do Estado, de impostos sobre as indústrias electrónicas;

b) a televisão não deve estar sujeita a nenhuma forma governamental, como o melhor meio de evitar a sua própria deterioração (muito embora os governos possam dispor de determinado tempo de antena);

c) para vigiar a isenção e a imparcialidade das informações será nomeada uma comissão composta por indivíduos de várias tendências. A livre constituição de teleclubes facilitará a crítica e a atenção aos programas;

d) uma comissão de composição idêntica será constituída para a planificação e execução dos programas;

e) a actividade da televisão há-de exercer-se nos sectores da educação e da arte, com o máximo de atenção prestada à discussão dos grandes problemas, dos valores e dos artistas portugueses, e com o mínimo de recurso à produção estrangeira.

(Comunicação apresentada, em 1972, numa sessão pública)

Mário Castro



## As organizações do Partido na preparação

### COIMBRA

Sábado, 12, a partir das 10h, no CT  
Reunião distrital de quadros das células de empresa, sectores profissionais e sindical  
«A organização e a intervenção do Partido nos locais de trabalho e sectores profissionais»  
com a participação do camarada  
**ÁLVARO CUNHAL**

### AVEIRO

Reunião de Militantes do Sul do Distrito  
Sábado, 12 de Novembro/94 - 15.30 h  
Centro de Trabalho de Aveiro do PCP  
com a participação do camarada  
**ÁLVARO CUNHAL**

### MADEIRA

Encontro Regional  
Dia 12 de Novembro - 15.00 horas  
**HOTEL MADEIRA**

### AGUALVA-CACÉM

Reunião com camaradas reformados e domésticas da freguesia, no Centro de Trabalho do Cacém, terça-feira, dia 15, às 16.00. Participa o camarada Romeu do Rosário.

### ALCÁÇER DO SAL

Reunião de militantes trabalhadores do Comércio, EDP, CTT: no CT de Alcáçer, sexta, dia 11.

Reunião com trabalhadores agrícolas (activos e no desemprego): sábado, 12, no CT.

### ALCOCHETE

Plenário de militantes da freguesia: hoje, quinta-feira, no CT de Alcochete.

### ALMADA

Plenário da célula do Arsenal: hoje, quinta-feira, às 18.00.

Plenário da célula da Lisnave: hoje, quinta-feira, às 18.00, no CT concelhho.

Plenário de militantes da freguesia de Almada: sábado, dia 12, às 15.00, no CT de Almada

Plenário de militantes da freguesia do Feijó: sábado, dia 12, às 15.30, no CT do Feijó.

Plenário de militantes da freguesia da Charneca: domingo, dia 13, às 15.00, no CT da Charneca.

Reunião da Com. Concelhia de Almada: segunda-feira, dia 14, às 21.30, no CT concelhho.

Plenário da célula dos trabalhadores das autarquias: terça, dia 15, às 18.00, no CT concelhho.

Plenário de militantes da freguesia de Caci-lhas: terça, 15, às 21.00, no CT de Almada.

Plenário de militantes da freguesia da Costa da Caparica: quarta, 16, às 21.30, no CT da Costa.

### ALVERCA

Plenário da célula das OGMA: no CT de Alverca, sexta, dia 11, às 18.00.

### BARREIRO

Plenário de militantes da freguesia de Verde-rena: sexta, dia 11, às 21.30, no CT concelhho.

Plenário de militantes da freguesia de Sto. André: sexta, dia 11, no CT Sto. André.

Plenário de militantes em situação de trabalho precário: sexta, dia 11, no CT concelhho.

Plenário com trabalhadores do Comércio: sábado, dia 12, no CT concelhho.

Plenário com trabalhadores dos CTT, TLP, EDP: sábado, dia 12, no CT do Barreiro.

### BRAGA

Plenário distrital dos trabalhadores comunistas da Administração Central: sexta-feira, dia 11, às 21.30, no Centro de Trabalho de Braga.

### BRAGANÇA

Plenário de militantes dos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, com a participação do cam. José Brinquete: sábado, dia 12, às 15.00, no CT de Bragança. No final, convívio com magusto.

### CASCAIS

Plenário da Organização de Freguesia, com a participação do camarada Júlio Filipe: sábado, dia 12, às 15.00, no CT. Convívio de S. Martinho no final.

Reunião com camaradas residentes em Talaiade: no CT de Porto Salvo, sábado, dia 12, às 16.00.

### ENTRONCAMENTO

Reunião de militantes, com a participação do

camarada António Orcinha: terça, dia 15, às 18.00, no CT.

### ESPINHO

Reunião concelhha de Quadros de empresas e sectores profissionais: sexta, dia 11, às 21.30, no Centro de Trabalho.

### FAMALICÃO

Reunião de Quadros da Organização Concelhia do PCP, também para eleição dos delegados de Vila Nova de Famalicão à Conferência Nacional: sábado, dia 12, às 15.00, no Centro de Trabalho.

### FARO

Reunião Regional de Quadros do PCP com a participação dos camaradas Carlos Luís Figueira e Agostinho Lopes Instituto da Juventude  
Sábado, 12, às 15.00

### GRÂNDOLA

Reunião das células dos Trab. CM de Grândola, J.A.Silva, Unicervi, Rodoviária: sexta, dia 11.

### LISBOA

Plenário de militantes do Sector dos Bancários sobre a Conferência Nacional e a próxima Assembleia de Organização do Sector: sexta, 11, às 17.30, no CT Vitória.

Reunião nacional do Sector Ferroviário do PCP: sábado, dia 12, a partir das 10.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Sábado, 12, a partir das 11h, na JF de Alcântara VI Assembleia da Organização do Sector da Função Pública de Lisboa

Participa o camarada Domingos Abrantes

Reunião de Quadros Técnicos e Intelectuais do Sector Serviços de Lisboa: segunda, dia 14, às 21.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário do Sector Centro Norte de Empresas, também para eleição de delegados à Conferência: terça, dia 15, às 19.00.

Olivais - Reunião de camaradas e amigos ligados ao trabalho em Colectividades na freguesia: terça, dia 15, às 21.00, no CT dos Olivais.

### LOURES

Plenário da célula da Covina: sexta, dia 11, às 21.00, no CT de Sta. Iria de Azóia.

Plenário da célula da Alcântara Açúcares: sábado, dia 12, às 16.00, no CT de Sta. Iria de Azóia.

Plenário da célula da Fima: segunda, dia 14, às 18.00, no CT de Sacavém.

### MIRANDELA

Plenário de militantes dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo, Vila Flor: domingo, 13, às 15.00, no CT de Mirandela, com a participação do cam. José Brinquete.

### OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Reunião concelhha de Quadros de empresas e sectores profissionais: sexta, dia 11, às 21.30, no Centro de Trabalho.

### OVAR

Reunião concelhha de Quadros de empresas e sectores profissionais: sábado, dia 12, às 15.00, no Centro de Trabalho.

## Conferência Nacional

Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores

26 de Novembro de 1994  
Lisboa - Voz do Operário



### PAIO PIRES

Plenário da célula da INDELMA/Siemens: quarta-feira, dia 16, às 17.30, no CT de Paio Pires.

Plenário da célula da Siderurgia Nacional, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: quinta-feira, dia 17, às 17.30, no CT de Paio Pires.

### PINHAL NOVO

Reunião de camaradas organizados em células de empresa, também para eleição de delegados à Conf. Nacional: sexta, dia 11, às 21.30, no CT.

### SANTIAGO DO CACÉM

Plenário de militantes da freguesia de Alvalade do Sado - no CT local, terça, dia 15.

### STA. MARIA DA FEIRA

Reunião concelhha de Quadros de empresas e sectores profissionais: sexta, dia 11, às 21.30, no Centro de Trabalho

### SEIXAL

Plenário concelhho de dirigentes e delegados sindicais e membros de CT's: sexta, dia 11, às 14.30, no Centro de Trabalho.

### Debate

com a participação de Domingos Abrantes:

**A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL. A LUTA E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Seixal, Refeitório das Oficinas do Fogueteiro (CM) - Terça-feira, 15, às 18h

### SESIMBRA

VII Assembleia da Organização Concelhia Domingo, 13, a partir das 9.30, Ext. Sta. Joana

### SINTRA

Reunião dos camaradas que trabalham na Câmara e Serviços Municipalizados de Sintra, com a participação de António Cordeiro e dos vereadores da CDU em Sintra Lino Paulo, Jaime da Mata, Felício Loureiro, Batista Alves: sábado, dia 12, às 15.00, no CT do Cacém.

Reunião de camaradas comerciantes, industriais e trabalhadores por conta própria, residentes ou estabelecidos no concelho de Sintra: terça-feira, dia 15, às 21.30, no CT de Agualva-Cacém, com a participação dos camaradas Sebastião Lopes e António Cordeiro.

Terrugem - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Jaime da Mira: sexta, 11, às 21.30.

### SOBRAL DE MONTE AGRADO

Plenário de militantes, com a participação dos camaradas Euclides Pereira e António Bogalho, presidente da Câmara Municipal: sexta, dia 11, às 21.30, no Centro de Trabalho.

### VILA FRANCA DE XIRA

Reunião dos jovens comunistas do concelho sobre as duas grandes iniciativas nacionais do PCP em curso - a Conferência Nacional e os Debates com o País: sábado, 12, às 16.00, no CT de Vila Franca, com a participação de José Casanova.



JCP comemora 15º Aniversário

IV ENCONTRO DISTRIITAL



PORTO 12 NOV. 94  
ESCOLA PREPARATÓRIA DO CERGO DO PORTO

VALE A PENA LUTAR!

Juventude Comunista Portuguesa JCP

### SANTARÉM

Encontro Distrital da JCP - Os problemas da Juventude

- Eleição da nova Direcção Distrital com a participação de Alexandre Araújo e António Orcinha

Convívio com magusto e animação musical

Sábado, 12, a partir das 15h, no CT de Abrantes

Sábado, 12, a partir das 15h, no CT de Abrantes

### VILA NOVA DE FAMALICÃO

Convívio-festa com vídeo gigante, música gravada,

canções por Filipe Miranda

Sábado, 12, a partir das 15h, na Esc. Sec. Camilo Castelo Branco

Sábado, 12, a partir das 15h, na Esc. Sec. Camilo Castelo Branco

### Outras iniciativas:

ALMADA - SFUAP / Café-concerto, sábado, 19h

BALEIZÃO - Casa do Povo / Baile, sábado, 22h

BARREIRO - CT do PCP / Magusto, sexta-feira

CASCAIS - CT do PCP / Jantar-convívio, sexta-feira, 21h

CASTELO BRANCO - CT do PCP / Concerto, sexta-feira, 22h

COIMBRA - Sede da JCP / Debate e convívio, sábado

COVILHÃ - CT do PCP / Música ao vivo, sábado, 22h

LISBOA - Sede JCP / Convívio, sexta-feira, 21h

MARINHA GRANDE - CT do PCP / Convívio, sábado, 22h

MOITA - Centro Reformados / Jantar+café-concerto. Futebol de manhã.

MONTIJO - Refeitório CM / Café-concerto, sexta-feira, 21h30

OLHÃO - CT do PCP / Convívio, sábado, 21h

QUINTA DO CONDE - Café-concerto, sábado, 13h

SEIXAL - SFUA / Festival de Música Moderna, sexta-feira, 21h

STA. IRIA - CT do PCP / Magusto, sábado, 15h30

VILA FRANCA DE XIRA - Galeria PCP / Café-concerto,

### GUIMARÃES

#### Debate

O orçamento do Parlamento Europeu e o apoio aos Têxteis portugueses

Sexta-feira, 21.30, Salão Nobre da Ass. Com. e Ind. de Guimarães com a participação de Joaquim Miranda

### SEIXAL

Sexta-feira, às 21h, no CT

«O significado e consequências históricas da Revolução de Outubro» - sessão-debate com Carlos Aboim Inglez

## Debate com o País

para uma nova política



Em Lisboa, na Assembleia da República (Casa Amarela), quarta-feira, 16, às 21h:

«Nova política para o ensino superior»

Convidados: Cunha Serra, Edgar Correia, João Chambel, José Mariano Gago, Maria Helena Mira Mateus, Rui Namorado Rosa, Sousa Lopes, Teresa Almeida

Em Lagos, na Sociedade os Artistas, sexta-feira, às 21h30: «Os problemas da toxicod dependência e o narcotráfico» com a participação dos médicos Amílcar Martins, Álvaro Pereira João Goulão e do deputado António Filipe

Na Figueira da Foz Hotel Atlântida, quinta-feira, dia 17, às 17h

«Política Educativa / Reforma: Que problemas? Que soluções?» com Edgar Correia, e Mário Nogueira

#### No Barreiro

Auditório da Biblioteca Municipal, quarta, 16, às 21h

«Desenvolvimento, emprego, direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores» com Octávio Teixeira

**PALAVRAS CRUZADAS**

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 — Planta originária da Ásia e da América, cultivada pela beleza de sua folhagem ornamental e de suas flores intensamente coloridas; ornato circular, de ouro e pedras preciosas, com que os soberanos cingem a cabeça. 2 — Uma (ant.); suf. de agente. 3 — Satélite da Terra; a primeira mulher; ofereci. 4 — Discursiva; unidade de massa, do sistema C.G.S., que equivale a um milésimo de um quilograma; remoinho de água (prov.). 5 — Sódio (s. q.); cabelo branco; argola; actínio (s. q.); atmosfera. 6 — Limpo com água; enguia. 7 — Aparelho de propulsão, de tracção ou de sustentação, formado de pás implantadas sobre um eixo central e apresentando uma superfície helicoidal; desonesto. 8 — Flor da roseira; estimam muito. 9 — O mais (ant.); letra grega; altar cristão; Americo (s. q.); apelido. 10 — Chefe etíope; encontro de duas vogais pertencentes a sílabas diferentes e pronunciadas em emissões sucessivas de voz; víscera dupla. 11 — A favor de; ombro (pref.); o mesmo que alume. 12 — Concede; artigo antigo. 13 — Concordaria; tema.

**VERTICAIS:** 1 — A guerra (poét.); denominação de cada um dos monstros que, na mitologia grega, são representados com rosto de mulher e corpo de abutre. 2 — Larga que se cria nas feridas dos animais; a família. 3 — Rio costeiro de França; decifrar; isolado. 4 — Temperatura elevada. 5 — Despida; advertência; composição poética. 6 — Caminhava; vazia; aparência. 7 — Época; camareiro. 8 — Aventura; ferro distendido. 9 — Patrão; amarro. 10 — Satélite de Júpiter; íntima; preposição. 11 — Lavra; fragrância; anel de cadeia. 12 — Branqueiam; 13 — Compaixão; o tio americano; Rutênio (s. q.). 14 — Pron. pess.; afirmativa. 15 — Combinara; pequena lâmina, muito delgada.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

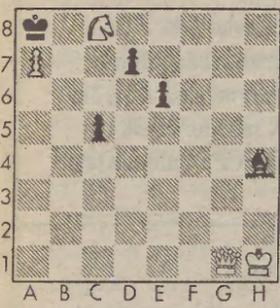
**HORIZONTAIS:** 1 — Colónia; comadre. 2 — Oras; ás; ar; sair. 3 — Eta; lar. 4 — Asir; caos. 5 — Citar; pai; evita. 6 — Oca; ura; ovo; são. 7 — Imo; ala. 8 — Eva; oro; III; mar. 9 — Pecar; ser; olaia. 10 — Eram; olas. 11 — Ano; mel. 12 — Rema; IV; oc; içar. 13 — Amorosa; romaria.

**VERTICAIS:** 1 — Colação; epeira. 2 — Or; sic; ver; em. 3 — Lã; ita; aca; mó. 4 — Os; rã; Am; ar. 5 — Rumor. 6 — Iate; ror; anis. 7 — Asa; pá; os; ova. 8 — Mã; eu. 9 — Cal; lo; ir; mor. 10 — Oral; vai; seco. 11 — Eólio. 12 — Ás; CV; lô; ia. 13 — Dã; ais; mal; Cr. 14 — Ri; ota; aia; ai. 15 — Erosão; rasura.

**XADREZ**

CDLXXXVI - 10 DE NOVEMBRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994X083  
Por: JÖRGEN MÖLLER  
Skakbladet, 1911

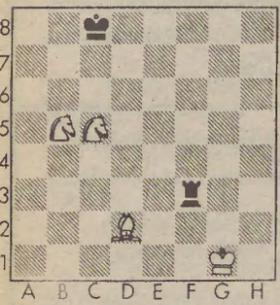
Pr: [5] Ps. c5, d7, e6 - Bh4 - Ra8  
Br: [4] Pa7-Cg8-Dg1-Rh1



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X084  
Por: HENRI RINCK  
National Zeitung, 1921

Pr: [2] Tf3-Rc8  
Br: [4] Cs. B5, c5 - Bd2 - Rg1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES  
DO Nº CDLXXXVI

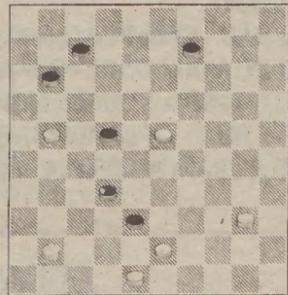
Nº 1994X083 [J.M.]: 1. Dg7!, {Ameaça: 2. Dd7}, Bc7; 2. Db2, Bd6; 3. Dg2#  
Nº 1994X084 [H. R.]: 1. Rg2, Tf6; 2. Ca7+, Rg7; 3. Ba5+, R-; 4. Cc4 (d7) e ganha.

A. de M. M.

**DAMAS**

CDLXXXVI - 10 DE NOVEMBRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994D083  
Por: H. ROOS  
NL, 1936  
Fonte: 1001 Miniatures, 1938

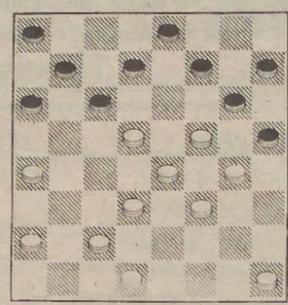
Pr: [6] 7-9-11-22-32-38  
Br: [6] 21-23-40-41-43-48



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D084  
GOLPE Nº 94  
Por: Disputado no Torneio do Café Martinho  
Lisboa, 1953

1. 11-14, 22-19; 2. 9-13, 24-20; 3. 13-18, 20-15; 4. 5-9, 28-24; 5. 12-16, 21-17; 6. 7-12, 26-21; 7. 9-13, 31-28; 8. 4-7, 29-26; 9. 6-11, 15-6; 10. 2-11, 19-15; 11. 12-19 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES  
DO Nº CDLXXXVI

Nº 1994D083 [H.R.]: 1. 23-19!, (38X49=D); 2. 41-37!, (49X42); 3. 48X6 +  
Nº 1994D084 [?]: 11....., 26-22; 12. 19-26, 23-19; 13. 14-23, 21-5; 14. 1-10, 30-21; 15. 23-30-D; 28-23; 16. 30-20, 24-6 +

A. de M. M.

**TEATRO**

**AUDITÓRIO NACIONAL  
CARLOS ALBERTO**

Porto, R. das Oliveiras, 14. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **TAMBORES NA NOITE**, de Bertolt Brecht, encenação de Júlio Castronuovo, pelos Seiva Trupe

**CASA DAS ARTES**

Porto, R. António Cardoso, 175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A FORÇA DO HÁBITO**, de Thomas Bernhard, encenação de Rui Madeira, pelo TEP (até 30 de Outubro)

**COMUNA**

Lisboa, Pç. de Espanha, Tel. 7271818. - 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: **A SENHORA KLEIN**, de Nicholas Wright, encenação de João Mota - **Café Teatro**: **BOCAS DE SINO** (6ª e sáb. às 24.00) e **NOITES DE FADO** (dom. às 22.30)

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O JOGO DAS PERGUNTAS OU A VIAGEM À TERRA SONORA**, de Peter Handke, encenação de Stepen Stroux, pelo Teatro da Cornucópia

**TEATRO CINEARTE**

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PRIMEIRA**

PÁGINA, de Ben Hecht e Ch. Mac Arthur, encenação de Helder Costa

**TEATRO DA MALAPOSTA**

Olival Basto, R. de Angola, Tel. 9388407. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O VALENTÃO DO MUNDO OCIDENTAL**, de J. M. Synge, encenação de Rui Mendes

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**

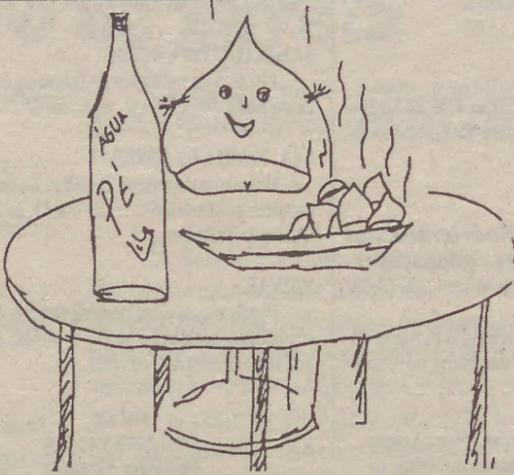
Estoril, Lag. do Cruzeiro, Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O DIÁRIO DE ANA FRANCK**, de F. Goodrich e A. Hacquet, encenação de Carlos Avilez, pelo TEC

**TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ**

Lisboa, R. António Maria Cardoso, Tel. 3471279. Sala Estúdio - 2ª e 3ª às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!**, de Mário Viegas

**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**

Lisboa, Rossio, Tel. 3422210. Teatro Estúdio: 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. **O QUE DIZ MOLERO**, de Diniz Machado, encenação de António Feio (Estreia prevista: hoje,



**Convívios de S. Martinho e magustos promovidos por células e organizações do PCP**

- ALCOCHETE - Magusto no Samouco, na Quinta do Coelho, sábado
- ALGÈS - Almoço da freg. de Cruz Quebrada-Dafundo, sábado às 13h
- AMORA - Magusto promovido pela Org. Freguesia na Atalaia, sábado às 13h. Animação musical com Jorge Costa e Sérgio Martins. Participação do camarada Jorge Pires
- BARREIRO - Magusto no CT concelhio, sábado, a partir das 16h
- CARCAVELOS - Magusto no CT de Sassoeiros, sábado às 16h
- CARNAXIDE - Magusto no CT do PCP, sábado às 15h30
- COINA - Baile CDU, sexta-feira à noite
- COSTA DA CAPARICA - Magusto no CT da Costa, sábado às 15h
- GOUVEIA - Magusto em Nespereira, Quinta do cam. Machado - domingo às 15h
- ÍLHAVO - Magusto no CT, sexta-feira a partir das 18h30
- LEIRIA - Magusto no Bar «Prócopo», sábado a partir das 16h
- LISBOA - Magusto do Sector Serviços, quinta-feira, 19h, CT Dq. Loulé
  - Magusto dos construtores da Festa / DORL, sexta, 19h, CT Vitória
  - Convívio promovido pela Zona Norte, sábado às 14h, CT Lumiar
  - Magusto no CT de Alcântara (freg. Alcântara e S. Condest.), sábado, 18h
  - Magusto no CT de Ajuda, sábado, 18h
  - Jantar-convívio do Sector Centro/Norte de Empresas, sexta, CT Dq. Loulé
  - Magusto da Freg. Olivais, sábado, CT Olivais, 16h
  - Magusto da Freg. Graça, sábado, CT Graça, 16h
  - Magusto da Freg. Beato, sábado, CT Beato, 16h
  - Magusto-convívio do Sector Público, quinta, dia 10, 18h, CT Vitória
- ODIVELAS - Convívio no CT, domingo às 15h
- PALMELA - Almoço da Organização de Freguesia - sábado às 13h
- PALMELA - Casa de Fados de Carlos Rafael - Almoço-convívio dos trabalhadores da Autarquia, com a participação do camarada Domingos Abrantes
- PINHAL NOVO - Convívio de S. Martinho - sábado às 20h
- QUEIJAS - Magusto no CT do PCP, sábado às 15h30
- RIO DE MOURO - Magusto no CT do PCP, sábado a partir das 15h
- SEIXAL - Magusto na Quinta da Atalaia, sábado

**ALMOÇO-CONVÍVIO**

DOS FAZEDORES E AMIGOS DA FESTA DO «AVANTE!»

Domingo, 13 de Novembro  
13.00 horas

Taberna do Fernando Pinho  
Rua do Castelo (prolongamento)  
Anunciada - Setúbal

**FILMES**

**QUINTA, 10**

**Tudo Pode Acontecer**  
«On Our Merry Way» (EUA/1948). Real.: King Vidor e Leslie Fenton. Int.: Burgess Meredith, Paulette Goddard, Henry Fonda, James Stewart. P/B, 103 min. *Comédia Dramática*. (14.20, SIC)

**Casbah - Bairro Proibido**  
«Casbah» (EUA/1948). Real.: John Berry. Int.: Yvonne De Carlo, Tony Martin, Peter Lorre, Maria Toren, Hugo Haas. P/B, 95 min. *Musical*. (15.00, TV 2)

**O Enigma da Caixa de Música**  
«Music Box» (EUA/1989). Real.: Costa-Gavras. Int.: Jessica Lange, Armin Mueller-Stahl, Frederic Forrester, Donald Moffat. Cor, 121 min. *Ver Destaque*. (00.20, TV 2)

**A Esmeralda e o Crime**  
«Have a Nice Night» (Fr./It./1989). Real.: Jeannot Szwarc. Int.: Michael Brandon, Marisa Berenson, Guy Marchand. Cor, 91 min. *Policial / Acção*. (01.10, Canal 1)

**SEXTA, 11**

**Um Vigarista Encantador**  
«To Sleep With Anger». Real.: Jay Levey. Int.: «Weird Al» Yankovic, Victoria Jackson, Kevin McCarthy. (14.20, SIC)

**Hamlet**  
«Hamlet» (Gr.Br./1948). Real.: Laurence Olivier. Int.: Laurence Olivier, Basil Sidney, Felix Aylmer, Jean Simmons. P/B, 148 min. *Ver Destaque*. (15.00, TV 2)

**Um Lugar no Coração**  
«Places in the Heart» (EUA/1984). Real.: Sally Field, Danny Glover, John Malkovich, Lindsay Crouse, Ed Harris. Cor, 111 min. *Ver Destaque*. (21.50, Quatro)

**Jane B. por Agnés V.**  
«Jane B. par Agnés V.» (Fr./1988). Real.: Agnés Varda. Int.: Jane Birkin, Philippe Léotard, Jean-Pierre Léaud, Farid Chopel. Cor, 92 min. *Ver Destaque*. (00.20, TV 2)

**A Caixa Negra**  
«Le Délic» (Fr./1985). Real.: Jean-Louis Richard. Int.: Jean-Pierre Kalfon, Florence Guérin, Bernard, Kuby, Jasmina Maimone. Cor, 85 min. *Comédia*. (00.35, Canal 1)

**Ai, Carmela!**  
«Ay, Carmela!» (Esp./1989). Real.: Carlos Saura. Int.: Carmen Maura, Gabino Diego, Andrés Pajares, Maurizio di Raza. Cor, 89 min. *Ver Destaque*. (00.50, SIC)

**Nunca Olhes para Trás**  
«Never Look Back» (Gr.Br./1952). Real.: Francis Searle. Int.: Rosamund John, Hugh Sinclair, Guy Middleton, Henry Edwards. P/B, 70 min. *Melodrama Policial*. (02.00, Canal 1)

**SÁBADO, 12**

**O Escândalo Black Sox**  
«Eight Men Out» (EUA/1988). Real.: John Sayles. Int.: John Cusack, Clifton James, Christopher Lloyd, Charlie Sheen. Cor, 115 min. *Drama / Desporto*. (15.00, SIC)

**Imitação da Vida**  
«Imitation of Life» (EUA/1959). Real.: Douglas Sirk. Int.: Lana Turner, John Gavin, Juanita Moore, Susan Kohner, Sandra Dee. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (18.10, TV 2)

**Santa Joana**  
«Saint Joan» (EUA/1957). Real.: Jean Seberg, Richard Widmark, Richard Todd, Anton Walbrook, John Gielgud. Cor, 110 min. *Histórico / Biográfico*. (00.45, Quatro)

**O Clube dos Malandrecos**  
«Caddyshack» (EUA/1980). Real.: Harold Ramis. Int.: Chevy Chase, Rodney Dangerfield, Ted Knight, Michael O'Keefe. Cor, 98 min. *Comédia*. (00.55, Canal 1)

**Na Cave é que é Bom**  
«Three in the Cellar» (EUA/1970). Real.: Theodore J. Flicker. Int.: Wes Stern, Joan Collins, Larry Hagman. Cor, 89 min. *Comédia*. (01.00, SIC)

**Visão do Terror**  
«TerrorVision» (EUA/1986). Real.: Ted Nicolaou. Int.: Diane Franklin, Gerrit Graham, Mary Woronov, Chad Allen. Cor, 83 min. *Ficção Científica / Comédia*. (02.35, Canal 1)

**DOMINGO, 13**

**A Rapariga da Pistola**  
«La Ragazza con la Pistola» (It./1969). Real.: Mario Monicelli. Int.: Monica Vitti, Carlo Giuffrè, Stefano Sattaflora. Cor, 104 min. *Comédia*. (15.30, SIC)

**Caminho de Fogo**  
«Firewalker» (EUA/1987). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Chuck Norris, Louis Gossett, Jr., Melody Anderson. Cor, 104 min. *Acção*. (22.30, SIC)

«Longa Metragem» cujo título a RTP não forneceu até ao fecho desta edição (23.15, TV 2)

**Mais Forte que o Sangue**  
«Thicker than Blood» (EUA/1993). Real.: Michael Dinner. Int.: Peter Strauss, Rachel Ticotin, Bob Dishy, Brenda Bazinet. Cor, 97 min. *Telefilme*. (00.25, Canal 1)

**SEGUNDA, 14**

**O Idiota**  
«L'Idiot» (Fr./1946). Real.: Georges Lampin. Int.: Gérard Philipe, Edwige Feuillère, Marguerite Moreno. P/B, 92 min. *Drama*. (14.20, SIC)

**O Buraco na Parede**  
«Dakota Lil» (EUA/1950). Real.: Lesley Selander. Int.: George Montgomery, Marie Windsor, Rod Cameron, John Emery. Cor, 84 min. «Western». (15.00, TV 2)

**Atracção Fatal**  
«Fatal Attraction» (EUA/1987). Real.: Adrian Lyne. Int.: Michael Douglas, Glenn Close, Anne Archer, Ellen Hamilton Latzen. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (22.30, SIC)

**A Boca do Lobo**  
«La Boca del Lobo» (Peru/Esp./1988). Real.: Francisco J. Lombardi. Int.: Gustavo Bueno, Toña Vega, Jose Tejada, Gilberto Torres. Cor, 118 min. *Drama*. (01.35, Canal 1)

**TERÇA, 15**

**Prensa de Viver**  
«L'Homme Pressé» (Fr./1976). Real.: Édouard Molinaro. Int.: Alain Delon, Mireille Darc, Michel Duchaussoy, Elina Labourdette. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (14.20, SIC)

**O Justiceiro**  
«Fighting Man of the Plains» (EUA/1949). Real.: Edwin L. Marin. Int.: Randolph Scott, Bill Williams, Victor Jory, Jane Nigh. Cor, 91 min. «Western». (15.00, TV 2)

**As Vozes da Ira**  
«Talk Radio» (EUA/1988). Real.: Oliver Stone. Int.: Eric Bogosian, Alec Baldwin, Ellen Greene, Leslie Hope, John C. McGinley. Cor, 110 min. *Ver Destaque*. (22.20, Quatro)

**Na Pele do Urso**  
«Bearskin - An Urban Farytale» (Gr.Br./Port./1990). Real.: Ann e Eduardo Guedes. Int.: Tom Waits, Damon Glory, Charlotte Coleman. Cor, 92 min. *Ver Destaque*. (23.00, TV 2)

**Gelo e Fogo**  
«Fire and Ice» (EUA/RFA/1987). Real.: Willy Bogner. Int.: John Eaves, Suzy Chaffee, John Denver. Cor, 77 min. *Romântico*. (01.15, Canal 1)

**QUARTA, 16**

**As Estradas do Sul**  
«Les Routes du Sud» (Fr./1978). Real.: Joseph Losey. Int.: Yves Montand, Miou-Miou, Laurent Malet. Cor, 94 min. *Drama*. (14.20, SIC)

**Rajada de Morte**  
«The Big Combo» (EUA/1955). Real.: Joseph Lewis. Int.: Cornel Wilde, Richard Conte, Brian Donlevy, Jean Wallace, Lee Van Cleef. P/B, 84 min. *Ver Destaque*. (15.00, TV 2)

**Areias Escaldantes**  
«White Sands» (EUA/1992). Real.: Roger Donaldson. Int.: Willem Dafoe, Mary Elizabeth Mastrantonio, Mickey Rourke. Cor, 96 min. *Drama*. (22.20, Quatro)

**O Policia Suicida**  
«Short Time» (EUA/1987). Real.: Gregg Champion. Int.: Dabney Coleman, Matt Frewer, Teri Garr, Barry Corbin. Cor, 98 min. *Comédia Dramática*. (00.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 10

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Patrulha Fluvial
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.10 Malha de Intrigas
16.55 Culinária



Eternos Novatos

- 17.15 Sarilhos com Elas
18.05 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Lotaria Nacional
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.30 Kung Fu - A Lenda continua
00.25 24 Horas
01.10 A Esmeralda e o Crime
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Casbah, Bairro Proibido
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Dez Grandes Escritores
20.50 Magazine - «Artes Visuais»
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.30 Vício / Versa
23.25 John Lee Hooker
00.20 O Enigma da Caixa de Música
(ver «Filmes na TV»)
02.20 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.20 Tudo Pode Acontecer
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.30 Internacional Sic
01.30 Sim, Senhor 1º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Lumen 2000
11.30 Moda
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo
00.40 Doido por Ti

Sexta, 11

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Patrulha Fluvial
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.10 Malha de Intrigas
16.55 Culinária

- 17.15 Sarilhos com Elas
18.05 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegiornal
20.35 Fera Ferida
21.30 Desculpem Qualquer Coisinha
22.00 Cabaret
23.20 Danças de Salão (Concurso)
24.00 24 Horas
00.35 A Caixa Negra
(ver «Filmes na TV»)
02.00 Nunca Olhes para Trás
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
12.55 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Hamlet
(ver «Filmes na TV»)
17.35 Escola Paraíso
18.35 Super Juvenil
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Armas Secretas
20.35 Desenhos Animados
20.50 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.10 Remate
22.40 Palmeiras Bravias
23.30 Músicas da Terra
00.50 Jane B. Por Agnès V.
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.20 Um Vigarista Encantador
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.30 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + 7 à Sexta
21.20 A Viagem
22.30 Chuva de Estrelas
23.35 Último Jornal
23.50 Playboy
00.50 Ai, Carmela!
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.00 Lumen
11.30 Moda
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 Um Lugar no Coração
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Novo Jornal
01.00 Fora de Jogo
01.10 Doido por Ti

Sábado, 12

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.50 Made in Portugal
14.20 Clube Disney
15.55 Lucky Luke
16.55 Arca de Noé
17.50 Futebol
19.45 Totoloto
20.00 Telegiornal
20.40 Noite Mágica
21.50 Pátio da Fama
22.50 Parabéns
00.35 24 Horas
00.55 O Clube dos Malandrecos
(ver «Filmes na TV»)
02.35 Visão do Terror
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Uma Família Feliz
13.00 O Rosto da Europa
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.50 TV2 Desporto
16.30 Para Além do Ano 2000
17.15 Aventuras de Sherlock Holmes
18.10 Imitação da Vida
(ver «Filmes na TV»)
20.00 Forum Musical
21.10 12 Minutos
21.30 TV2 Jornal
21.50 De Lisboa com Amor...
22.00 Quem Conta Um Conto
23.00 Praia da China
23.45 TV2 Desporto
00.20 As Melhores Intenções

SIC

- 11.30 Buéréré
13.15 Portugal Radical
13.30 Gladiadores Americanos
14.20 Nunca Digas Banzai
15.00 O Escândalo Black Sox
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Lei e Ordem
18.00 Os Imortais II
19.00 Muita Lóco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Partir o Côco
23.40 Walker - O Ranger do Texas
00.40 Último Jornal
01.00 Na Cave É que É Bom
(ver «Filmes na TV»)



Sim, Senhor Ministro

QUATRO

- 10.00 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Top 25 RFM / TVI
16.00 A Grande Aposta
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Quem Casa Quer Casa
22.00 Espectáculo Timor (transm. directa)
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo
00.45 Santa Joana
(ver «Filmes na TV»)



Praia da China

Domingo, 13

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 86-60-86
14.25 Novas Aventuras do Super-Homem
15.15 Emoções Fortes
15.50 Simpsons
16.45 Futebol
18.55 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
19.45 Joker
20.00 Telegiornal
20.45 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.25 Scarlett
00.05 24 Horas
00.25 Mais Forte Que o Sangue
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 O Homem e a Cidade - «Faro»
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 TV2 Desporto
16.45 Para Além do Ano 2000



Sherlock Holmes

- 17.30 Os Vingadores
18.30 Gente Remota
19.30 Operária
20.30 Domingo Desportivo
21.30 TV2 Jornal
22.00 Artes e Letras: «A TV Dante - Cantos 9-14»
23.30 Longa Metragem

SIC

- 11.30 Buéréré
11.45 Programa Infantil / Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 No Fim do Mundo
15.30 A Rapariga da Pistola
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Obras em Casa
18.00 Um Trovão no Paraíso
19.00 Os Tralalhões
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 Caminho de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Último Jornal
00.50 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 10.00 Animação
11.30 Missa e Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telegiornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Ficheiros Secretos
21.40 Confissões de Adolescente
22.15 Doutores e Engenheiros
23.30 Melrose Place
00.30 Últimas Notícias
00.45 Jornal Negócios

Segunda, 14

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Patrulha Fluvial
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
16.55 Culinária
17.15 Sarilhos com Elas
18.05 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.50 Nico d' Obra
22.20 Zona + Carlos Cruz
23.55 Coisas da Vida
01.00 24 Horas
01.30 A Boca do Lobo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O Buraco
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Escola Paraíso

- 18.05 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 À Descoberta de Um Novo Mundo
20.40 Paletas
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Ópera: «O Elixir do Amor»

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Olhos nos Olhos
14.20 O Idiota
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 A Viagem
21.50 Ora Bolas, Marina
22.30 Atração Fatal
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Último Jornal
01.00 Flash Back
02.00 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Animação
11.20 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 Trapos & Companhia
22.20 Diz-me Com Quem Andas...
23.20 Novo Jornal
24.00 Prolongamento
00.30 Top 25 RFM / TVI



MacGyver



Doido Por Ti

Terça, 15

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Patrulha Fluvial
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.10 Malha de Intrigas
16.55 Culinária
17.15 Sarilhos com Elas
18.05 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.50 A Filha da Cornélica
23.25 Prova Oral
00.30 24 Horas
01.15 Gelo e Fogo
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O Justiceiro
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.35 O Golo da Jornada
19.40 Monty I
20.25 Rotações
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.20 Remate
22.30 Magazine - «Cinema»
23.00 Na Pele do Urso
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.25 Olhos nos Olhos
14.20 Pressa de Viver
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Animação
11.20 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 Trapos & Companhia
22.20 As Vozes da Ira
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Novo Jornal
01.20 Fora de Jogo
01.35 Top 25 RFM / TVI

Quarta, 16

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
11.40 Culinária
12.00 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
18.05 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telegiornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Só Riso
22.10 Vamos Jogar no Totobola
22.30 Scarlett
24.00 24 Horas
00.50 O Polícia Suicida
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Universidade Aberta
15.00 Rajada de Morte
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.45 Roandak
20.45 Magazine - «Saúde»
21.10 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.15 Remate
22.25 Rock Rendez-Vous
23.45 A Ascensão de Titmuss
00.40 Partita

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.25 Olhos nos Olhos
14.20 As Estradas do Sul
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Buéréré
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 All You Need Is Love
22.50 Casos de Polícia
24.00 Último Jornal
00.15 Tostões e Mílhões
01.15 Sim, Sr. 1º Ministro + Sr. Presidente

QUATRO

- 11.00 Animação
11.20 Já Tocou
11.45 Maria Helena
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telegiornal
20.00 Éramos Seis
20.45 MacGyver
21.50 Trapos & Companhia
22.20 Areias Escaldantes
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Novo Jornal
01.10 Fora de Jogo

# Por isto e por aquilo...

## O Enigma da Caixa de Música

(Quinta, 00.20, TV 2)

Ao encenar esta história acerca do julgamento de um velho emigrante húngaro radicado nos EUA - cujo passado é investigado na perspectiva de vir a ser deportado sob a acusação de ser um antigo nazi culpado de crimes de guerra no seu país natal - Costa-Gavras, tentado mais uma vez pela atmosfera do «thriller» político, não faz mais do que seguir as mesmas pisadas de um outro filme (*Atraiçoados*) que ele próprio realizara um ano antes a partir de uma história relativamente semelhante escrita pelo mesmo argumentista de agora - Joe Eszterhas. Simplesmente, e ao contrário deste último, *O Enigma da Caixa de Música* não vai desta vez ao fundo da caracterização da personagem principal, o que por vezes é decepcionante em termos de dramaturgia e deixa, assim, muito a desejar quanto à eficaz construção do próprio filme - independente de estarmos perante excelentes interpretações de Jessica Lange, a advogada, filha do acusado, e de Armin Mueller-Stahl, um grande actor proveniente da ex-RDA.



Jessica Lange e Armin Mueller-Stahl, em «O Enigma da Caixa de Música», de Costa-Gavras

«triângulo amoroso». Mas há muito quem veja neste filme - desigual, mas megavelmente atraente do ponto de vista do ambiente de progressiva tensão que é construído e, sobretudo, devido ao desempenho de Glenn Close - uma primeira referência no cinema, não explícita mas fortemente subjacente, aos problemas levantados nos nossos dias pelo sexo ocasional e a ameaça da Sida.

## Pressa de Viver

(Terça, 14.20, SIC)

História que se adapta às mil maravilhas às características de um actor como Alain Delon, *Pressa de Viver* debruça-se sobre o quotidiano de um antiquário cuja principal ocupação é viver o dia-a-dia constantemente sob pressão, quer no que se refere à sua vida familiar quer à sua actividade de colecionador de obras de arte, indo ao ponto de a sua própria morte acontecer precisamente no momento em que, pelo telefone, dá ordens a um seu amigo para, num leilão, arrematar um objecto de arte preciosíssimo. Uma excelente realização de Édouard Molinaro para um dos melhores papéis de Delon no cinema.

## Hamlet

(Sexta, 15.00, TV 2)

Transformando em «monólogos interiores» o que na peça de Shakespeare eram «solilóquios», Laurence Olivier, procurando embora encontrar uma solução eminentemente cinematográfica, retira-lhes, de certo modo, o peso e profundidade que eles costumam atingir na encenação teatral - talvez o único senão desta admirável adaptação ao cinema, não isenta de alguma teatralidade, mas mesmo assim fabulosa na forma como o grande actor penetra no universo shakespeariano e nos devolve aquela que é, certamente, a mais entusiasmante versão filmada do grande texto original. A não perder.



Um fotograma de «Hamlet», de Laurence Olivier



Sally Fields e Danny Glover, em «Um Lugar no Coração», de Robert Benton

## As Vozes da Ira

(Terça, 22.20, Quatro)

Já foi transmitido em Agosto de 93, no Canal 1, e esteve, pelo menos, anunciado para transmissão no passado mês de Setembro na mesma Quatro, que agora insiste na sua projecção. Não pode, assim, ser muito diferente a opinião que já aqui manifestámos sobre este polémico filme. E, como avisadamente previne Leonard Maltin, é mais uma vez preciso que o espectador que nutra especial aversão pelos talkshows radiofónicos (em que um senhor todo-sabedor dá conselhos aos desesperados ouvintes que lhe telefonam a contar as suas desgraças) ultrapasse essa irreprimível alergia para poder aderir a um filme que tem como pano de fundo, precisamente, as condições entre a complexa vida privada de uma dessas figuras da rádio e a «arrogância» e «auto-suficiência» da sua postura radiofónica face aos ouvintes. *As Vozes da Ira* é um filme simultaneamente fascinante

repele e de Oliver Stone, contraditório na sua mensagem por vezes altamente reaccionária, mas realizado com mão firme e engenhosa e interpretado com inextinguível brilho por Eric Bogosian, que também é o autor da peça de que foi extraído o argumento.

## Na Pele do Urso

(Terça, 23.00, TV 2)

Realizado por um casal de cineastas que vêm do cinema documental - Ann e Eduardo Guedes - *Na Pele do Urso* funciona como uma fábula que se desenrola na grande cidade e tem como protagonistas um par de gangsters em perseguição de um jovem em fuga que vai cair nos braços de uma bela rapariga. Influenciado pelo cinema francês e pelo cinema americano, o filme (uma co-produção luso-britânica) gera um ambiente meio fantástico onde se fundem o real e o imaginário. A descobrir.

## Rajada de Morte

(Quarta, 15.00, TV 2)

Um oficial da polícia (Cornel Wilde) move uma impiedosa perseguição a um gangster (Richard Conte) que lhe havia roubado a mulher que ainda amava (Jean Wallace). A linearidade desta história - banal entre as banais - e da própria acção que gera - comum a tantos outros filmes do género - não impede que ele se tenha transformado num verdadeiro objecto de culto no vastíssimo e rico panorama do filme negro norte-americano. Para tal contribuiu uma realização extremamente eficaz e despida de artificios e uma fotografia espantosa, assinada por John Alton, que faz sobressair a veracidade dos rostos e dos corpos dos principais intérpretes.

## Um Lugar no Coração

(Sexta, 21.50, Quatro)

Com argumento desenrolando-se durante os anos da Depressão no Sul dos EUA, *Um Lugar no Coração* tem uma história que nos fala de uma jovem mulher, subitamente atingida pela viuvez, que tem de lutar pelo seu sustento e o dos seus dois filhos ao ver-se perante a necessidade de continuar a explorar uma pequena exploração de algodão num tempo de gravíssima crise económica e social, contando para tal com o exclusivo auxílio de um trabalhador negro, o que contribui, também, para levantar uma questão crucial da sociedade americana - o racismo e a segregação racial. Realizado com grande sensibilidade, o filme sofre, no entanto, de um problema não resolvido da melhor maneira pelo realizador - o «desvio de atenções» que constitui a abordagem de outras pequenas histórias, marginais e secundárias, cuja inclusão não vem contribuir para a sua valorização, antes pelo contrário. Entretanto, Sally Field, Danny Glover e John Malkovich, compõem brilhantemente o trio dos intérpretes principais.

## Jane B. por Agnés V.

(Sexta, 00.20, TV 2)

Constituindo, no fundo, uma bela homenagem ao cinema, este filme foi rodado pela cineasta Agnés Varda como se se tratasse de um documentário sobre uma «personagem» - a actriz Jane Birkin - que nos surge fascinante na sua sinceridade, abertura e franqueza, desvendando-nos o mundo da feminilidade com grande sensibilidade e frescura poética. Um exemplar raro da moderna cinematografia francesa.

## Ai, Carmela!

(Sexta, 00.50, SIC)

Carlos Saura é dos tais cineastas de eleição que parece custar às televisões descobrir, tão espaçadamente nos visita. Mas, desta vez, vamos estar perante um dos seus últimos filmes (já muito recentemente programado pelo mesmo canal e, pelos vistos, não transmitido na altura) cujo argumento se desenrola durante a Guerra Civil espanhola. Com a acutilância e o espírito satírico que lhe são peculiares, Saura utiliza, ao mesmo tempo, a alegoria para transmitir as suas ideias e as das suas personagens ao contar-nos, em duras, deliciosas, comovidas e exaltantes imagens, a história de uma trupe de artistas de variados



Ellen Geene, Eric Bogosian e Alec Baldwin, intérpretes principais de «As Vozes da Ira», de Oliver Stone

des que animam os dias dos combatentes republicanos contra os agressores fascistas - quando, inadvertidamente, são apanhados um dia em território inimigo e «convidados» a fazer uma representação, na condição de que as ideias dos nacionalistas não fossem beliscadas. Até que, num último momento, Carmela, uma das artistas (brilhantemente interpretada por Carmen Maura) dá a volta ao texto e transforma a representação num violento repertório contra Franco e a ditadura...

## Imitação da Vida

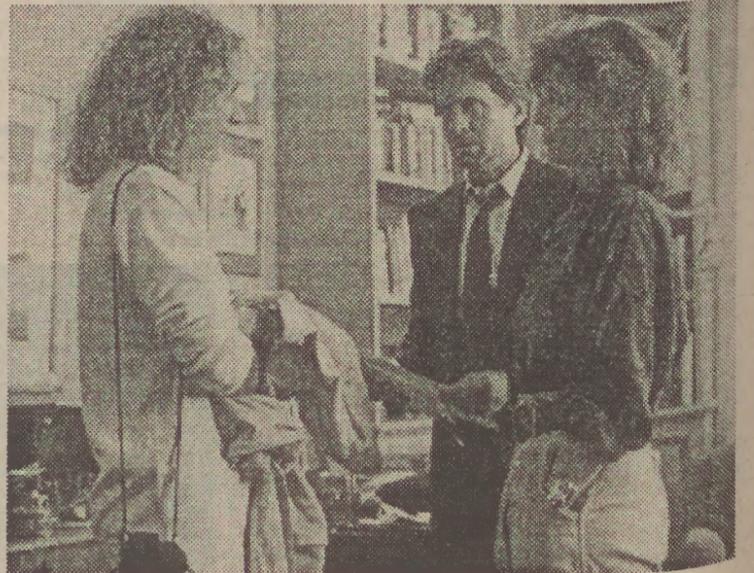
(Sábado, 18.10, TV 2)

Duas viúvas, mães de filhas únicas, decidem viver em conjunto; mas, ao crescerem, as filhas de ambas vão contribuir para um agravamento dos problemas que as confrontarão irremediavelmente. Última realização em Hollywood de um dos grandes especialistas do melodrama - Douglas Sirk - esta versão de *Imitação da Vida* ultrapassa largamente, em qualidade, a anterior datada de 1934 e realizada por John Stahl, o qual havia dado um tom ultra-sentimental à adaptação desta história original de Fanny Hurst.

## Atracção Fatal

(Segunda, 22.30, SIC)

Tudo parte de um fortuito caso de amor entre um advogado (na ausência da mulher e da filha) e uma outra mulher que, passando doentia e constantemente a interferir na vida daquela família, pretende perpetuar a ligação, a ponto de o marido ter de confessar tudo à sua mulher, acabando esta por abater a intrusa que se imiscuíra na felicidade do lar. Assim relatado, parece um melodrama trágico como tantos outros, na linha do velho



O assédio de Glenn Close ao casal Ann Archer / Michael Douglas, em «Atracção Fatal», de Adrian Lyne

# Insónias...

■ Francisco Costa

Quem tivesse sido atingido, na terça-feira da semana passada, por uma dessas tremendas insónias que, de vez em quando, atacam o pacato cidadão - tal como aconteceu a este vosso desgraçado cronista - teria aberto a boca de espanto perante algo de insólito que dificilmente poderia imaginar-se, a saber: ter ligado num gesto maquinal o televisor sem pensar que horas eram e ter deparado, na SIC, com a transmissão de um episódio da série «Sim, Sr. Ministro», só depois se tendo apercebido de que a dita série tinha terminado não à uma, não às duas, mas sim às três horas e quarenta e oito minutos da manhã! E perguntar-se-ia, legitimamente espantado, que estratégia de programação é esta, que assim inutilmente esbanja dinheiro, meios de produção e pessoal para relegar para tais desertas horas uma série notável como esta, sem falar já do que isto significa de autêntico desprezo pelo espectador, ao privá-lo de fruir bons programas - ia a escrever programas «normais» - no chamado horário nobre.

Poderíamos, então, falar hoje desta ocorrência como sendo perfeitamente simbólica do que actualmente se passa na generalidade das televisões em matéria de estranho e assumido analfabetismo dos programadores, que amplamente demonstram estar-se nas tintas (como, por exemplo, os do Canal 1) em programar um filme notável como é *Casa Maldita*, de Robert Wise, para as duas da manhã de uma sexta-feira, mas nem sequer chegando a transmiti-lo (sem dar cavaco) pela simples razão de que a emissão se atrasou várias horas! Ou ainda, continuando nesta matéria, falar do absurdo que é projectar um filme como *Nina*, de Vincent Minnelli, mas numa cópia dobrada... em italiano, como aconteceu na *matinée* do passado dia 1, na SIC!

E se quiséssemos mudar para um outro campo sensível das nossas televisões - a **Informação** - já poderíamos notar, sem surpresa, o descarado desvelo manifestado nestas últimas semanas por parte da generalidade dos jornalistas e editores televisivos em relação a figuras com as de um **Dhla-kama** ou um **Savimbi**, sempre achando perfeitamente naturais as suas estratégias de confronto armado ou de boicote e chantagem pré e pós-eleitoral e sempre lançando setas envenenadas contra Governos soberanos, legitimados pela luta revolucionária ou pelo voto popular - como é sintomaticamente transparente no curioso reflexo-condicionado-mental e no abrangente *lapsus linguae* dessa *manchete* com que abria o **Jornal da Noite** da SIC (04.11.94): «*Parem a guerra em Angola!*» - apelo de Mário Soares e da UNITA. As *tropas de Chissano* (sic!) *ameaçam o movimento do "Galo Negro" no Huambo!*; ou essa outra ligeireza linguística de **Judite de Sousa** em conversa via-satélite com o correspondente da RTP em Angola, **Carlos Albuquerque**, quando, sorrateira, lhe sugeria no **Telejornal** do mesmo dia 4: «*Queres tu dizer com isso que esta ofensiva militar estará a ser desencadeada à rebeldia* (sic) *do Presidente Eduardo dos Santos?*»; ou, ainda, a pacífica calmia do repórter da TVI ao captar, na emissão da mesma noite, a seguinte e espantosa desfaçatez do deputado **Guilherme Silva**, do PSD, quando lhe pediram uma opinião sobre a «dávida» do partido a **Braga de Macedo** (na módica quantia de 3.700 contos) para ele sair de Bruxelas e ir para o Governo em 91: «*A transferência da sua vida pessoal e familiar para Portugal, por razão do exercício das suas funções como Ministro das Finanças, é evidente que importou necessariamente em encargos diferentes do comum das situações...*» - ouça-se «do comum dos mortais!»

E que dizer da originalíssima ideia de **Miguel Sousa Tavares** ao chamar **Pacheco Pereira** - acabado de sair do lugar de «analista residente» da anterior série do programa *Terça à Noite* - para logo ali voltar, no segundo episódio da nova série, mas agora na qualidade de... convidado? E que qualificação pode dar-se a jornalistas que ouvem, impávidos e sem retorquir ou pestanejar, **Cavaco Silva** dizer em calções de banho, em Cabo Verde, que os arquivos da PIDE estão, sem sombra de dúvida, em Moscovo?!?! E já repararam que...

Bom! Poderíamos, de facto, debruçar-nos sobre tudo isto e o muito mais que constitui hoje em dia o desgraçado e fragmentário panorama televisivo português, sobretudo no que se refere ao Canal 1, à SIC ou à TVI. Mas, por esta vez, abandonemos a «mediocre normalidade» em que se transformou o quotidiano do nosso espectador de televisão e falemos de algo de mais singular que esta semana aconteceu no canal ali ao lado.

## Longe da vista, perto do coração

É provável que o espectador ainda tenha presente a transmissão de uma notável série documental, imaginada e realizada por profissionais portugueses e transmitida, no ano passado, pela TV 2. É provável, mas não é seguro, já que nessa

ocasião os responsáveis da programação desse canal entenderam por bem queimar objectivamente a série, transmitindo-a no horário nada favorável da hora de almoço de domingo. Referimo-nos, está bem de ver, a «**Gente Remota**», uma série de documentários realizados por uma equipa chefiada por **Carlos Brandão Lucas**, em tempos responsável - lembram-se? - por um dos mais imaginativos e singelos momentos culturais da televisão portuguesa, quando colaborou no espaço «**Vamos Jogar no Totobola**». Nem mais... Pois, agora,

no primeiro episódio transmitido no passado domingo e dedicado à «revelação» que constituiu a chegada há 450 anos, à Ilha de Tegenashima, desses «bárbaros do Sul» e à «revolução» que constituiu o primeiro contacto com um importante engenho até então desconhecido naquelas paragens - a espingarda portuguesa.

A realização - neste episódio assegurada por **Cristina Antunes** - optou, e bem, por nos dar de início uma vasta e elaborada síntese de imagens, adoptando uma adequada montagem de planos em que o grafismo das linhas e dos espaços delimitados e entrecruzados dos arranha-céus, dos viadutos, dos sentidos do trânsito e dos túneis subterrâneos pré-anunciava (ainda sem texto) o «lugar onde» do documentário: um primeiro contacto visual com o Japão moderno e o seu desenvolvimento tecnológico. Depois - e sem solução de continuidade - eram já os movimentos de câmara, em panorâmica ou *travelling* óptico e mecânico, a começar a aproximar o espectador dos rostos e dos corpos das pessoas como que auxiliando-o na busca de uma identidade, de uma cultura e de uma tradição, certamente diferentes da sua, mas jamais maculadas pelo baixo aproveitamento dos exotismos fáceis. Era então chegado o momento de, sem aparente constraste, naturalmente inserir os sinais e a iconografia da presença portuguesa em algumas dessas tradições, fosse ela manifestada em algumas expressões linguísticas, fosse na encenação (em festejo popular) da chegada dos navegadores portugueses, fosse nas curtas entrevistas de rua. Para tudo terminar na preparação do retorno à modernidade dos *néons* e da artificial luminosidade nocturna da grande urbe, feita através da subtil e distanciada revelação das contradições entre a antiga «*atitude espiritual*» e a nova «*consciência social face ao trabalho*» de toda uma população, na «*robotização*» da produção, no choque da estratégia económica dos anos 60 («*um sucesso supostamente de todos*») e nessa frase que revela toda uma postura face à realidade que se procurou entender e registar: «*para trás ficaram os homens, o motor de arranque de toda esta máquina infernal que o progresso não poupou. A produção em série impôs o mais profundo racionalismo e afastou os homens da Poesia. Glória vã, a do milagre que leva os homens numa corrida desenfreada pelo tempo...*»

## Uma produção cuidada e exigente

Que aquilo que deveria ser, em princípio, a «normalidade» de um trabalho documental que se preze aqui seja destacado com especial atenção releva, de facto, do particular talento e sensatez com que os vários ingredientes da produção foram coordenados. Desde logo, pela inteligente utilização do suporte vídeo que, em relação ao filme, mais uma vez demonstrou virtualidades de execução prática e eficaz, escapando, além do mais, às perplexidades e insuficiências técnicas da nossa revelação filmica laboratorial. Depois, no aspecto formal, pelo adequado posicionamento da câmara, pelo cuidado posto na composição dos planos, sua escala e profundidade de foco, e possibilidades futuras de ligação entre si. Mais ainda, pelo meticuloso trabalho de pós-produção, não subvertendo (como é desmazelado hábito entre nós) o sincronismo das tomadas de imagem e de som pela criação, artificial e burocrática, de uma «banda de ruídos» todo-o-terreno. E, finalmente, pela excelente qualidade de imagem, sem esquecer a beleza do texto, o imaginário genérico, a destreza subtil da montagem, o tom certo da locução ou o a propósito da sonoplastia.

«**Gente Remota**» vem, assim, constituir-se, a par de outros notáveis e exemplares objectos televisivos que nos últimos tempos nos têm sido dados a ver na TV 2 (no campo do documentarismo, mas também nas mais esparsas áreas da ópera, do teatro e de outras formas de arte), numa possibilidade de alternativa à profunda degradação em que os outros canais progressivamente vêm caindo.

Assim o espectador tenha a coragem de renegar o que lhe é imposto, como mais fácil e imediato, e acredite que há ainda quem respeite a sua própria inteligência.



algum com mais juízo se lembrou de repetir os primeiros episódios da série antecedendo a transmissão dos restantes, ainda inéditos, mas desta vez no mais favorável período do fim-de-tarde, também aos domingos.

A série foi idealizada para nos dar a conhecer as gentes que habitam locais bem remotos, em tempos tocados, mais ou menos profundamente, pelos portugueses - e é assim que iremos viajar nas próximas semanas até Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Marrocos e Guiné-Bissau (os programas agora repetidos) seguindo-se, depois, os novos episódios que nos falarão da presença e dos vestígios dos nossos antepassados por terras da Índia, Brasil, Canadá, Chile, Tailândia.

Diga-se, desde já, que o que mais impressiona favoravelmente na série é a cuidada estrutura de cada programa, como foi patente

# ANALISE de FOICE

## No Reino da Dysnheirama

Três escândalos com dinheiros públicos ocuparam esta semana as primeiras páginas.

Um, com a notícia de que as dívidas do patronato ao fisco e à Segurança Social ultrapassam já um valor acumulado, sem juros, de mil milhões de contos, 330 dos quais à Segurança Social.

Outro, quando surgiu publicada no "Diário da República" a reforma de três funcionários políticos da Assembleia da República (um assessor de imprensa do presidente Barbosa de Melo, a secretária da ex-vice-presidente Leonor Bezeira e uma secretária também do gabinete do presidente - tudo responsáveis PSD's), fixadas nos incríveis montantes de 735, 490 e 465 contos, respectivamente, num quadro que permite aos funcionários superiores de gabinetes parlamentares reformarem-se, neste estilo régio, com apenas dois anos de trabalho em S. Bento.

O terceiro, quando se soube que os ministros de Cavaco Silva não respeitam há vários anos a legislação que impõe o limite de cinco unidades para os automóveis (em geral, topo da gama) e atribuir a cada gabinete, amanhando-se, cada um, com quase o dobro dos popós a que têm direito. Dir-se-á que este último caso é irrelevante.

Só que 60 ou 70 carros de luxo comprados abusivamente custam, ao erário público, a irrelevância de mais de 100 mil contos, sem falar nos encargos permanentes, bem superiores, com motoristas, manutenção, etc.

O segundo escândalo poderá também ser visto como "miúdo", dado abranger o máximo de umas dezenas de pessoas.

Só que não se pode considerar uma miudeza o partido governamental atribuir reformas fabulosas a quem o serve, enquanto impõe reformas de miséria e contenções salariais à generalidade dos cidadãos, em nome duma política que classifica de "rigor".

Tal como não é uma miudeza o Poder Central tripudiar a lei para engordar as suas assessorias políticas, enquanto desfere novo ataque ao Poder Local ao legislar com o objectivo deliberado de lhe dificultar o acesso às assessorias autárquicas, indispensáveis para o seu trabalho.

O que já não pode, de todo, ser visto como irrelevante é a astronómica dívida de mais de mil milhões de contos consentida ao patronato.

Trata-se de uma verba tão elevada, que se pode afirmar, sem hesitação, que muito do agravamento dos problemas e carências estruturais que a população portuguesa vem enfrentando no consulado cavaquista, nomeadamente na Saúde, no Ensino e na Segurança Social (para só falarmos em áreas essenciais), tem origem neste autêntico desfalque no erário público.

Assinale-se que esta gigantesca dívida do patronato não é ficção especulativa, gerada numa qualquer engenharia financeira. Os mais de mil milhões de contos existem, foram cobrados, tostão a tostão e duma maneira ou de outra, a quem os gerou e produziu - os trabalhadores por conta de outrem.

Só que, em vez de irem parar aos cofres do Estado, sumiram-se e andam por aí, nas contas bancárias de empresas e empresários.

Os tais cujos interesses e rapacidade o Governo defende com ferocidade, usando o aparelho de Estado de que dispõe em nome de todos, para o real serviço de alguns, seja buscando "pactos sociais" leoninos, quer impondo o que mais convém aos acumuladores de riqueza.

Perante isto, e mau grado a diferença de verbas públicas envolvidas, os três escândalos são um só e o mesmo, de raiz.

O escândalo de um Governo que sempre existiu, desde a primeira maioria absoluta ganha com promessas de Dysneylândia, para servir as novas e velhas oligarquias económico-financeiras, numa visão do mundo profundamente reaccionária e corrupta, típica do capitalismo selvagem da sra. Thatcher, que Cavaco tanto admira.

Neste quadro, de facto, o que são umas dezenas de automóveis a mais ou umas reformas de amigo?

Se houver dúvidas, o SIS cá está para defender a República... dos duvidosos.

■ HC

# Municípios exigem ser recebidos por Governo

O presidente da Associação Nacional de Municípios (ANMP) afirmou terça-feira, em Coimbra, que "seria extraordinariamente grave" se o Primeiro-Ministro não recebesse a estrutura, antes da discussão do Orçamento de Estado (OE) pela Assembleia da República. Mário de Almeida falava no final de uma reunião entre a ANMP e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Na base do descontentamento que a Associação quer transmitir a Cavaco Silva, está a previsão do IVA (com implicações no Fundo de Equilíbrio Financeiro), em virtude da inscrição de uma parcela de 45 milhões de contos na receita da Segurança Social e não na receita do OE.

De acordo com a ANMP, por este motivo o montante do

FEF, a principal receita das autarquias é de 219,6 milhões de contos quando deveria ascender a 228,4 milhões de contos.

A estrutura reivindica também a inscrição de verbas no OE que propiciem aos municípios as compensações pelas isenções ou reduções da contribuição autárquica e da sisa, "por forma a dar cumprimento à Lei das Finanças Locais".

Para o presidente da ANAFRE, que considerou "irrealistas" a verbas inscritas no OE para as freguesias, "os problemas da ANMP são os problemas das freguesias portuguesas".

"É necessário reforçar cada vez mais a ligação e a unidade entre a ANAFRE e a ANMP", defendeu Marçal Pina (PSD) ao manifestar descontentamento pela "forma secundari-

zante" como as freguesias são tratadas pelo Governo.

## Câmara de Almada dá subsídio a jovem baleado na ponte

A Câmara de Almada anunciou, terça-feira, ter atribuído um subsídio de 490 contos ao jovem Luís Miguel, atingido por uma bala no dia 24 de Julho, dia dos protestos que ocorreram na Ponte 25 de Abril.

O subsídio destina-se à aquisição de equipamento ortopédico para o jovem e demonstra a "solidariedade dos munícipes e da Câmara de Almada", segundo se lê num comunicado da Câmara.

Luís Miguel Cardoso Figueiredo, 18 anos, ficou paralisado da cintura para baixo, em consequência de uma bala que o atingiu na zona do tórax, durante as manifestações de protesto contra o aumento da portagem.

O incidente na ponte do Pragal foi provocado, segundo a vítima, por um disparo da PSP.

O inquérito instaurado pela PSP de Almada nada tem ainda de conclusivo, aguardando-se que a vítima preste declarações.

O Governo, até ao momento, ainda não tomou quaisquer medidas de apoio ao jovem.

## Comemoração do 7 de Novembro

Como já é tradição, no passado dia 7 de Novembro, os camaradas que trabalham na sede central do Partido, juntos com outros que aí se encontravam em tarefas e reuniões diversas, participaram num convívio comemorativo da Revolução de Outubro. Na ocasião, o camarada Aurélio Santos, membro do Conselho Nacional do CC do PCP, interveio sobre o significado da data, salientando que não se tratava apenas de a homenagear. «Com a Revolução de Outubro», disse, «o Socialismo entrou na História como experiência concreta. Todos os que querem o Socialismo dispõem hoje de uma arma poderosíssima, que nem Marx, nem Engels, nem Lênine possuíam: a experiência de 70 anos de realizações».

«A construção do Socialis-

mo», disse adiante, «revelou-se mais difícil do que os comunistas previam». Mas o dirigente comunista não deixou de sublinhar «os muitos êxitos económicos e culturais, as mudanças radicais na consciência social, os direitos humanos e também sociais» que o Socialismo conquistou. E, face à campanha que visa «apagar a memória, denegrir o Socialismo e apagar a esperança», Aurélio Santos, além de chamar a atenção para a necessidade de prosseguir o que os XIII e XIV congressos do PCP fizeram - reflectir e aprender com os erros que levaram ao fracasso - sublinharam a necessidade de tirar lições para o futuro e para a continuação, o reforço e o desenvolvimento da luta no presente, e para o reforço do papel do Partido.



## Morreu Orlando Gonçalves

À hora de fecho desta edição do «Avante!», recebemos a notícia do falecimento de Orlando Gonçalves, escritor, militante do PCP e director do semanário «Notícias da Amadora», jornal que desempenhou papel de relevo no combate à ditadura antes do 25 de Abril e que mantém significativa influência junto da opinião pública democrática do nosso país.

Orlando Gonçalves foi também presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Oeiras, imediatamente a seguir ao 25 de Abril.

A seu filho, Orlando César, e a toda a família, o «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## Frente Anti-Racista assinala Noite de Cristal

A Frente-Anti Racista assinalou o dia de ontem como o Dia Internacional contra o fascismo e o Racismo, apelando aos meios de comunicação social, associações, sindicatos, associações de estudantes, de juventude e outras organizações sociais «para transformarem o dia 9 de Novembro num dia de informação e esclarecimento, quer sobre as terríveis consequências da Noite de Cristal (9 de Novembro de 1938), quer condenando o nazismo, o fascismo e o racismo».

Numa nota distribuída à imprensa, a Frente Anti-Racista condena também os grupos e movimentos «que perseguem e agridem cidadãos portugueses e de outras nacionalidades, designadamente na Alemanha, França, Áustria e outros países europeus».

Aliás, na passada quinta-feira, a Frente Anti-Racista, juntamente com a Associação para o reencontro de Emigrantes, entregou na Embaixada da Alemanha e, no dia seguinte, na Presidência do Conselho de Ministros, um documento de protesto pela situação dos trabalhadores portugueses na Alemanha.

No documento, critica-se a actuação das autoridades alemãs perante um ataque de *skinheads* a portugueses, a legislação comunitária que não protege os trabalhadores «destacados» e responsabiliza o Governo português «pela ausência de medidas concretas de combate aos engajadores e patrões portugueses sem escrúpulos».

